

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

**INCENTIVOS DA SUDENE NO NORDESTE;
SUA ARTICULAÇÃO COM A ECONOMIA DO
RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO 1964/1989.**

VALDÊNIA APOLINÁRIO

CAMPINA GRANDE - PB
1996

VALDÊNIA APOLINÁRIO

**INCENTIVOS DA SUDENE NO NORDESTE;
SUA ARTICULAÇÃO COM A ECONOMIA DO
RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO 1964/1989.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia, com área de concentração em Economia Rural, da UFPB, Campus II, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos

**Campina Grande - PB
Julho, 1996**



A643i Apolinario, Valdenia.
Incentivos da SUDENE no Nordeste : sua articulacao com a economia do Rio Grande do Norte no periodo 1964/1989. / Valdenia Apolinario. - Campina Grande, 1996.
149 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Incentivos Financeiros - Rio Grande do Norte (Estado). 2. Economia Rural. 3. Desenvolvimento Industrial - Crescimento - Rio Grande do Norte (Estado). 4. Dissertacao - Economia. I. Santos, Roberio Ferreira dos. II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB).

CDU 330.322.14(813.2)(043)

VALDÊNIA APOLINÁRIO

**INCENTIVOS DA SUDENE NO NORDESTE;
SUA ARTICULAÇÃO COM A ECONOMIA DO
RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO 1964/1989.**

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ___/___/1996.

Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos
Orientador

Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva
Examinador

Prof. MsC. João Otávio P. B Júnior
Examinador

Prof. Dr. Jurandir Antônio Xavier
Examinador

CAMPINA GRANDE
1996

DEDICATÓRIA

Há alguns dias atrás, algo me tocou profundamente - o semblante dos professores em greve do CCSA/UFRN, em mais uma reunião do fórum que conseguimos formar, desta feita, no dia seguinte após a não votação do Supremo ao recurso em favor da nossa data-base.

Em meio ao desencanto, alguém leu Maiakovsky: *"Não podemos deixar que pisem nossas flores, matem nosso cão, roubem-nos a lua e arranquem a voz da nossa garganta"*.

Assim, dedico este trabalho, a todos que lutaram, lutam e lutarão para manter viva a capacidade de indignação, individual e coletiva, em defesa da sua e de outras gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que guardo no meu íntimo e que por amá-los e tê-los sempre comigo, pude viver os altos e baixos de minha existência, superando, não sem dificuldades, os rigores do meu tempo.

Com a mesma intensidade, agradeço, também, a todos com quem pude contar para a realização deste trabalho. Não gostaria de citar nomes, porque foram muitos e poderia esquecer alguns, assim como foram muitas as fases necessárias para a concretização do mesmo.

Reconheço que toda ajuda, direta ou indireta, que recebi, a seu momento, foi absolutamente indispensável. Sinceramente, muito obrigada!

LISTA DOS QUADROS

	página
1.1. Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte. Evolução do PIB de 1965 a 1992 (Índice do Produto Real). Variação Anual, ano base=1980.....	15
2.1(a). Nordeste e Centro-Sul. Comparativo de Renda <i>Per Capita</i> (1948 a 1956)....	28
2.1(b). Nordeste e Centro-Sul. Comparativo de Índice da Produção Real (1949 e a 1956, ano base 1948=100).....	29
2.2. Comparativo entre Nordeste e Centro-Sul. População Economicamente Ativa(A) e Renda por pessoa ocupada(B).....	29
2.3. Comparativo entre Nordeste e Centro-Sul. Índice da Produção Agropecuária e Industrial, 1948 a 1956 (ano base 1948=100).....	30
2.4. Brasil/Nordeste/Rio Grande do Norte. Comparativo de Participação dos Setores Econômicos no PIB, 1960 a 1994 (%).....	38
2.5. Brasil/Nordeste/Rio Grande do Norte. Taxa de Crescimento do PIB de 1960 a 1990. Variação Anual (1980-1992, ano base 1980=100).....	40
2.6. Participação % do PIB da Região Nordeste no PIB do Brasil, e do Rio Grande do Norte no PIB do Nordeste (1960-1994). Variação da Participação % por Estado no PIB do Nordeste (1970-1994).....	41
2.7. Brasil/Nordeste/Rio Grande do Norte. Comparativo de indicadores Sociais (1960-1991).....	47
3.1. Sistema FINOR. Posição do FINOR segundo as opções de incentivos (1962-1993).....	51
3.2. Faixas de prioridade. Participação do 34-18/FINOR segundo a quantidade de pontos, (1966 a 1986).....	53
4.1. Rio Grande do Norte. Comparativo dentre as cem maiores empresas contribuintes do ICMS no Estado em 1990 e as empresas incentivadas pela SUDENE com o "Sistema 34-18/FINOR".....	95
4.2. Natal e Grande Natal. Totalização por indústria quanto à Oferta da Produção (destino) e a Demanda de Matérias-Primas (Origem). (1992 e 1993).....	106

LISTA DOS GRÁFICOS

	página
1.1. Índice de Indigência da População do Nordeste, Sudeste e Brasil - 1990.....	17
3.1. NORDESTE/SUDENE. Comparativo entre Estados em captação de recursos. (1980-1989).....	63
4.1. Rio Grande do Norte/SUDENE. Distribuição Espacial dos Investimentos Aprovados e Concluídos dentro do "Sistema 34-18/FINOR" de 1964 a 1989...	94

LISTA DAS TABELAS

	página
3.1. Nordeste/SUDENE. Projetos Industriais e Agropecuários Aprovados, 1980-1989 (Valores em US\$ 1,00).....	59
3.2. Nordeste. Projetos Industriais e Agropecuários Aprovados pela SUDENE. Comparativo entre Estados segundo o Investimento Total e Setores Beneficiados, 1980-1989 (Valores em US\$ 1.000,00).....	61
4.1. Rio Grande do Norte/SUDENE. Investimentos Totais Aprovados e Concluídos de 1964 a 1989. (Valores em US\$ 1,00).....	81
4.2. Rio Grande do Norte/SUDENE. Comparativo entre Municípios segundo projetos concluídos de 1964 a 1989. (valores em US\$ 1,00).....	82

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Formulação do problema.....	14
1.2. Definição dos objetivos da pesquisa.....	18
1.3. Hipótese.....	19
1.4. Notas metodológicas.....	20
1.4.1. Apresentação dos capítulos.....	20
1.4.2. Dados e tratamento estatístico.....	22
2. BREVES NOTAS SOBRE O ESTADO INDUSTRIAL DESENVOLVIMENTISTA...	24
2.1. Da dualidade à superação estatizante.....	24
2.2. Gênese e desenvolvimento da SUDENE. A propósito:	
da organização à desorganização da fantasia.....	27
2.2.1. Diagnóstico e Plano de Ação para o Nordeste;	
o GTDN e a criação da SUDENE.....	27
2.2.2. Ação estratégica da SUDENE: Planos Regionais de 1960 a 1990.....	33
2.3. Impactos econômicos e sociais da regulação: contribuição	
crítica a partir dos indicadores econômicos e sociais para	
o Nordeste e Rio Grande do Norte.....	36
2.4. Conclusão.....	44

3. A SUDENE: INCENTIVOS E PROJETOS APROVADOS NO PERÍODO 1980-1989.....	46
3.1. Panorama dos incentivos financeiros e fiscais	
da SUDENE nas décadas de 60, 70 e 80.....	47
3.2. Distribuição dos incentivos segundo os projetos	
aprovados para o Nordeste. de 1980 a 1989.....	58
3.2.1. Caracterização da década de 80 segundo estados, investimentos totais	
aprovados, setores e gêneros preponderantemente beneficiados.....	58
3.3. Conclusão.....	69
4. A SUDENE NO RIO GRANDE DO NORTE DE 1964 A 1989.....	72
4.1. Elementos dinâmicos da economia potiguar antes e	
depois da SUDENE (breve evolução histórica).....	72
4.2. Distribuição dos incentivos e investimentos concluídos pela SUDENE	
no Estado do Rio Grande do Norte no período de 1964 a 1989.....	79
4.2.1. Distribuição espacial e setorial dos investimentos financiados pela SUDENE	
no Rio Grande do Norte segundo áreas de concentração.....	80
4.2.1.1. Natal.....	83
4.2.1.2. Macau.....	85
4.2.1.3. Grande Natal (Pamamirim, São Gonçalo	
do Amarante, Extremoz e Macaíba).....	86
4.2.1.4. Demais municípios: a "dispersão" incentivada.....	89
4.3. Evolução recente da economia potiguar.....	92
4.3.1. Articulação entre a indústria incentivada no Rio Grande	
do Norte e a economia local, regional e nacional.....	93
4.4. Conclusão.....	107

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 110

ANEXOS..... 114

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 144

RESUMO

O presente trabalho circunscreve-se em torno da relação que se pode estabelecer entre o perfil dos investimentos predominantemente fomentados pela SUDENE no Rio Grande do Norte, de 1964 a 1989, e a dinâmica da economia local e regional. Para tanto, investiga e analisa o papel desempenhado pelo Estado, precisamente através do "Sistema 34-18/FINOR", no processo de desenvolvimento e crescimento do setor industrial experimentado pela economia potiguar durante as décadas de 60, 70 e 80. Destaca inicialmente o diagnóstico de disparidade regional em desfavor do Nordeste, elaborado pelo GTDN, seu Plano de Ação e respectiva legislação incentivadora, expondo, em seguida, a distribuição espacial e setorial dos incentivos financeiros no Nordeste (1980 a 1989) e no Rio Grande do Norte (1964 a 1989), estes últimos, em sua articulação com a economia local, a partir da observação da origem das matérias-primas úteis ao setor (demanda), bem como do destino preponderante dos produtos ofertados pela indústria que se instalou na "Grande Natal" (oferta) de 1992 a 1993. Como resultado da pesquisa, tem-se que a pretensa "equidade locacional e setorial", justificativa ideal dos incentivos estatais na época, não lograram o efeito pretendido, já que estados, como o Rio Grande do Norte, mantiveram-se em posição apenas marginal em captação de recursos. Contudo, conclui-se que a intervenção empreendida, associada à ações complementares (federal e estadual), foi absolutamente indispensável para o desenvolvimento recente da economia potiguar, ainda que se redesenhe neste subespaço de acumulação as características de concentração produtiva e de riqueza, seletividade e exclusão social, resultantes e conformadoras deste processo.

ABSTRACT

This study focuses upon the relationship that can be established between the profile of investments supported, predominantly, by SUDENE in Rio Grande do Norte, from 1964 to 1989, and the dynamics of the local and regional economy. For this purpose the study investigates and analyzes the role undertaken by the State, specifically through the "34-18/FINOR System", in the development and growth process experienced in the industrial sector by the Potiguar economy during the decades '60, '70 and '80. Initially, a diagnosis, elaborated by the GTDN, its Plan of Action and respective incentives legislation, of the regional disparity against the Northeast is pointed out; being presented, subsequently, the spatial and sectoral distributions of financial incentives in the Northeast (1980 to 1989) and in Rio Grande do Norte (1964 to 1989); these last incentives in their articulation with the local economy, by way of observation of the origins of raw materials useful to the sector (demand), as well as the preponderant destination of the products offered by the industries that located in "Greater Natal" (offer) from 1992 to 1993. As a result of the research, it is found that the intended "locational and sectoral equity", the idealized justification of the public sector incentives at the time, did not bring about the intended effects, being that states such as Rio Grande do Norte maintained only a marginal position with respect to capturing resources. However, it was concluded that the undertaken intervention, associated with complementary actions (Federal and State) was absolutely essential to the recent development of the Potiguar economy, even though reformulated in this subspace of accumulation the characteristics of wealth and productive concentration, selectivity and social exclusion, results and conformities of the process.

1. INTRODUÇÃO

1.1. - FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Segundo o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, no Nordeste, região menos dinâmica do país naquele momento, as políticas públicas deveriam reformar e reorganizar as velhas estruturas agrárias, e não consolidá-las. Isto se daria a partir da promoção de um intenso desenvolvimento industrial.

Reverendo os fatos e dados pode-se afirmar hoje que a industrialização se fez, embora tardia em relação ao Centro-Sul e ao mundo. Com ela formou-se uma infraestrutura regional que inexistia na época; implantação de diversos parques industriais; formação de mão-de-obra qualificada; adoção de modernas tecnologias ; perímetros irrigados, em suma, ações que visavam a modernização da base industrial/produtiva no Nordeste e no Rio Grande do Norte foram implementadas.

A economia nordestina se expandiu, como vislumbrara o GTDN, num ritmo superior à média brasileira na maioria dos períodos, conforme observa-se no Quadro 1.1, inclusive na década de 80, conhecida como a "Década Perdida".

Observa-se que o crescimento do Produto Interno Bruto-PIB (indicador de desenvolvimento econômico), evolui, no Rio Grande do Norte, para além da média nacional em vários anos, em particular na década de 80, quando o Nordeste (embora menos que o País) e principalmente o Brasil apresentavam taxas decrescentes de riqueza gerada, o que parece sugerir que a economia potiguar apresentava bases produtivas singulares ou desvinculadas das que predominavam na matriz produtiva nacional de então, a ponto de não se abalar significativamente neste período em

particular, que por ser considerada "perdida" foi extremamente recessiva, inflacionária, instável e estagnativa.

QUADRO 1.1
BRASIL, NORDESTE E RIO GRANDE DO NORTE
EVOLUÇÃO DO PIB 1965-1992 (ÍNDICE DO PRODUTO REAL)
VARIAÇÃO ANUAL (%) 1965-92 (ano base=1980)

PERÍODOS	BRASIL	NORDESTE	R. G. DO NORTE
1965	X	X	X
1966	4,0	-1,0	X
1967	4,8	12,6	X
1968	11,2	0,9	X
1969	10,1	4,1	X
1970	8,4	-4,2	X
1971	11,4	25,4	55,7
1972	11,9	5,9	5,3
1973	13,9	11,3	9,8
1974	8,3	1,6	-5,6
1975	5,1	8,5	2,7
1976	10,2	7,0	15,9
1977	4,9	8,9	13,6
1978	4,9	10,5	4,2
1979	6,8	7,2	0,3
1980	9,2	2,9	11,1
1981	-4,5	-0,7	0,8
1982	0,5	10,5	12,6
1983	-3,5	-3,8	0,8
1984	5,3	8,6	25,7
1985	7,9	8,0	3,1
1986	7,6	14,5	21,4
1987	3,6	-1,0	11,0
1988	-0,1	1,1	1,1
1989	3,3	3,2	-2,6
1990	-4,4	-5,9	4,3
1991*	0,9	2,4	6,7
1992*	-0,8	-2,3	-0,2

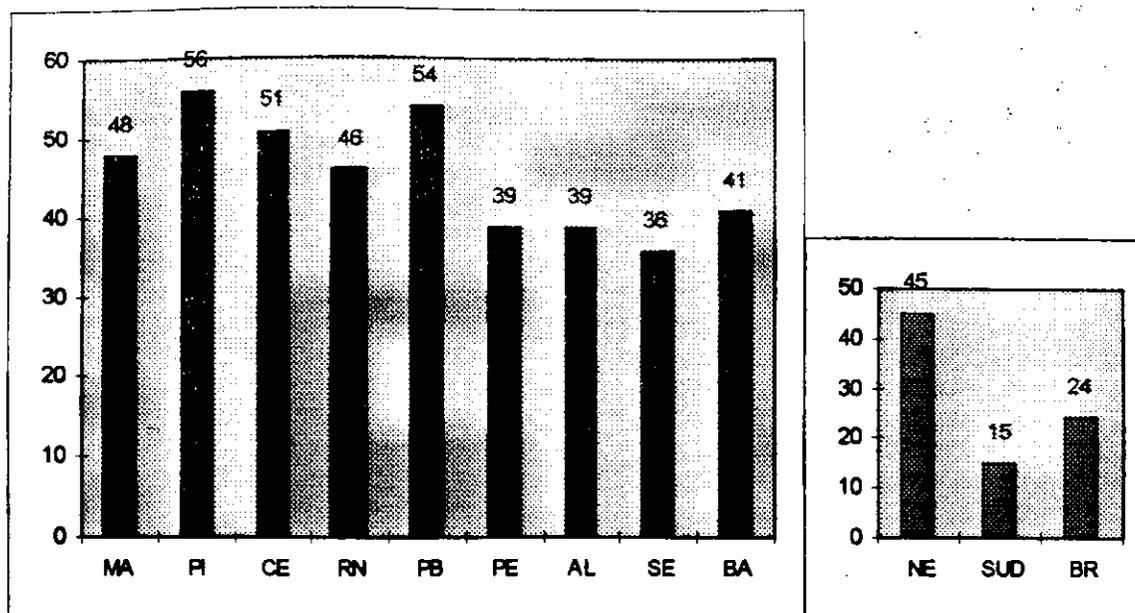
FONTE: BRASIL/SUDENE. Agregados econômicos regionais: Nordeste do Brasil 1965-92. Recife, 1994. Apud SUDENE/DPG/PSU/Grupo de Contas Regionais. (*) = Dados Preliminares. (X) = Dados não disponíveis.

É precisamente esta inquietação que este trabalho buscará refletir, inclusive porque se por um lado parece curioso que o Rio Grande do Norte apresente indicadores de desenvolvimento econômico expresso no PIB, desconexos com a tendência verificada sobretudo para o País, por outro lado, do ponto de vista dos indicadores sociais, este estado não se diferencia significativamente em relação aos índices de miséria e barbárie social da região e do Brasil, indicadores estes que expõem o paradoxo da pobreza em meio a riqueza.

O estado do Rio Grande do Norte apresentava em 1990 um índice de indigência de 46% de sua população, nível não apenas superior ao do Nordeste (45%), mas gigantesco quando comparado ao Brasil (24%) e particularmente ao Sudeste(15%), (Ver Gráfico 1.1). Com estes dados a presente pesquisa mostra não apenas a persistência da propalada disparidade regional, mas também submete à reflexão os programas e métodos de superação deste quadro, implementados ao longo das três décadas passadas.

GRÁFICO 1.1

ÍNDICE DE INDIGÊNCIA DA POPULAÇÃO
COMPARATIVO ENTRE NORDESTE, SUDESTE E BRASIL - 1990



FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE-IDEIC. O mapa da fome no Rio Grande do Norte. Natal, jul/93, p. 12.

O dinamismo da economia potiguar, em larga medida patrocinada pelas políticas governamentais, refletem ações de um Estado patrocinador da acumulação privada de capitais, que ao promover a modernização de novas atividades, crescimento da produção, destina insuficientes recursos à saúde, educação, habitação e infraestrutura popular.

Logo, o desenvolvimento industrial que o Nordeste e o Rio Grande do Norte experimentaram, se deu sob forte crescimento da dívida social, como em todo o país.

A "barbarização social", desemprego, capacidade de consumo decrescente, salários reais que definham, bolsões de miséria, são reflexos da opção de desenvolvimento que se conseguiu forjar nas últimas décadas. Mas também são reflexos

as "ilhas de desenvolvimento" ou "Nordeste, o Rio Grande do Norte Competitivo", seus produtores, produtos e espaços, sempre prioridades das políticas governamentais, a exemplo da produção de grãos do oeste baiano, sul do Maranhão e Piauí; da fruticultura para exportação dos Vales do São Francisco e Açu-RN; do surgimento do turismo litorâneo como nova opção, dentre outros.

A questão mais ampla e que fundamenta este estudo é a seguinte: a forte concentração de riqueza sob ação e recursos públicos em favor do privado seria o fundamento do desenvolvimento industrial no nordestino e norte-rio-grandense? Qual a natureza do Estado e do Desenvolvimento Econômico-Industrial experimentado pelo Nordeste, em particular o Rio Grande do Norte através da SUDENE? E, neste sentido, que articulação foi e é capaz de gerar com a dinâmica capitalista da economia nacional?

No entanto, nos limites em que esta investigação se circunscreve, a pergunta central que resume a problemática traçada é: que relação se pode estabelecer entre o perfil dos investimentos predominantemente fomentados pela SUDENE no Estado do Rio Grande do Norte de 1964-89 e a dinâmica da economia local e regional?

Os caminhos que serão trilhados, tendo este questionamento final como norteador, encontram-se detalhadamente expostos a seguir quando da definição dos objetivos, hipóteses e metodologia.

1.2 - DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral

Investigar e analisar o papel do Estado no processo de desenvolvimento e crescimento industrial experimentado pelo Rio Grande do Norte durante as décadas de 60, 70 e 80, através dos investimentos/projetos aprovados e concluídos pela

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dentro do "Sistema 34-18/FINOR", estabelecendo a relação entre o perfil produtivo forjado e a economia local e regional.

Objetivos Específicos

- 1) Examinar o conteúdo exposto, sobretudo em "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, enfatizando seu diagnóstico de disparidade regional em desfavor do Nordeste, bem como suas proposições de reversão para, através da ação governamental fomentar e fortalecer o setor industrial nesta Região, comparativamente à evolução dos indicadores econômicos e sociais do Nordeste e Rio Grande do Norte em particular, durante as três últimas décadas.
- 2) Analisar a distribuição dos incentivos financeiros promovidos pela SUDENE para a Região Nordeste durante a década de 80, tentando identificar estados, setores e gêneros de indústrias predominantemente beneficiados.
- 3) Analisar e comparar a distribuição dos incentivos financeiros da SUDENE para o Rio Grande do Norte, segundo municípios, setores e gêneros beneficiados, buscando identificar que articulação foi forjada com a economia local e regional, através da observação atenta da oferta e demanda da indústria incentivada, localizada na subzona de Natal e Grande Natal.

1.3 - Hipótese

A tentativa de, através dos incentivos da SUDENE em "faixas de prioridade", reverter a opção privada em se localizar preferencialmente em estados como Bahia e Pernambuco, sobretudo, não logrou o êxito previsto. Neste sentido, pode-se afirmar que

o estado do Rio Grande do Norte manteve-se em posição marginal como localização privada e incentivada pelo "Sistema 34-18/FINOR" no período 1964-1989, em que pese o fato deste situar-se no "rol dos estados-prioridade", apresentando percentuais incentivados sobre o investimento total aprovado sempre elevados. Entretanto, tais percentuais incidiram persistentemente sobre montantes de empreendimentos privados radicalmente inferiores quando comparados à maioria dos estados-área da SUDENE, particularmente Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará. Não obstante, a incapacidade desta "ação planejada e compensatória" em incentivar equitativamente (locacional e setorialmente) investimentos produtivos privados em toda a região, findou por favorecer estados, produtos e produtores específicos, contribuindo assim para o fortalecimento da cadeia de concentração de riqueza que o desenvolvimento e modernização do Nordeste, em tese, deveria romper. Conquanto, ainda assim, pode-se afirmar que os parques investimentos totais aprovados pela SUDENE, incentivados pelo "Sistema 34-18/FINOR" e captados pelo Rio Grande do Norte, embora quando comparados com os estados acima citados sejam ínfimos, foram, internamente, absolutamente indispensáveis para a consolidação da estrutura produtiva industrial forjada e hoje predominante no Rio Grande do Norte, particularmente em Natal e Grande Natal, precisamente suas indústrias têxteis e de vestuário.

1.4 - Notas Metodológicas

1.4.1 - Apresentação dos Capítulos

O capítulo primeiro tem um caráter introdutório, preocupando-se basicamente com a exposição do problema, definição dos objetivos e hipótese da presente investigação.

O capítulo segundo, de fundamentação teórica, é uma reflexão acerca da natureza do Estado e do desenvolvimento industrial no Nordeste, e particularmente no Rio Grande do Norte, a partir da criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. Em última instância, é uma análise acerca da intervenção planejada do Estado na economia, aqui vista não como uma anomalia, senão como um recurso freqüente rumo à manutenção e consolidação do ciclo de reprodução capitalista. Discute ainda que tal regulação da acumulação expressou-se no Nordeste e Rio Grande do Norte, na elevação dos indicadores econômicos para além da média nacional, ao mesmo tempo em que se mostrou incapaz de conter, significativamente, a crescente miséria e barbarização social.

O capítulo terceiro preocupa-se inicialmente em fazer um panorama acerca da sistemática dos incentivos financeiros concedidos pela SUDENE no período 1960-89 dentro do "Sistema 34-18/FINOR". Em seguida, expõe e analisa a distribuição espacial dos projetos cujos investimentos totais foram aprovados e incentivados pela SUDENE, destacando estados, setores, gêneros e ramos predominantemente incentivados.

No capítulo quarto, o Rio Grande do Norte, estado-base desta pesquisa, é inicialmente apresentado em sua evolução histórica, dando ênfase aos elementos dinâmicos de sua economia antes e depois da SUDENE. Em seguida, é tomado como exemplo de beneficiário dos investimentos incentivados pela SUDENE, através dos projetos aprovados e concluídos no período 1964-89, com especial destaque para municípios, setores, gêneros e ramos predominantemente incentivados pelo "Sistema 34-18/FINOR", particularmente a indústria de transformação localizada em Natal e Grande Natal. Na segunda seção deste capítulo analisa-se a relação que tais empreendimentos mantêm atualmente com a economia local e/ou regional, a partir da observação da origem preponderante das matérias-primas úteis ao setor (demanda),

bem como o destino de sua produção (oferta) especificamente para os anos de 1992 e 1993. Portanto, uma investigação *ex-post* incentivo.

Finalmente, o capítulo quinto dedica-se às considerações finais do presente estudo.

1.4.2 - Dados e Tratamento Estatístico

Os principais dados contidos nos capítulos 3 e 4 foram obtidos a partir dos relatórios anuais da SUDENE referentes aos anos de 1960 a 1990, especificamente a publicação "Projetos Industriais e Agropecuários", os quais, depois de inúmeras análises e inferências à luz do referencial teórico e dos objetivos aqui expostos, resultaram nas considerações, tabelas e gráficos que se seguirão no decorrer do trabalho.

Tais dados, somente disponíveis a preços correntes de cada ano, uma vez corrigidos, foram convertidos a preços médios do dólar de 1989 (último ano investigado), através do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, Revista Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas (FGV). (Ver Quadro Anexo 1.A)

A utilização de um deflator para eliminar a variação dos preços (IGP), e ainda a necessidade de se ter como base o ano mais recente da investigação (1989), bem como sua taxa média de câmbio Cr\$/US\$, deram lugar às fórmulas homogeneizadoras que se seguem, as quais atualizaram e aclararam as inflexões do período, tanto a nível de região (estados e setores de 1980-89), quanto para o estado do Rio Grande do Norte (municípios e setores), o que seria impossível de ser visualizado com os dados agregados freqüentemente publicados pela SUDENE.

Fórmula A = Valores dos anos 1964 a 1975/(1.000.000.000 x Deflator x Taxa de Câmbio)

Fórmula B = Valores dos anos 1976 a 1985/(1.000.000 x Deflator x Taxa de Câmbio)

Fórmula C = Valores dos anos 1986 a 1988/(1.000 x Deflator x Taxa de Câmbio)

Fórmula D = Valores do ano de 1989/ Taxa de Câmbio

Resumindo: $V/(@ZN \times D \times TXC \text{ Cr\$/US\$ de 1989})$, sendo @ZN= cortes de zeros nas moedas dos respectivos anos.

~~Acrescente-se ainda que a classificação dos setores, ramos e gêneros~~ apresentada nos relatórios anuais da SUDENE, sofreram diversas alterações ao longo do período 1960-89, impossibilitando a manutenção da mesma nos moldes em que se apresenta na década de 1980, isto é, a agroindústria e a pesca como sendo setores específicos, e a agricultura tradicional separada da agricultura irrigada. Assim justificado e para fins didáticos, apesar do "arbitrio", a classificação modificada e optada para o presente estudo, isto é, agroindústria como ramo da indústria, a pesca como ramo da agropecuária e a agricultura tradicional e irrigada juntas, deveu-se a possibilidade de agrupar os agentes econômicos em três grandes setores, quais sejam: setor primário, secundário e terciário, em que pese o fato desta "re-classificação" não atentar para as peculiaridades dos segmentos. **(Ver Classificação na Tabela Anexo 4.A)**

2. BREVES NOTAS SOBRE O ESTADO INDUSTRIAL DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO

As notas seguintes vêm a ser, de certo modo, uma tentativa de contextualizar, ainda que brevemente, a atuação do Estado na industrialização nacional, e particularmente no Nordeste através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em sua relação com o pensamento CEPALINO¹ de diagnóstico e perspectiva de reversão do subdesenvolvimento latino-americano.

2.1 - Da dualidade à superação estatizante

A transição da economia brasileira de uma base eminentemente agrária para a fase industrial, tem, no pós 30, com o Estado Novo Getulinista, seu maior ponto de inflexão.

É contudo na década de 50, que a intelectualidade brasileira dá mostras de sua polaridade teórica, ao estabelecer uma "dualidade" acerca do desenvolvimento econômico brasileiro. De um lado, defensores preocupados em garantir a "vocação agrária" do Brasil e o liberalismo econômico a partir dos princípios de regulação automática do mercado e alocação ótima dos fatores, dando ênfase à Teoria das Vantagens Comparativas. Outros, por sua vez, chamados desenvolvimentistas, pregavam a intervenção do Estado na economia rumo à industrialização e planejamento. Tal ideologia articulava-se com a proposta da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, (MANTEGA, 1984, p. 11-2).

¹ - A Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, foi criada em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento da América Latina. Além dos países do hemisfério, integram-na especialmente: EUA, Grã-Bretanha, França e Holanda. Possui sede em Santiago do Chile, (SANDRONI, 1985, p.56).

Em verdade esta controvérsia entre um setor "atrasado" (agrário) e outro "moderno" (industrial), findou por se constituir a base sob a qual assenta a tese dual da economia brasileira. Porém, adverte OLIVEIRA, (1988, p.9-37), tal dualidade é "encontrável não apenas em quase todos os sistemas" e períodos, como também se constitui numa diferença apenas formal, visto que "o processo real mostra uma simbiose, uma organicidade, unidade de contrários", entre, por exemplo: agricultura "versus" indústria, isto é, em última instância, têm desenvolvimentos desiguais, porém combinados.

É preciso, portanto, ressaltar e concluir que o subdesenvolvimento econômico de alguns países não se constitui numa fase prévia, anterior ou não capitalista e que portanto o seu desenvolvimento não os levarão, necessária e linearmente, ao capitalismo das nações desenvolvidas, dada a sua especificidade periférica-tardia.

Conquanto, é bem mais visível e consensual o mérito da CEPAL em se constituir na primeira e mais expressiva tentativa latina de entender metodológica e planejadamente o desenvolvimento, vicissitudes, peculiaridades do Continente Latino-Americano e propor um conjunto de medidas para a reversão do subdesenvolvimento identificado.²

² - Segundo LIPIETZ, meados do século XX é marcado pelo movimento anticolonial onde teóricos do terceiro mundo passam a enfatizar o funcionamento concreto das formações sociais dominadas, elaborando uma crítica ao "centro-centrismo" e acenando para a possibilidade de uma autonomia relativa do regime de acumulação periférico. Na América Latina, tal inquietação expressa-se nos enunciados da CEPAL, a qual, segundo o autor, encontrava-se não apenas limitada por possuir uma visão "tecnologista", caracterizada pela produção interna de bens de investimento rumo à substituição de importações, mas também e sobretudo por não pressupor a mutação social e ampliação do consumo das massas - faces necessárias do fordismo desenvolvido, resultando assim em apenas uma "caricatura de fordismo", (LIPIETZ, 1988, p. 68-81).

Para XAVIER (1992, p.5-20), a viabilidade e natureza da reversão proposta também se constitui num mérito CEPALINO, colocando-os, inclusive, à frente das interpretações cepalinas contemporâneas: dependentistas, campineiros, cepalinos tardios. O mérito, sobretudo, diz o autor, está na tentativa de reversão do subdesenvolvimento através da industrialização "estatal-econômico-socialmente planejada" da economia nacional, significando dizer com isto que, subjacente a esta idéia, está posto que o enriquecimento privado-capitalista só se realizaria através da "social-estatização" das funções capital-produtivas, isto é, a acumulação não se viabilizaria efetivamente se deixada por conta e risco da "empreendedora" iniciativa privada.³

Ao não "confiar" à livre iniciativa dos agentes privados a industrialização nacional, se não pela ação planejadora, orientadora e "corretiva" das inflexões cíclicas por parte do Estado, a CEPAL, deu um passo à frente dos seus intérpretes contemporâneos, conclui XAVIER. Porém esclarece que, embora tal escola tenha formalmente admitido que as contradições do capitalismo sejam próprias do capitalismo, tal admissão, porque apenas formal, não reconheceu na propriedade privada capitalista (apropriação versus social produção), a "fonte geradora" das oposições do sistema, o que os leva, ato contínuo, a definirem como motivo, finalidade capitalista, os investimentos produtivos, os quais, quando não viabilizados pela livre iniciativa privada, seriam substituídos e garantidos pelo Estado (socialização formal das funções capital-produtivas) visando a superação "conservadora" do subdesenvolvimento.⁴ Portanto, é a presença e não ausência do Estado que garante a reconstituição do ciclo capitalista numa conjuntura expansiva, (XAVIER, 1992, p. 9-20).

³ - Assim como o enriquecimento privado-capitalista, também as conseqüências do imperialismo, do subdesenvolvimento, das trocas desiguais, da distribuição desigual de renda, só se reverteriam sob ação econômico-social planejadas, (XAVIER, 1992, p. 5-7).

⁴ - Superação conservadora por ser social-reformista e não social-revolucionária.

2.2 - Gênese e desenvolvimento da SUDENE, a propósito: da organização à desorganização da fantasia

Passados 36 anos da primeira edição do Documento concebido e redigido por Celso Furtado, mas publicado como de autoria do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN,⁵ consensual marco na história do planejamento regional no Brasil, que serviu de peça preliminar à concepção e criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (tratada a seguir), faz-se mister um exame e análise do respectivo "diagnóstico da pobreza nordestina", bem como do "receituário" proposto para minorar tais problemas. Estes estão contidos no "Relatório do GTDN", sem dúvida, reflexo do pensamento desenvolvimentista-cepalino que via no estímulo à industrialização impulsionada pelo Estado, a única forma capaz e eficiente de abrir caminho ao desenvolvimento econômico do Nordeste.

2.2.1 - Diagnóstico e Plano de Ação para o Nordeste; o GTDN e a criação da SUDENE

Segundo o GTDN, no Nordeste, região menos dinâmica do País naquele momento, as políticas públicas deveriam reformar e reordenar as velhas estruturas agrárias, e não consolidá-las. Tal reestruturação da base produtiva somente se efetivaria a partir da promoção de um intenso desenvolvimento industrial.

O Brasil, que já tardiamente iniciara seu ciclo de industrialização efetiva (anos 50), ainda destacava-se pela exportação de matérias-primas, as quais, dada a "baixa

⁵ - O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN foi criado em 1956, no Governo do então Presidente da República Juscelino Kubitschek, e estava ligado à Presidência da República através do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Segundo FURTADO, (1985, p.37-58), um dos muitos grupos que instituiu o BNDE, acessorado pelas Nações Unidas, mas que não contava com nenhuma pessoa conhecedora da Região ou economistas especializados em planejamento, em suma, "*... um grupo incolor que praticamente deixou de existir quando recebi a missão de preparar o referido documento ... o qual, ... mesmo desligado do nome de seu autor, pôde continuar a exercer a função de desvendar a realidade nordestina*". Por fim, esclarece-se que no presente trabalho, para fins didáticos, mesmo depois desta ressalva, será mantido o que se convencionou chamar de "o documento/relatório do GTDN".

elasticidade renda da demanda; a concorrência de sintéticos e o protecionismo praticado pelos importadores" perpetuavam o quadro de deterioração dos termos de intercâmbio⁶, (FURTADO, 1989, p.28).

A questão considerada central e mais grave abordada pela "nova política de desenvolvimento econômico para o Nordeste" refere-se à disparidade dos níveis de crescimento da produção e da renda entre o Nordeste e o Centro-Sul do País.

A renda *per capita* do nordestino, que em 1948 alcançava 37,3% da do habitante do Centro-Sul, chega a apenas 32% desta em 1956 (oito anos depois). Convertida, chegava a US\$ 96,00 contra US\$ 303,00 no Centro-Sul. Do lado da produção fazia-se presente também a disparidade, pois, no período compreendido entre 1948 e 1956, a produção real do Nordeste cresceu 37,2%, enquanto que o crescimento da mesma no Centro-Sul durante o período foi de 51%. (Ver Quadro 2.1 a e b)

QUADRO 2.1(a)

NORDESTE E CENTRO-SUL

COMPARATIVO DE RENDA PER CAPITA (1948 a 1956)

ANOS	Nordeste		Centro - Sul		NE / CS %
	Cr\$	US\$	Cr\$	US\$	
1948	1.627,00	—	4.358,00	—	37,3
1956	5.450,00	96,00	17.029,00	303,00	32,0

FONTE: BRASIL.SUDENE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife, 1967, p. 19-20.

⁶ - Configura-se no período uma expressiva queda dos preços internacionais das matérias-primas, a excessão do petróleo, e ainda, como afirma LIPIETZ (1988, p. 55-74), as "relações econômicas internacionais foram principalmente, nos anos 1945-65, relações Norte/Norte", concluindo em seguida que o "termostato" (países do Terceiro Mundo e exportadores destas matérias), perde importância enquanto "mercado", mesmo que cresça sua importância enquanto "fonte" (de petróleo, de mão-de-obra, matérias-primas)...

QUADRO 2.1(b)

NORDESTE E CENTRO-SUL

COMPARATIVO DE ÍNDICE DA PRODUÇÃO REAL (1949 a 1956)

(ANO BASE - 1948 = 100)

ANOS	Nordeste	Centro-Sul
1948	100,0	100,0
1949	102,1	104,8
1956	137,2	151,0

FONTE: BRASIL.SUDENE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife, 1967, p. 19-20.

Outros indicadores comprovavam a disparidade, percebia-se em 1950 que não apenas a População Economicamente Ativa - PEA do Nordeste mostrava-se inferior à do Centro-Sul, em todos os setores (agricultura, indústria, comércio e serviços), mas também que a renda por pessoa ocupada chegava a ser 2,9 vezes maior no Centro-Sul do que no Nordeste. (Ver Quadro 2.2)

QUADRO 2.2

COMPARATIVO ENTRE NORDESTE E CENTRO-SUL

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (A) E RENDA POR PESSOA OCUPADA (B)

(1950)

Atividades	NORDESTE		CENTRO-SUL		VARIÇÃO (B)CS/(B)NE
	(A)	(B)	(A)	(B)	
Produtivas					
Agricultura	664	3,7	5.617	10,6	2,9
Indústria	493	8,9	1.963	19,4	2,2
Comércio	244	25,4	778	30,3	1,2
Outros Serviços	699	12,7	2.548	24,4	1,9
TOTAL	5.100	6,6	10.906	16,5	2,5

FONTE: BRASIL.SUDENE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife, 1967, p. 16-7.

(A) = mil habitantes; (B) = mil cruzeiros

No caso específico da agricultura, a relação capital investido por hectare no Nordeste em 1950 era de Cr\$ 6.300,00 contra Cr\$ 27.300,00 no Centro-Sul, segundo dados do GTDN. Além do mais, comparando os índices da produção agropecuária e industrial no período 1948-56, infere-se que a variação no Nordeste foi 25% no Setor Agropecuário contra 32% no Centro-Sul. Na Indústria, o diferencial é ainda maior pois o Nordeste apresenta uma variação de 50% na produção, ao passo que o Centro-Sul chega à 81%. (Ver Quadro 2.3)

QUADRO 2.3

COMPARATIVO ENTRE NORDESTE E CENTRO-SUL

ÍNDICE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL(1948=100)

(1948-56)

ANOS	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA	
	NE	CS	NE	CS
1949	102,3	104,1	101,1	105,3
1956	125,2	132,4	149,8	181,2
VARIAÇÃO DO PERÍODO	25%	32%	50%	81%

FONTE: BRASIL.SUDENE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife, 1967, p. 23.

As causas apontadas como responsáveis pelo atraso do Nordeste face à dinâmica do Centro-Sul são: a menor abundância de terras aráveis; maior irregularidade pluviométrica; excessiva concentração fundiária e de renda; predominância do setor de subsistência na "hinterlândia" semi-árida; predominância de relações comerciais com o exterior e Centro-Sul que, dada a política protecionista de abastecer-se no Centro-Sul, à preços que triplicaram quando comparados aos das importações do exterior no período, impunham ao Nordeste enorme gasto de divisas; existência de um "duplo fluxo de rendas" entre o setor público, cujas transferências concentravam-se em época de seca,

e o setor privado que orientava-se para o Centro-Sul na fase de prosperidade. Por último, a ausência e, ao mesmo tempo, necessidade de um "novo impulso dinâmico para a região", que não o primário-exportador, agravaram a disparidade ao tempo em que davam lugar a significativas transferências de renda em detrimento do Nordeste, (FURTADO, 1989,p. 52-54).

Estando assim circunscritas as causas explicativas dos desníveis verificados, propôs-se um Plano de Ação que estruturava-se em torno de quatro diretrizes básicas:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
 - b) transformação da economia agrícola com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos intensificados pela industrialização;
 - c) transformação progressiva do semi-árido, no sentido de elevar sua produtividade e torná-lo resistente às secas e;
 - d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporá-la às terras úmidas do *hinterland* maranhense em condições de receber excedentes populacionais.
- (BRASIL.SUDENE, 1967, p. 14)

Convém entretanto esclarecer que o presente estudo limitar-se-á à reflexão da ação contida na letra a do referido Plano de Ação, dado os objetivos a que se destina, que é em última instância, o de investigar e analisar o papel do Estado no processo de desenvolvimento e crescimento industrial experimentado pelo Nordeste na década de 1980 e pelo Rio Grande do Norte em particular, durante o período 1964-89, através dos investimentos/projetos aprovados e concluídos pela SUDENE, na tentativa

de estabelecer a relação existente entre os empreendimentos incentivados pelo "Sistema 34-18/FINOR" no estado potiguar e a economia local e regional.

A citada política de industrialização visava o "tríplice objetivo": gerar emprego; criar uma classe dirigente nova e imbuída do espírito empreendedor e fixar na região os capitais que tendiam a emigrar.

Cabe, contudo, ressaltar que apesar do reconhecimento de que a industrialização sozinha não seria capaz de reverter o quadro de disparidades regionais verificadas, via-se na ação compensatória do Estado rumo à industrialização, a origem e emergência dos novos surtos de crescimento, a partir de então, não mais resultantes do setor exportador, tradicional mas em decadência, e muito menos deixados ao livre arbítrio da iniciativa privada.

Tal ação compensatória sugere a redefinição da atuação estatal, caracterizada até então por ser eminentemente assistencialista e concentrada em anos de seca, para uma ação que buscasse contribuir efetivamente para a expansão da base produtiva e do emprego permanente.

Assim sendo, o Nordeste, região ou *"... espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseguinte uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição"* (OLIVEIRA, 1981, p. 29), passa a partir de então a ser palco de uma das mais contundentes e efetivas formas de ação planejada do Estado na América Latina, intervenção não neutra que age diretamente sobre as contradições entre a reprodução do capital nacional e regional. Os fundamentos desta "ação planejada e compensatória", os quais encontram-se no ambicioso programa de desenvolvimento regional e estratégia

modernizadora proposto pelo GTDN, deram origem à necessidade de criação de uma Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Assim sendo, a 15 de dezembro de 1959, era aprovada a Lei nº 3.692 instituindo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE,⁷ cuja missão previa, grosso modo: formular, implantar e coordenar programas, projetos e, posteriormente, administrar uma política de incentivos financeiros e fiscais com vistas à realização de grandes investimentos privados na Região, (FINOR, 1992, p. 25).

2.2.2 - Ação estratégica da SUDENE: Planos Regionais de 1960 a 1990

Constata-se a existência de dez documentos, os quais direta ou indiretamente, tratam da política e programação regional no período 1960-90, são estes:

1) I Plano Diretor.....	(1961-63)*
2) II Plano Diretor.....	(1963-65)*
3) III Plano Diretor.....	(1966-68)*
4) IV Plano Diretor.....	(1969-73)*
5) I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND.....	(1972-74)
6) II PND.....	(1975-79)
7) III PND.....	(1980-85)
8) I PND/Nova República.....	(1986-91)
9) Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste - PDN.....	(1986)
10) I Plano Trienal de Desenvolvimento do Nordeste - I PTDN.....	(1988-90)

(*) Documentos Aprovados por Lei Federal. (BRASIL.SUDENE, 1990, p. 39)

⁷ - A SUDENE fora instituída depois de meses de encaminhamento ao Congresso Nacional, e em meio a ardilosas ingerências dos "adversários", que ao longo do período (1959-64), criariam "novas armadilhas", mutilando o projeto original, ainda que "ambicioso e reformista", admite FURTADO (1989, p. 40 e 58), respectivamente. A propósito, a reflexão desta contenda é ricamente reconstituída por FURTADO, em "A Fantasia Desfeita", Paz e Terra, 1989, sobretudo nos prolegômenos.

Sob a presidência de Celso Furtado, de 15/12/59 a 04/04/64, a Superintendência seria condutora dos investimentos federais na região, segundo critérios de "essencialidade" dispostos no Plano Diretor e desde que aprovados pelo Congresso Nacional. (Ver Anexo 2.A)

O I Plano Diretor da SUDENE (1961-63) era constituído de projetos ligados aos setores de eletrificação; transportes; aproveitamento dos recursos hídricos; reestruturação rural; melhoria das condições de abastecimento; levantamento e prospecção mineralógicas; levantamento cartográfico; serviços de abastecimento de águas para cidades do interior; acesso das populações às condições mínimas de instrução e incentivos aos investimentos privados no setor industrial. Este Plano, embora tenha sido enviado ao Congresso Nacional em abril/1960, passou um ano e sete meses para ser votado, (FURTADO, 1989, p. 81-3). Portanto, percebe-se que os esforços em infra-estrutura e definição das vantagens comparativas locais eram predominantes neste I Plano Diretor.

O II Plano Diretor, abrangendo o período 1963-65, foi aprovado em jun/63, sua inovação devia-se à criação de um "Fundo de Emergência" destinado à formação de estoques estratégicos que abastecessem regularmente as zonas em calamidades (secas, enchentes), bem como à criação de um "Fundo de Inversões" pautado em quatro objetivos, que o governo: 1) assumisse os riscos na pesquisa de recursos naturais; 2) facilitasse a criação de indústrias básicas, de longa maturação e de tecnologia complexa; 3) criasse "mecanismos amortecedores" frente aos impactos cambiais sobre os investimentos beneficiados pelo financiamento externo e 4) mobilizasse recursos para financiar, a longo prazo, habitações populares, afirma FURTADO (1989, p. 141-2). Logo, percebe-se que a partir deste Plano, a ênfase em infra-estrutura foi se reduzindo em benefício dos setores diretamente produtivos.

O III e o IV Planos Diretores (1966-68 e 1969-73 respectivamente), tiveram como preocupação fundamental o levantamento e o aproveitamento dos recursos hídricos; minerais; florestais, pesqueiros e de solos da Região, com atenção especial à transformação da região semi-árida e à modernização da agricultura, já que o referencial maior era a industrialização, (BRASIL.SUDENE, 1994, p. 40).

Num plano geral pode-se afirmar que as estratégias da Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste, através dos Planos Regionais, contemplavam progressivamente seis temáticas centrais: o desenvolvimento industrial; a modernização das atividades agrícolas; o desenvolvimento social; modernização do aparato administrativo do Nordeste; a atualização tecnológica e as vantagens locacionais dos investimentos produtivos, para as quais, cada um por si, foram criados diversos grupos de trabalho e arrematados recursos financeiros e técnicos a fim de consolidar tais "intenções", dentre as quais destaca-se nesta subseção, ainda que brevemente, o setor agropecuário e o desenvolvimento industrial.

Para o Setor Agropecuário previa-se estímulos à modernização agrícola; pecuária, colonização; irrigação; racionalização do abastecimento e agroindustrialização, objetivos estes que deram lugar, sobretudo após os PNDs, à emergência de inúmeros Programas como o de Integração Nacional (PIN) e o de Distribuição de Terras no Norte e Nordeste (PROTERRA-1971), os quais, financiados com recursos do "Sistema 34-18/FINOR", passaram a ser fonte de recursos de outros Programas especiais como o de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (Decreto nº 74.794/74); de Desenvolvimento da Região Semi-árida - Projeto Sertanejo (Decreto nº 78.299/76); de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PPAP, este já na fase do I PTDN (1988-90), assim

como o de Apoio às Organizações de Pequenos Produtores Rurais (Projeto São Vicente), dentre outros, (BRASIL.SUDENE, 1990, p 40-2).⁸

No que se refere à industrialização e sendo esta a nova fonte de dinamismo da economia nordestina a partir de então, fez-se mister introduzir nos Planos Regionais a necessidade de instalação de indústrias básicas e indutoras de novos empreendimentos, o reequipamento das indústrias tradicionais e a assistência à pequena e média empresa, fundamentando assim a criação dos Distritos Industriais (I, II e III Plano Diretor, 1961-68). No IV Plano Diretor buscou-se, sobretudo, integrar o parque industrial nordestino à dinâmica nacional, na tentativa de assentá-lo por um lado em indústrias dinâmicas e complementares, e por outro, em indústrias tradicionais, modernas e com elevada produtividade. Como resultante deste processo tem-se a instalação de *complexos* como: Petroquímico (Camaçari-BA); Cloroquímico - Alagoas; Portuário (Pernambuco); Agroindustrial do Médio São Francisco; Têxtil e Metalúrgico do Norte de Minas Gerais (BRASIL.SUDENE, 1990. p. 42-4) dentre algumas outras "ilhas nordestinas de modernidade" e de contradições, como se verá na contribuição crítica a seguir.

2.3 - Impactos econômicos e sociais da regulação: breve contribuição crítica a partir dos indicadores econômicos e sociais para o Nordeste e Rio Grande do Norte

A interação entre o Estado e a economia, comum ao desenvolvimento capitalista no mundo, tornou-se no Brasil, particularmente no Nordeste, não apenas pressuposto do processo de acumulação, mas mais que isto, potenciou a acumulação para além dos limites impostos pela taxa média de lucro, na medida em que, acessando

⁸ - Os efeitos desta "multiplicação" de programas tendo como base apenas uma fonte de recursos, qual seja : o que se convencionou chamar de "Sistema 34-18/FINOR", serão melhor precisados no Capítulo subsequente.

fundos públicos, cria novos parâmetros de lucratividade, agora, submetidos a este "novo circuito" de valor (*anti-D - D - M - D'*),⁹ não como um desvio, mas como necessidade de expansão capitalista, (OLIVEIRA, 1988, p. 8-22)

Portanto, se a criação de um "mercado institucionalmente regulado" via fundos públicos serviu para a transformação significativa da base produtiva do Nordeste e do Rio Grande do Norte, do ponto de vista dos indicadores sociais tal ação não se fez eficiente na mesma escala. Constatação que não descarta a absoluta importância da ação estatal na Região, apenas questiona seu "ideário", assim como a manutenção e até acentuação da pobreza em meio ao crescimento econômico.

Observando-se a participação dos setores econômicos na formação do Produto Interno Bruto (indicador de desenvolvimento econômico), percebe-se o declínio do Setor Agropecuário na formação do PIB no período 1960-90, sobretudo em se tratando do Rio Grande do Norte (18,8% em 1970 contra 5,9% em 1990). Por outro lado, a presença do Setor Industrial na formação do PIB, se solidifica nestas décadas, chegando em 1990 a corresponder à 40,4% do PIB do Rio Grande do Norte; 28,2% do Nordeste e 34,2% do PIB brasileiro. Vale ressaltar ainda que o Setor Agropecuário no Nordeste, ainda apresenta um peso relativo maior na formação do seu PIB do que a participação deste mesmo Setor no Brasil e Rio Grande do Norte, resultando com isto que o Setor Industrial tenha no Nordeste, um peso relativo inferior na composição do PIB, quando comparado ao Brasil e ao Rio Grande do Norte no período 1960-90. (Ver Quadro 2.4)

Sabe-se ainda que o PIB do Nordeste e do Rio Grande do Norte, em particular, evoluiu durante a década de 1980 - a chamada "Década Perdida", num ritmo superior ao do Brasil. Em 1982 por exemplo, auge da crise recessiva no Brasil, a

⁹ - Circuito "anti-D ou anti-valor", porque o fundo público não é capital *strictu sensu*.

QUADRO 2.4
BRASIL/NORDESTE/ RIO GRANDE DO NORTE
COMPARATIVO DE PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO PIB
1960-1994 (%)

ANOS	SETORES ECONÔMICOS								
	AGROPECUÁRIA			INDÚSTRIA			SERVIÇOS		
	BR	NE	RN*	BR	NE	RN*	BR	NE	RN*
1960	19,20	30,50	X	32,60	22,10	X	48,20	47,40	X
1970	11,60	21,00	18,80	35,80	27,40	26,30	52,60	51,60	54,80
1980	10,20	17,30	15,80	41,00	29,30	28,80	48,80	53,40	55,50
1990	9,30	14,40	5,90	34,20	28,20	40,40	56,50	57,40	53,70
1994**	14,20	12,10	X	34,20	28,30	X	55,70	59,60	X

FONTES: Boletim Conjuntura. Nordeste do Brasil. Recife: SUDENE, nº 3, jul/95, p.304.

Apud IBGE/DPE/DECNA/SUDENE/DPO/Contas Regionais.

* BARCELAR, Tânia de Araújo. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? São Paulo, UNESP/FUNDAP, 1995, p.298.

** Dados preliminares para o ano de 1994. (X) = Dados não disponíveis.

variação anual do PIB do Brasil acusou (0,5%) contra (-4,5%) em 1981, ao passo que o Nordeste apresentou uma variação de (10,5%) em 1982 contra (-0,7%) em 1981. Mais peculiar ainda foi o desempenho do Rio Grande do Norte, pois sua variação foi de (12,6%) em 1982 contra (0,8%) em 1981. Destaca-se que no período 1980-90 o crescimento do PIB do Brasil foi de 1,6%, ao passo que o do Nordeste foi de 4,0% ,(Ver Quadro 2.5).

É também crescente a participação relativa do PIB da região Nordeste na formação do PIB do Brasil (13,2% em 1960 contra 17,3% em 1990). Embora em menor grau, a mesma tendência se verifica em se tratando do PIB do Rio Grande do Norte em relação ao PIB do Nordeste (4,6% em 1970 contra 5,9% em 1990). É pertinente frisar que o Rio Grande do Norte destaca-se, dentre todos os demais da região, pela variação positiva de sua participação percentual no PIB do Nordeste nos seguintes períodos: 1980/70 com 19,6%; 1990/80 e 1994/90 com 7,3% e 10,2% respectivamente, quando para os mesmos períodos outros estados apresentaram variações inferiores e/ou decrescentes, a exemplo da Bahia (6,0%; -7,1% e 2,1%); Pernambuco (-16,7%; -9,3% e -7,5%) e Ceará (9,0%; 8,3% e 6,9%), (Ver Quadro 2.6).

Estas significativas e complexas transformações econômicas do subespaço nordestino e potiguar como "opção viável" para os investimentos privados após 1959, capitaneados pelos incentivos públicos, sobretudo o "Sistema 34-18/FINOR", mas também por isenção de impostos; ações de estatais como PETROBRÁS e Companhia Vale do Rio Doce, bancos oficiais, por capitais locais, nacionais e multinacionais, findaram por integrar o Nordeste à dinâmica da acumulação nacional, submetendo-o às vicissitudes das inflexões nacionais, ao tempo em que manteve conflitos e particularidades dentro da diversidade forjada.

QUADRO 2.5
BRASIL/NORDESTE/ RIO GRANDE DO NORTE
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB (1960/1990)
VARIAÇÃO ANUAL (1980-1992) (BASE 1980=100)

PERÍODOS	BRASIL	NORDESTE	R.G.NORTE
1960-70	6,10	6,00	x
1970-80	8,70	8,70	x
1980-90	1,60	4,00	x
1980	9,20	2,90	11,10
1981	-4,50	-0,70	0,80
1982	0,50	10,50	12,60
1983	-3,50	-3,80	0,80
1984	5,30	8,60	25,70
1985	7,90	8,00	3,10
1986	7,60	14,50	21,40
1987	3,60	-1,00	11,00
1988	-0,10	1,10	1,10
1989	3,30	3,20	-2,60
1990	-4,40	-5,90	4,30
1991*	0,90	2,40	6,70
1992*	-0,80	-2,30	-0,20

FONTE: BRASIL.SUDENE.Agregados econômicos
regionais: Nordeste do Brasil 1965-92. Recife,
1994, p.15,85,150. Apud SUDENE/DPG/PSU
/Contas Regionais.
(*) = Dados Preliminares.
(x) = Dados não disponíveis.

QUADRO 2.6
PARTICIPAÇÃO % DO PIB DA REGIÃO NORDESTE NO PIB DO BRASIL
E DO RIO GRANDE DO NORTE NO PIB DO NORDESTE (1996-94),
VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO % POR ESTADO NO PIB DO NORDESTE
(1970-94)

A N O	NE/BR	RN/NE	
1960	13,20	X	
1970	12,30	4,60	
1980	13,10	5,50	
1990	17,30	5,90	
1994*	17,50	6,50	
PERÍODOS	1980/70	1990/80	1994*/90
Maranhão	7,90	23,50	2,40
Piauí	9,40	22,90	-11,60
Ceará	9,00	8,30	6,90
R.G.Norte	19,60	7,30	10,20
Paraíba	-15,40	14,50	-6,30
Pernambuco	-16,70	-9,30	-7,50
Alagoas	0,00	3,60	-1,80
Sergipe	7,70	-14,30	5,50
Bahia	6,00	-7,10	2,10

FONTE: Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil. Recife: SUDENE,
n. 3, jul/95, p.306-10. Apud SUDENE/DPO/Contas Regionais

(*) = Dados Preliminares.

(X) = Dado não disponível.

Constata-se, pois, que não se verifica mais a tese do GTDN quanto à existência de um Nordeste estagnado, atrasado, posto que as "ilhas de desenvolvimento" como o Pólo Petroquímico de Camaçari (Ba), o Pólo de Confeções de Fortaleza (Ce), o Complexo Minero-Metalúrgico do Maranhão, o Complexo Agroindustrial Petrolina/Juazeiro (Ba/Pe), as modernas áreas de cultivo de grãos do oeste baiano, sul do Maranhão e Piauí e o Pólo de Fruticultura do Vale do Açú-Rn são a expressão maior da concentrada e oligopolizada modernização.

Por outro lado, esta ação estatal anticíclica e bastante particular experimentada pelo Nordeste e Rio Grande do Norte, pós SUDENE, por não se contrapor à apropriação, propriedade e gestão privada capitalista, permitiu que este mesmo Nordeste, do semi-árido, da seca, do pequeno produtor, isto é, o Nordeste da reforma agrária, do acesso à água ou à energia elétrica, permanecesse "quase" que intocado, mantendo-se a retórica.¹⁰

Os dados da exclusão social, verificados no Nordeste e no Rio Grande do Norte em particular, são ainda mais perversos quando comparados aos do Brasil, os quais por sua vez figuram como um dos mais catastróficos do Terceiro Mundo. Tanto o Nordeste como o estado potiguar "superam" o Brasil em taxa de mortalidade infantil; subemprego e indigência, assim como também possuem a menor esperança de vida (em anos); menor população economicamente ativa em relação à população total em comparação com a média nacional. (Ver Quadro 2.7 e Gráfico 1.1)

¹⁰ - Embora não se tenha em mente que o desenvolvimento social *strictu sensu* seja necessariamente e espontaneamente consequência das transformações econômicas. Apenas aventa-se aqui, a possibilidade de, ainda nos limites capitalistas, dadas a conjunção de condições políticas, históricas, culturais, ideológicas e econômicas hegemônicas, se ter o desenvolvimento social como horizonte efetivo e associado ao desenvolvimento econômico.

QUADRO 2.7
BRASIL/NORDESTE/RIO GRANDE DO NORTE
INDICADORES SOCIAIS
1960-1991

ESPECIFICAÇÃO	1960			1970			1980			1991		
	BR	NE	RN	BR	NE	RN	BR	NE	RN	BR	NE	RN
Tx.de Mortalidade Infantil (p/1.000 habitantes)	118,13	154,94	198,16	116,94	151,18	176,61	87,00	121,36	146,88	51,00	88,20	X
.Esperança de Vida(anos)	52,37	43,51	34,08	52,67	44,38	38,63	61,98	58,71	X	65,49	64,22	X
.Tx de subemprego* (invisível)	X	X	X	67,20	86,40	X	37,80	64,90	X	X	X	X
.PEA/População Total*	32,00	31,90	X	31,70	29,70	X	36,10	32,10	X	X	X	X

FONTES: Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil. Recife: SUDENE, n°

3, jul/95, p.250-2. Apud IBGE/DPE/SUDENE/DPO/IPL/ESE/Contas Regionais.

*BRASIL. SUDENE. Modernização regional em curso. Trinta anos

de SUDENE. Recife, 1990, p.110. Apud, SUDENE/DPG/PSE/GPS e DPG/IES/GSD

(Dados básicos do IBGE). (X) = Dados não disponíveis.

2.4 - Conclusão

Não se pode afirmar, contudo, que a regulação estatal tenha se dado apenas em favor do capital, pois do lado do trabalho também se verifica sua ação direta e/ou indireta: educação; previdência social; seguro-desemprego; salário-família, dentre outros. Porém, no caso brasileiro e especificamente nordestino, o processo de acumulação baseado e alimentado com recursos públicos (sobretudo após 1964), levou à privatização do público, do que resultou não numa regulação estatal do salário, da distribuição de renda, do acesso aos bens e direitos públicos mínimos, mas no empobrecimento social crescente, que no Nordeste e Rio Grande do Norte em particular são ainda mais danosos e exacerbados do que em outros estados ou regiões.

Neste contexto, conclui-se que a "questão nordestina" se amplia e se restringe. Se amplia na medida em que não se verifica mais uma economia que estagnada, convive com o forte dinamismo do Centro-Sul nos moldes apresentados pelo GTDN, visto que a integração econômica nacional, desencadeada nas últimas décadas, "solidariza" o Nordeste à dinâmica de acumulação nacional e a todas suas vicissitudes, embora não homogeneíze as estruturas produtivas. Se restringe, porque vista sob o prisma da concentração fundiária e de renda; do acesso aos bens sociais básicos: educação; saúde; água; luz, dentre outros, constitui-se ainda um desafio. Contudo, ambas se circunscrevem na modernização, desenvolvimento e miséria produzidos e reproduzidos pela própria expansão capitalista recente. Assim sendo, embora seja limitada pelos condicionantes internos, de suas classes dirigentes, suas organizações sociais, sua burguesia, o Nordeste atual se redesenha numa questão mais ampla que é a própria "questão brasileira", agravada e dinamizada pela globalização.¹¹

¹¹ - De acordo com Lipietz, constata-se uma nova redivisão internacional do trabalho segundo o grau de flexibilidade na relação capital/trabalho. O Brasil, sugere, se enquadraria não apenas dentre aqueles países que alcançaram tão somente um "pré ou caricatura de fordismo", mas

Portanto, se a criação de um "mercado institucionalmente regulado", via fundos públicos, serviu para a transformação significativa da base produtiva do Nordeste e do Rio Grande do Norte, do ponto de vista dos indicadores sociais tal ação não se fez eficiente na mesma escala. Constatação que não descarta a absoluta importância da ação estatal na região, como se verá nos capítulos 3 e 4 subseqüentes, apenas submete à reflexão seu "ideário", assim como a manutenção e até acentuação da pobreza em meio ao crescimento econômico.

também, diante da "flexibilização" necessária à manutenção do capitalismo pós crise do fordismo central, absorveu a mais rígida, não induzindo ou permitindo uma "implicação negociada" do trabalho frente às transformações das relações entre este, o capital e o Estado, impulsionadas pela elevação da produtividade social, (LIPIETZ, 1988, p. 68-81 e 1995, p. 53-6).

3. A SUDENE: INCENTIVOS E PROJETOS APROVADOS NO PERÍODO 1980-1989

A estratégia encontrada pelo Estado industrial-desenvolvimentista para eliminar as disparidades regionais em desfavor do Nordeste, bem como para reter o fluxo de poupança gerado na região; atrair poupança externa e elevar, ainda que "socialmente", a taxa de retorno dos investimentos privados (gerando uma espécie de circuito "anti-valor" - D-D-M-D'), enfim, para alterar a estrutura e desempenho das atividades econômicas dos estados e setores da região, os quais, se deixados espontaneamente, não despertariam o interesse dos agentes econômicos privados, evoluiu historicamente, na forma direta (através de empresas públicas) e/ou de forma indireta (através de mecanismos de política socioeconômica). Em relação a estes últimos, destacam-se especialmente os incentivos financeiros e fiscais como sendo investimentos indiretos do setor público, (Seção 3.1).

Convém recordar que a estagnação e retrocesso socioeconômico do Nordeste frente à dinâmica do Centro-Sul somente seriam superados, segundo o GTDN, através da transformação do setor industrial em "impulsionador-mor" do desenvolvimento regional subsequente, face à perda desta capacidade por parte do setor agro-exportador.

Em virtude destas considerações, faz-se necessário perceber ainda que o sistema de incentivos constituiu-se, de certa forma, na materialização de um "pacto social" entre Estado, empresariado e sociedade em geral, que não sem contradições ou conflitos, hegemonizaram econômico-político e socialmente uma fase da evolução da economia nacional e nordestina em particular.

Do subsídio ao capital na forma de um sistema de incentivo fiscal e financeiro, optou-se por enfatizar, neste estudo, a modalidade "34-18/FINOR", panoramizada a seguir.

Dada a impossibilidade de discorrer acerca da ação da SUDENE ou do "Sistema 34-18/FINOR" em todos os estados durante 36 anos, optou-se por periodizar o estudo da região (toda a área de atuação da SUDENE), nos anos 1980 à 1989. A década de 1980 foi aqui tomada como amostra por significar, não apenas do ponto de vista político, uma inflexão rumo à democracia a ser construída pós golpe militar de 1964, mas também por ser a "década-locus" das principais contradições do desenvolvimento, modernização e acumulação forjadas na economia brasileira recente, caracterizando-se por um lado: pela elevação do endividamento externo; transferência líquida de capital para o exterior; concentração de renda; disparidades regionais; PIB e renda *per capita* decrescentes; elevação da taxa de juros; especulação financeira e inflação acelerada, problemas que tiveram como contraposição: O III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-85); os Planos Anti-inflacionários Cruzado I e II (1986-87), Bresser (1987) e Verão (1988), e o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1988-91). Por outro lado, ainda que admita-se que esta década tenha se mostrado "perdida" econômico-socialmente para alguns, em particular a classe trabalhadora e o próprio Estado, também permitiu a elevação dos ganhos privados. Neste sentido, constitui-se numa década "sui-generis".

3.1 - Panorama dos Incentivos financeiros e fiscais da SUDENE nas décadas de 60, 70 e 80.

A área de atuação da SUDENE compreende, além dos 9 (nove) estados do Nordeste, o antigo território de Fernando de Noronha e o norte do estado de Minas Gerais, também incluído no Polígono das Secas.

No que diz respeito aos incentivos financeiros e fiscais da SUDENE, tem-se que, historicamente, a iniciativa privada que viesse a se instalar, reformular, modernizar ou ampliar seus empreendimentos na área de atuação acima citada, poderia contar com os seguintes incentivos:

- a) apoio financeiro do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR;
- b) isenção ou redução do Imposto sobre a Renda;
- c) isenção ou redução do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados;
- d) reinvestimento de 50% do Imposto sobre a Renda;
- e) financiamento do BNB e BNDES;
- f) incentivos estaduais e municipais.

Para os limites deste trabalho, considerar-se-á tão somente a opção FINOR de incentivo, o qual apesar de ser administrado pela SUDENE, é operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB.

A principal finalidade do FINOR é *"aplicar recursos através da subscrição de ações em projetos"* industriais e agropecuários para o Nordeste, desde que aprovados pela SUDENE, e, *"garantir um modelo auto-sustentado de mobilização de poupanças para investimentos privados, fomentando, dessa maneira, o desenvolvimento econômico regional"*, (BRASIL.SUDENE, 1992, p.15).

Em verdade, o atual Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.376 de 12.12.1974 em substituição ao sistema de incentivos resultante do Artigo 34 da Lei nº 3.995 de 14.12.1961 e alterado pelo Artigo 18 da Lei nº 4.869, de 01.12.1965, o qual ficou conhecido como "Sistema 34-18".

Segundo dados da SUDENE, a mais importante fonte de receita do FINOR tem sido a dedução do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas que optem por aplicar até 50% deste imposto no Fundo de Investimentos do Nordeste. Neste caso, tais empresas são denominadas INVESTIDORAS, sendo BENEFICIÁRIAS as empresas captadoras destes recursos e cujo projeto de investimento tenha sido previamente aprovado pela SUDENE.¹

De outra parte, deve-se acrescentar que o FINOR também tem outras fontes, quais sejam: *"nas subscrições voluntárias por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado; nas subscrições de quotas por outros fundos e no resultado das aplicações dos recursos já efetivados (dividendos, juros e bonificações em dinheiro), bem como outros recursos previstos em lei".*²

Poém, tais fontes de recursos, sobretudo a dedução do imposto devido para aplicação no FINOR, foram gradativamente esvaziadas na medida em que criaram-se novas opções legais em favor de outras regiões, setores e/ou programas. Como exemplo pode-se citar o FINAM (1963, a amazônia como opção de investimento financiado); a extensão dos benefícios fiscais à pesca (1967), ao turismo e ao reflorestamento (1968); a criação de programas como o de Integração Nacional (PIN-1970) e o de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA - 1971). Todos sustentados na mesma fonte de recursos.

Concomitantemente, o crescimento do setor industrial do Nordeste, bem como a diversificação de sua base produtiva, findou por elevar a demanda de recursos provenientes do "Sistema 34-18/FINOR". Como resultante tem-se um déficit de recursos

¹ - A aplicação destes recursos em empresas geram títulos para as empresas *investidoras*, os quais poderão ser negociados em Bolsas de Valores ou em leilões especiais do FINOR.

² - As subscrições voluntárias praticamente inexistem, afirma o documento "FINOR: perguntas e respostas", 1987, p. 12.

disponíveis para aplicação, o qual se expressa não apenas no atraso dos recursos e conseqüente implantação dos empreendimentos, mas também nas inúmeras reformulações, adequações, aberturas e restrições na legislação reguladora desse processo.³

Acrescente-se a todos estes aspectos o fato de que sendo o imposto sobre a renda das pessoas jurídicas a principal fonte de recursos do sistema de incentivo FINOR, este passa a depender também do nível da atividade econômica do País, já que uma queda na rentabilidade dos investimentos poderá diminuir a base sob a qual ele emerge, (PAIVA, 1983, p. 30).

Conquanto, o Quadro 3.1, a seguir, demonstra a posição da opção FINOR, dentre as demais, no período 1962-93, tomando claro sua preponderância, mas, também, seu decréscimo relativo quando do surgimento e manutenção das demais opções, particularmente após 1971, que é exatamente o período em que se "multiplicam" os programas especiais.

³ - Considera-se que o atual Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto -Lei nº 1.376, de 12.12.1974, foi radicalmente modificado pela recente Lei nº 3.167, de 16.01.91, instituída pelo então Presidente Fernando Collor de Mello.

QUADRO 3.1
SISTEMA FINOR
POSIÇÃO DO FINOR SEGUNDO AS OPÇÕES

1962 - 1993

ANO	FINOR	FINAM	PESCA	TUR.	REFLOR.	PIN	PROT.	E.S	AVIAÇ.	EDUC.	TOTAL
1962	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
1963	87,5	12,5	-	-	-	-	-	-	-	-	100
1967	76,0	22,0	2,0	-	-	-	-	-	-	-	100
1968	64,5	22,8	6,1	5,0	1,6	-	-	-	-	-	100
1971	33,1	14,6	6,3	2,9	13,1	30,0	-	-	-	-	100
1972	24,5	9,0	3,0	1,6	11,9	30,0	20,0	-	-	-	100
1975	25,6	8,1	1,0	1,2	13,2	28,7	19,1	0,4	1,6	1,1	100
1979	18,5	7,9	0,4	1,0	19,0	28,8	19,2	0,5	1,8	2,9	100
1985	28,2	7,3	13,3	-	-	28,5	19,0	5,7	-	-	100
1988	26,3	28,5	-	-	0,6	23,4	15,5	0,6	0,6	4,5	100
1989	32,0	24,9	-	-	-	22,8	15,1	0,8	-	4,3	100
1993	33,5	25,9	-	-	-	23,8	15,4	1,4	-	-	100

FONTE: BRASIL.SUDENE. Mensagem do Superintendente da SUDENE aos empresários do FINOR. Recife, abril/1994, p.14.
Apud Centro de Informações do Ministério da Fazenda

Ademais, cumpre dizer algo sobre as modificações institucionais que regularam a evolução destes incentivos nas décadas de 1960-70-80, destacando, dentre as inúmeras modificações e aperfeiçoamentos, as que sugerem e se adequam à seguinte periodização: antes de 1966; de 1966 a 1969 e de 1969 a 1986, as quais enfatizam alterações nos critérios locacionais e setoriais a partir do Decreto nº 58.666-A, de 16.06.66; do Decreto nº 64.214, de 18.03.69 e da Portaria nº 648/86 de 09.12.86 da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Neste sentido, o primeiro aspecto a se considerar é que a distribuição espacial dos incentivos, somente a partir de 1966 passa por explícita avaliação segundo critérios locacionais e setoriais social-estatalmente planejados.

Com o Decreto nº 58.666-A, de 16.06.66, introduz-se um sistema de pontos na avaliação dos projetos a partir do estabelecimento das "faixas" de prioridade locacionais e setoriais que se seguem:

I - CRITÉRIOS LOCACIONAIS

- | | |
|---|-----------|
| a) Nos municípios de Recife, Salvador, adjacências e distritos industriais que lhes servem..... | 05 pontos |
| b) Nos municípios dos estados do Nordeste, exceto os do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe..... | 10 pontos |
| c) Nos estados do Rio Grande do Norte e Sergipe..... | 15 pontos |
| d) Nos estados do Piauí e Maranhão..... | 20 pontos |

II - CRITÉRIOS SETORIAIS (implantação, complementação, modernização ou ampliação)

- | | |
|---|-----------|
| a) Sistemas de telecomunicações | 25 pontos |
| b) Indústrias básicas ou germinativas, de bens duráveis, de consumo e de bens intermediários de uso generalizado..... | 20 pontos |
| c) Atividades pioneiras, produtoras de bens sem similares no estado | 20 pontos |

III - CRITÉRIOS GERAIS E DE ESSENCIALIDADE

- | | |
|---|-----------|
| a) Projetos que visassem à modernização, complementação, ampliação industrial e elevação da rentabilidade..... | 05 pontos |
| b) Projetos que implicassem em substituição de importações estrangeiras ou de outras regiões do País ou que implicasse em exportações para o exterior (país ou região)..... | 05 pontos |
| d) Projetos intensivos em ocupação de mão-de-obra..... | 05 pontos |
| e) Projetos cujos investimentos fossem intensivos em componentes nacionais..... | 05 pontos |
| f) Projetos em que a participação dos recursos do Sistema 34-18 fosse proporcionada por uma quantidade mínima de 10 pessoas jurídicas distintas..... | 05 pontos |
| g) Projetos definidos pela SUDENE como de alta prioridade para o desenvolvimento regional..... | 10 pontos |

O Quadro 3.2, a seguir, resume as faixas de prioridade, quantidade de pontos auferidos e conseqüente taxa de participação dos incentivos 34-18/FINOR, segundo a regulação em vigor nas décadas de 1960-70-80, respectivamente.

QUADRO 3.2

FAIXAS DE PRIORIDADE, PARTICIPAÇÃO DO 34-18/FINOR SEGUNDO A

QUANTIDADE DE PONTOS (1966 a 1986)

Regulação em vigor	Faixas de prioridade	% participação do "34-18/FINOR"		Quantidade de pontos
Decreto 58.666-A de 16.06.66 (a)	A	75%		- igual ou maior do que 50.
	B	50%		- igual ou maior do que 30 e menor do que 50.
	C	25%		- menor do que 30.
Decreto 64.214 de 18.03.69 (b)	A	75%		- igual ou maior do que 50.
	B	65%		- igual ou maior do que 40 e menor do que 50.
	C	50%		- igual ou maior do que 30 e menor do que 40.
	D	40%		- igual ou maior do que 25 e menor do que 30.
	E	30%		- menor do que 25.
Portaria nº 648/86 de 09.12.86(c)	A	% máx.FINOR*	% mín.terceiro*	- igual ou maior do que 50.
	B	50%	25%	- igual ou maior do que 40 e menor do que 50.
	C	40%	30%	- menor do que 40.

FONTE:(a) Decreto nº 58.666, Art. 7º, Apud PAIVA FILHO, 1983, p. 45

(b) Decreto nº 64.214/69, Apud BRASIL. SUDENE. Incentivos fiscais e financeiros para investimentos no Nordeste do Brasil. Recife, ago/86, p.82.

(c) Portaria nº 648/86, Apud BRASIL.SUDENE: Consolidação das normas sobre a redução e isenção do imposto de renda, reinvestimento e FINOR. Recife, 1993, p. 83.

(*) Calculados sobre o montante das inversões totais do projeto, inclusive capital de giro.

Com o Decreto nº 64.214 de 18.03.69, os critérios locacionais, setoriais e gerais passam a ser os seguintes:

I - CRITÉRIOS LOCACIONAIS

a) Nos estados do Maranhão, Piauí e no território de Fernando de Noronha.. 25 pontos

- b) Nos estados do Rio Grande do Norte e Sergipe..... 20 pontos
- c) Nos estados do Ceará, Paraíba e Alagoas e nos municípios da "área mineira da SUDENE" 15 pontos
- d) Nos estados de Pernambuco e Bahia 10 pontos

II - CRITÉRIOS SETORIAIS

Projetos que visassem à implantação, complementação, modernização ou ampliação de:

- a) Energia elétrica sob as formas de: geração, transmissão, distribuição e eletrificação rural..... 25 pontos
- b) Sistema de telecomunicações sob as formas de: telegrama, telefonia e radiocomunicação..... 25 pontos
- c) Indústrias de bens de capital e de bens intermediários básicos..... 20 pontos
- d) Indústrias de outros bens intermediários..... 15 pontos
- e) Indústrias de bens de consumo durável e têxtil..... 10 pontos

III - CRITÉRIOS GERAIS

- a) Projetos que proporcionassem substituição de importações externas ou que exportassem pelo menos 40% de sua produção para o exterior... 10 pontos
- b) Projetos que adquirissem na região pelo menos 80% das matérias-primas e secundárias necessárias 15 pontos
- b.1) Projetos cuja essa aquisição seja inferior a 80% até o limite de 50%.. 10 pontos
- c) Projetos que visassem realocização, modernização ou ampliação com aumento de produtividade, para empresas ainda não beneficiadas pelo 34/18, ou FINOR (pós 1974)..... 05 pontos
- d) Projetos de empresas de capital aberto constituída na Região, na forma da legislação específica em vigor..... 05 pontos

- e) Projetos em que a participação dos salários e encargos sociais excedessem à 25% do valor agregado bruto..... 05 pontos
- f) Projetos que ensejassem uma participação da mão-de-obra no lucro tributável, igual ou superior a 10% 05 pontos
- g) Projetos intensivos em mão-de-obra, sem prejuízo da tecnologia adequada..... 25 pontos

IV - CRITÉRIOS GERAIS DE ESSENCIALIDADE

- a) Julgando especialmente os bens a serem produzidos, desvantagens ou vantagens locacionais e disponibilidade de recursos, a SUDENE poderá acrescentar até 10 pontos e deduzir até 15 pontos, no total.
- b) Nas empresas de controle acionário e/ou de capital estrangeiro, o incentivo não poderá ultrapassar ao montante de recursos próprios aplicados no projeto.

Por último, antes de tecer alguns comentários acerca das modificações na legislação dos incentivos aqui periodizada, cabe acrescentar que a Portaria nº 648/86 de 09.12.86 altera as faixas de prioridade dos projetos a serem beneficiados com recursos do FINOR conforme expõe o Quadro 3.2 e, embora mantenha o critério de pontuação do Decreto nº 64.214 de 18.03.69, anteriormente tratado, afirma em seu Artigo 2º que os projetos de ampliação, modernização ou diversificação serão classificados, no máximo, na faixa "B" de prioridade.

Comparando as modificações dos critérios locacionais e setoriais observa-se primeiramente, que antes de 1966, a decisão sobre a localização e setor a ser contemplado era de caráter eminentemente privado. Supunha-se assim um espaço nordestino "homogêneo em termos econômicos". Logo, as tentativas da SUDENE, pós 1966 na priorização locacional sobretudo, revelam um esforço de distribuição mais equitativa dos incentivos no espaço nordestino, "contrário às decisões de localização privadas", (PAIVA, 1983, p. 35-6).

Contudo, pode-se inferir que nos anos subseqüentes, tal "esforço", apesar de fundamental para a transformação de alguns estados em opção viável do ponto de vista da rentabilidade capitalista, foi absolutamente insuficiente para deter a orientação privada em se localizar concentradamente em alguns locais, como se verá na seção 3.2 que trata dos incentivos e investimentos totais, por estados e setores no período 1980-1989.

Observa-se também que do Decreto nº 58.666-A/66 ao Decreto nº 62.214/69 há não somente uma definição mais clara dos estados e municípios, mas sobretudo uma alteração de 5 (cinco) pontos absolutos em favor de todas as áreas. Contudo, em termos relativos, os estados de Pernambuco e Bahia foram favorecidos em 100%, já que dobraram de 5 para 10 pontos.

A Portaria nº 648/86 de 09.12.86 pouco altera o critério locacional, mantendo portando o Decreto nº 65.214/69 quase que na íntegra.

Quanto ao nível de prioridade setorial é clara a preocupação com a geração de uma infra-estrutura, sobretudo em telecomunicações, mas também em eletrificação, assim como incentivo à indústria de transformação, particularmente a de bens de capital e de intermediários básicos.

É visível o crescimento da pontuação para indústrias consumidoras de vantagens comparativas locais; que utilizassem equipamentos nacionais; que promovessem a substituição de importações; diversificação de sua base, bem como exportasse para fora do País. Enfim, busca-se a promoção de uma industrialização auto-sustentada, nos termos previstos pelo GTDN.

No que se refere à mão-de-obra, é possível afirmar que, tendo sido limitado em 25 pontos absolutos a intensividade em número de trabalhadores, a força-de-

trabalho subordinou-se gradativamente à adequação da relação capital/trabalho dos projetos no período e legislação investigada.

Em se tratando da taxa de participação dos incentivos 34-18/FINOR no investimento total, tem-se inicialmente que a Lei nº 4.239 de 27.06.63 foi a primeira a fixar o limite dessa participação em no *máximo* 50% do total a ser investido. Já o Artigo 22 da Lei nº 4.869 de 10.12.65 limita em 1/3 do total dos investimentos o incentivo *mínimo*. Com o Decreto nº 58.666-A de 16.06.66 cria-se o sistema de pontos, e condiciona o investimento total à determinada taxa de participação nos incentivos, conforme apresentou-se no quadro anterior.

Observa-se que quanto maior o número de pontos, dentro das prioridades estabelecidas pelos Decretos 58.666-A/66 e 64.214/69, maior a taxa de participação dos incentivos no investimento total, percentual este que chega a 75% a partir de 1969. Considere-se ainda que o Decreto 64.214/69 chega a ser mais flexível que o anterior, pois cria faixas intermediárias (B, D e E), elevando o limite inferior de participação. Já a Portaria 648/86, além de estabelecer um limite mínimo para a participação de recursos próprios, estabelece uma faixa máxima de participação do FINOR em 50% (mesmo para projetos com pontuação maior ou igual a 50), caracterizando-se assim por uma maior restrição ao incentivo máximo e menor flexibilidade nas faixas intermediárias na medida em que as elimina.

3.2 - Distribuição dos Incentivos segundo os projetos aprovados para o Nordeste de 1980 a 1989

Ao longo das páginas que se seguem ver-se-á a distribuição dos incentivos da SUDENE, dentro do sistema FINOR, assim como os investimentos totais aprovados por esta Superintendência para a região no período 1980-89.⁴

Para tanto, considerar-se-ão os três grandes setores da economia, quais sejam: industrial, agropecuário e de serviços, bem como seus respectivos gêneros. Será dado ênfase aos estados, setores e gêneros predominantemente incentivados no período, tendo como referência maior o volume de recursos aprovados.

3.2.1 - Caracterização da década de 80 segundo estados, investimentos totais aprovados, setores e gêneros preponderantemente beneficiados

Os investimentos totais em projetos industriais, agropecuários e de serviços aprovados pela SUDENE para a Região no período 1980-89 somaram US\$ 288.520.631,00 (preço de 1989), dos quais o FINOR participou financiando 43,4% em média deste montante.

O ano de 1983 classifica-se como o primeiro lugar em recursos de projetos aprovados, concentrando 87,5% dos investimentos totais previstos na década, precisamente US\$ 252.485.393,00.⁵ (Ver Tabela 3.1)

⁴ - Incluso a "área mineira da SUDENE".

⁵ - Na ausência de uma explicação oficial que justifique tamanha excepcionalidade para o ano de 1983, sugere-se aqui que um dos fatores que levaram à esta gigantesca concentração em volume de recursos cujos projetos foram aprovados, foi a inflexão econômica que marca o período 1981-83, período de crescimento negativo do PIB, conforme observou-se no Quadro 1.1.

TABELA 3.1
NORDESTE/SUDENE
PROJETOS INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIOS E DE SERVIÇOS APROVADOS
1980-1989 (US\$ 1,00)

ANOS	INVEST.TOTAL	CLASSIF.	% DO ANO	FINOR	FINOR/IT(%)
1980	2.278.491	4º	0,8	637.807	28
1981	1.068.370	7º	0,4	518.889	49
1982	24.242.266	2º	8,4	14.307.141	59
1983	252.485.393	1º	87,5	120.497.635	48
1984	923.788	8º	0,3	495.540	54
1985	883.182	9º	0,3	453.298	51
1986	782.409	10º	0,3	399.350	51
1987	1.161.051	6º	0,4	398.923	34
1988	1.378.021	5º	0,5	352.317	26
1989	3.317.660	3º	1,2	1.141.200	34
TOTAL	288.520.631	-	100	139.203.100	48

FONTE: Projetos Industriais e Agropecuários Aprovados. Recife, SUDENE, 1960-1990. Relatórios Anuais.

Quanto à distribuição espacial dos investimentos aprovados e incentivados, percebe-se que a Bahia manteve liderança quase que absoluta dentre os demais estados, quanto ao volume de recursos aprovados durante o período, a exceção dos anos 1980, 1985 e 1986 sobretudo. Embora para todos os anos da década o estado da Bahia mantenha-se como a principal escolha para a localização destes investimentos privados/incentivados, salvo a excepcionalidade do ano de 1986 quando seus projetos somaram apenas 55 mil dólares, são precisamente os anos de 1982-83 (auge da recessão brasileira) e 1989 que responderam pelo montante de aproximadamente 76 milhões de dólares em projetos aprovados. (Ver Tabela Anexo 3.A e Tabela Anexo 3.B.1 a 3.B.10 para este e para todos os estados que se seguem)

Por outro lado, importa precisar melhor que o estado da Bahia concentrou 26,4% do total de recursos aprovados pela SUDENE, dentro do "Sistema FINOR", durante a década de 1980, dos quais a indústria de transformação que lá se localizou captou aproximadamente 63 milhões de dólares (82,6% do total aprovado para a Bahia no período 80-89). Tais recursos distribuíram-se preponderantemente para as três indústrias a seguir: Química (72,4% dos recursos em projetos aprovados para este estado); Mecânica (13,9%) e Produtos Alimentares (4,5%). No Setor Agropecuário, o qual concentrou US\$ 10.402.000,00 (13,6% do total aprovado para a Bahia no período), destaca-se a absorção de 38% deste montante pela Agricultura (irrigada ou não); Pecuária (32,6%) e Avicultura (20,3%). (Ver Tabela 3.2(A e B) e Gráfico 3.1 para este e para todos os Estados que se seguem)

Com aproximadamente 59 milhões de dólares em projetos aprovados a área mineira da SUDENE figura como a segunda opção preferencial para a localização destes empreendimentos incentivados durante a década de 1980(20,4% do total aprovado para o Nordeste), embora, como atesta a Tabela Anexo 3.A, sua posição comparativa no período seja bastante oscilante. Infere-se ainda que o Setor que captou o maior volume de recursos foi o da Indústria de Transformação, concentrando aproximadamente 55 milhões de dólares (93,3% do total aprovado para Minas Gerais de 1980 a 1989), dos quais ressaltam-se, 82,5% destinaram-se à Indústria Têxtil e 11,9% à Indústria Metalúrgica. Ao Setor Agropecuário coube 4 milhões de dólares em média (6,6% do total aprovado), sendo a Pecuária absorvedora de 84,6% destes.

O estado de Alagoas, sugere-se aqui que por absoluta excepcionalidade do ano de 1983, foi o terceiro Estado em absorção/localização destes empreendimentos aprovados segundo o volume de recursos. Foram US\$ 43.147.000,00 (15,0% do total de

TABELA 3.2 (A) - CONTINUA
NORDESTE/SUDENE
PROJETOS INDUSTRIAIS E AGROPECUÁRIOS APROVADOS
COMPARATIVO ENTRE ESTADOS SEGUNDO INVESTIMENTO TOTAL E SETORES BENEFICIADOS
1980-89 (VALORES EM US\$ 1.000,00)

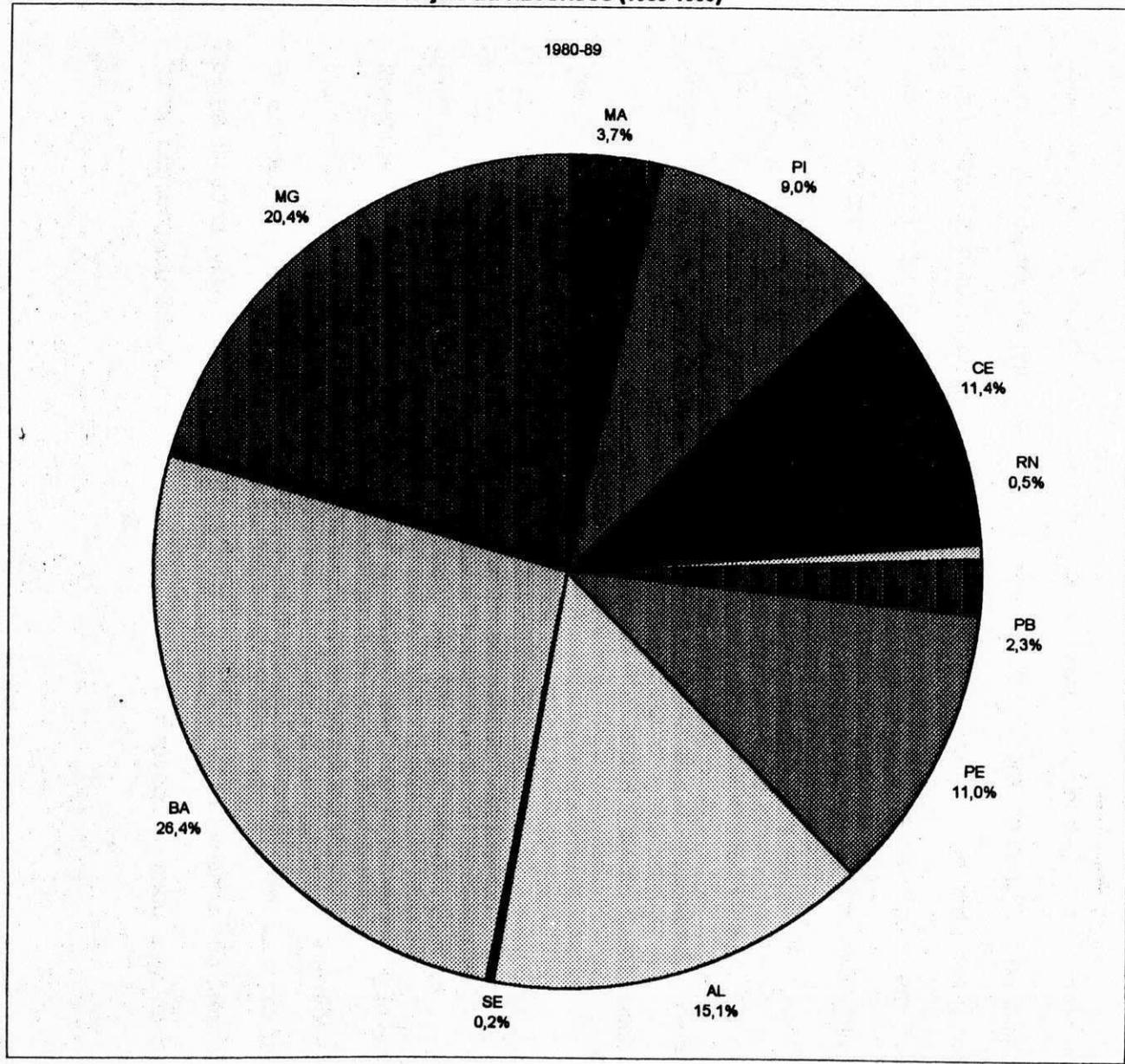
ESTADO	MA	PI	CE	RN	PE					
SETORES/RAMOS/GÊNEROS	IT	S/IT	IT	S/IT	IT	S/IT				
A - INDÚSTRIA	1699		972	3,7	21948	66,6	302	23,4	4144	62
1-EXTRATIVA	5									
00-EXTRAÇÃO MINERAL	5									
2-IND.DE TRANSFORMAÇÃO	1694	15,8	972	3,7	21948	66,6	302	23,4	4144	62
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	47	0	849	87,3	50	0	66	21,9	72	0
11-METALURGIA	1380	81,5	4	0	88	0	32	10,6	6	0
12-MECÂNICA	0	0	0	0	1269	5,7	0	0	0	0
13-MAT.ELET.E DE COMUNICAÇÃO.	0	0	0	0	4	0	4	0	903	21,8
14-MAT.DE TRANSPORTE	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0
15-MADEIRA	34	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16-MOBILIÁRIO	39	0	0	0	1213	0	0	0	2	0
17-PAPEL E PAPELÃO	39	0	0	0	1635	7,5	0	0	14	0
18-BORRACHA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19-COUROS,PELES E SIMILARES	0	0	0	0	15	0	0	0	0	0
20-QUÍMICA	7	0	0	0	418	0	0	0	2	0
21-PROD.FARM.E VETERINÁRIOS	4	0	8	0	3	0	0	0	0	0
22-PERFUMARIA,SABÕES E VELAS	0	0	4	0	0	0	6	0	1	0
23-PROD.DE MAT.PLÁSTICAS	13	0	2,5	0	30	0	0	0	6	0
24-TÊXTIL	65	3,8	28	0	2806	12,8	147	48,7	100	2,4
26-VEST.CALÇ.E ART.DE TECIDOS	5	0	15	0	3794	17,3	14	0	788	19
28-PROD.ALIMENTARES	36	0	1	0	19	0	4	0	50	0
27-BEBIDAS	15	0	48,5	5	0	0	17	0	71	0
29-FUMO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29-EDITORIAL E GRÁFICA	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
30-DIVERSOS	0	0	0	0	583	0	7	0	19	0
31-ATIV.APOIO E SERV.INDUST.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32-AGROINDÚSTRIA	11	0	8	0	10023	45,7	5	0	2110	50,9
B - SERVIÇO	39	0,3	6618	25,5	63	0,2	9	0,7	24	0,4
TELECOMUNICAÇÕES	10	0	822	0	0	0	0	0	9	0
HOTÉIS DE TURISMO	29	72,2	5796	87,6	63	100	9	100	15	62,5
C - AGROPECUÁRIO	9011	83,9	18396	70,8	10966	33,3	979	75,9	2512	37,8
AGRÍCOLA	33	0	7535	29	2065	18,8	17,5	0,1	12,5	0
PECUÁRIO	8662	96,1	9645	52,4	3642	35,9	401	41	1294	51,5
BUBALINOCULTURA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AVICULTURA	1	0	658	4,7	4125	37,8	2	0	491	19,5
CAPRINOCULTURA	0	0	351	1,9	0	0	2	0	104	4,1
SUINOCULTURA	310,5	3,4	2	0	742	0	193,5	19,8	608	24,2
PESCA	4	0	5	0	92	0	363	37,1	2	0
TOTAL	10746	100	25666	100	32975	100	1290	100	8680	100
% PART. DO ESTADO/INV.TOTAL	3,7		9	0	11,4	0	0,5	0	2,3	0

TABELA 3.2 (B)
NORDESTE
PROJETOS INDUSTRIAIS E AGROPECUÁRIOS APROVADOS PELA SUDENE
COMPARATIVO ENTRE ESTADOS SEGUNDO INVESTIMENTO TOTAL E SETORES BENEFICIADOS
1980-89 (Valores em US\$ 1.000,00)

ESTADOS	PI	AI	SE	PA	MG	TOTAL	G/T					
SETORES/RAMOS/GÊNEROS	IT	S/IT	IT	S/IT	IT	S/IT	IT	S/IT	IT	S/IT	TOTAL	G/T
A - INDÚSTRIA	28610	90,2	41761	96,8	618	92,7	63016	82,8	5508	93,3	218128	75,6
1-EXTRATIVA											5	0,01
00-EXTRAÇÃO MINERAL											5	100
2-IND.DE TRANSFORMAÇÃO	28610	90,2	41761	96,8	618	92,7	63016	82,8	5508	93,3	218123	99,99
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	9545	33,4	5	0	289	43,5	1412	2,2	13	0,02	12328	5,7
11-METALURGIA	919	0	8	0	3	0	2424	3,8	6536	11,9	11400	5,2
12-MECÂNICA	34	0	8	0	1	0	8580	13,9	0	0	9860	4,5
13-MAT.ELÉT.E DE COMUNICAÇÃO.	2338	0	7	0	0	0	65	0,1	7	0,01	3328	1,5
14-MAT.DE TRANSPORTE	15	0	0	0	0	0	18	0,03	23	0,04	82	0,03
16-MADEIRA	1008	0	0	0	0	0	8	0,01	0	0	1050	0,5
18-MOBILIÁRIO	7	0	0	0	0	0	0	0	5	0,00	1265	0,6
17-PAPEL E PAPELÃO	1205	0	12	0	0	0	711	1,1	55	0,1	3671	1,7
19-BORRACHA	7	0	0	0	0	0	64	0,1	0	0	71	0,03
19-COUROS,PELES E SIMILARES	6	0	0	0	0	0	1	0,001	0	0	22	0,01
20-QUÍMICA	1082	0	40635	97,7	5	0	45649	72,4	2397	4,4	9197	41,4
21-PROD.FARM.E VETERINÁRIOS	2	0	0	0	0	0	0	0	33	0,06	50	0,02
22-PERFUMARIA,SABÕES E VELAS	0	0	0,5	0	0	0	0	0	0	0	11,5	0,005
23-PROD.DE MAT.PLÁSTICAS	3717	13	0	0	1	0	91	0,1	3	0,00	3863,5	1,8
24-TÊXTIL	2270	0	44	0	201	32,5	212	0,3	4539	82,5	51272	23,5
25-VEST.CALÇ.E ART.DE TECIDOS	31	0	25	0	37	0	10	0,02	0	0	4719	2,2
26-PROD.ALIMENTARES	2702	9,4	12	0	15	0	2864	4,5	578	1	6278	2,9
27-BEBIDAS	0	0	0	0	66	10,7	12	0,02	0	0	229,5	0,1
28-FUMO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29-EDITORIAL E GRÁFICA	1542	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1546	0,7
30-DIVERSOS	33	0	0	0	0	0	18	0,03	4	0,00	664	0,3
31-ATIV.APOIO E SERV.INDUST.	0	0	1001	2,4	0	0	106	0,2	0	0	1107	0,5
32-AGROINDÚSTRIA	2148	0	5,5	0	20	0	791	1,3	9	0,02	15130	6,9
B - SERVIÇO	35	0,1	543	1,3	43	6,4	2878	3,8	22	0,04	10271	3,8
TELECOMUNICAÇÕES	0	0	529	97,4	8	0	0	0	12	54,5	1390	13,5
HOTÉIS DE TURISMO	35	100	14	0	35	81,4	2878	100	10	45,5	8881	86,5
C - AGROPECUÁRIO	3069	9,7	84843	1,9	6	0,9	10402	13,6	3918	6,6	60122	20,8
AGRÍCOLA	169,5	0	0,3	0	5	83,3	3955	38	273,5	6,9	14068	23,3
PECUÁRIO	1848,5	53,4	654,7	77,7	0	0	3395	32,8	3315	84,6	32958	54,8
BUBALINOCULTURA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,002
AVICULTURA	246	7,9	0	0	0	0	2110	20,3	18	0,4	7848	13,1
CAPRINOCULTURA	8	0	0	0	0	0	930	8,9	0	0	1395	2,3
SUINOCULTURA	1013	32,8	188	22,3	1	0	0,5	0,005	313	8	3371,5	5,6
PESCA	4	0	0	0	0	0	11	0,1	0	0	481	0,8
TOTAL	31734	100	43147	100	687	100	72296	100	5900	100	288521	100
% PART. POR ESTADO/INV. TOTAL (1980-90)	11	0	18	0	0,2	0	26,4	0	20,4	100	100	100

FONTE: Projetos Industriais e Agropecuários aprovados. Recife: SUDENE, 1980-1990. Relatórios Anuais.
 IT=investimento total; S/IT=Sub-total em investimento de cada Estado e gênero sobre o IT (%);
 G/IT=Gênero ou ramo somado na década sobre o IT (%)

NORDESTE/SUDENE
COMPARATIVO ENTRE ESTADOS EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS (1980-1989)



FONTE: Tabela 3.2. Apud Projetos Industriais e Agropecuários aprovados.
Recife, SUDENE, 1980-1990. Relatórios Anuais.

investimentos aprovados no período 80-89), dos quais 97,5% referem-se ao ano de 1983.

A Indústria de Transformação no estado de Alagoas concentrou US\$ 41.761.000,00 (96,8% do total previsto para o Estado), dos quais 97,3% destinaram-se à Indústria Química. No Setor de Serviços destaca-se a absoluta presença das Telecomunicações (97,4% dos recursos) e no Setor Agropecuário ressalta-se a significativa concentração da Pecuária (77,7%) e da Suinocultura (22,3%).

O Ceará concentrou 11,4% dos recursos totais em projetos aprovados pela SUDENE para o Nordeste durante a década de 1980, aproximadamente 33 milhões de dólares. A Indústria de Transformação, também para o Ceará, se constituiu na principal opção setorial, porém numa escala menos acentuada quando comparada aos Estados anteriormente citados. Aqui, esta Indústria absorveu 22 milhões de dólares em média (66,6% do total aprovado para o Estado), dos quais, destaque-se, 45,7% destinaram-se à Agroindústria; 17,3% à Indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos e 12,8% à Indústria Têxtil. O Setor Agropecuário captou aproximadamente 11 milhões de dólares (33,3% do total aprovado para o Ceará no período 80-89), os quais distribuíram-se hegemonicamente entre a Avicultura (37,6%); a Pecuária (35,9%) e a Agricultura (18,8%).

Com US\$ 31.734.000,00 em projetos aprovados pela SUDENE, o estado de Pernambuco foi o quinto maior absorvedor de recursos, precisamente 11,0% do investimento total destinado ao Nordeste no período em estudo (1980-89). Embora a Indústria de Transformação concentre US\$ 28.610.000,00 (90,2% do total aprovado para o Estado), observa-se que não é claramente visível a conformação produtiva pernambucana, visto que, em que pese o fato da Indústria de Minerais não Metálicos haver concentrado 33,4% do montante em projetos aprovados, sendo seguida pela

Indústria de Produtos de Matérias Plásticas(13,0%) e pela Indústria de Produtos Alimentares (9,4%), somente somando-as atinge-se o patamar de 55,8% dos recursos, artifício absolutamente desnecessário quando da observação da estrutura produtiva concentrada noutros estados, a exemplo da Bahia (clara concentração dos investimentos no Pólo Petroquímico de Camaçari), do Maranhão (Complexo Minero-metalúrgico), dentre outros.

O estado do Piauí concentrou 9,0% dos recursos aprovados para o Nordeste durante a década de 1980, aproximadamente US\$ 25.986.000,00, dos quais apenas 3,7% destinaram-se à Indústria de Transformação, aproximadamente 972 mil dólares, sendo a Indústria de Minerais não Metálicos absorvedora de 87,3% destes recursos. O Setor de Serviços tendo concentrado 25,5% do montante aprovado, US\$ 6.618.000,00, destinou 87,6% ao gênero Hotéis de Turismo. Entretanto, foi a Agropecuária o Setor captador do maior volume em investimentos totais no Estado do Piauí na década, 70,8% ou seja, US\$ 10.396.000,00 dos quais, 52,4% destinaram-se à Pecuária e 29,0% à Agricultura.

Com o estado do Maranhão na sétima posição em volume de recursos em projetos aprovados pela SUDENE no Nordeste durante a década de 1980, inicia-se uma "exceção à regra" para os Estados que se seguem nesta caracterização, visto que nenhum deles foi beneficiado com a alta extraordinária dos investimentos totais aprovados do ano de 1983, especificamente: Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Dito isto, cabe caracterizar o Maranhão no período. Os projetos destinados a este estado somaram aproximadamente US\$ 10.746.000,00 (3,7% do total aprovado na década para a região), dos quais, US\$ 1.694.000,00 (15,8% do total aprovado para o estado do Maranhão no período 80-89) orientaram-se para a Indústria de

Transformação, sendo a Indústria Metalúrgica absorvedora de 81,5% dos recursos deste setor. Entretanto, como no Piauí, a agropecuária absorveu o maior montante dos investimentos, US\$ 9.011.000,00 (83,9% do total aprovado para o Maranhão de 1980-89), dos quais 96,1% destinaram-se à Pecuária.

Com aproximadamente US\$ 6.680.000,00 em projetos aprovados pela SUDENE na década de 80, o estado da Paraíba deteve 2,3% dos recursos totais previstos para o Nordeste. À Indústria de Transformação coube US\$ 4.144.000,00 (62,0% do total aprovado para o estado da Paraíba), dos quais, destaque-se, 50,9% destinaram-se à Agroindústria; 21,9% à Indústria de Material Elétrico e de Comunicação e 19,0% à Indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos. Foi também significativa a participação do Setor Agropecuário com US\$ 2.512.000,00 (37,6% dos recursos totais em projetos aprovados para o Estado), os quais concentraram-se em 51,5% na Pecuária; 24,2% na Suinocultura e 19,5% na Avicultura.

O Rio Grande do Norte absorveu aproximadamente US\$ 1.290.000,00 em projetos aprovados na década de 1980 (0,5% do montante de investimentos totais previstos para o Nordeste no período), dos quais US\$ 302.000,00 (23,4% do total aprovado para o Rio Grande do Norte) destinaram-se à Indústria de Transformação. Cabe enfatizar que 48,7% deste volume concentraram-se na Indústria Têxtil; 21,9% na Indústria de Minerais não Metálicos e 10,6% na Metalurgia. Porém, o Setor Agropecuário foi o mais beneficiado no Rio Grande do Norte, durante o período 80-89, por concentrar 75,9% dos recursos totais, aproximadamente 979 mil dólares, dos quais, 41,0% orientaram-se para a Pecuária; 37,1% para a Pesca e 19,8% para a Suinocultura.

No que diz respeito a Sergipe, décimo estado em investimentos totais aprovados pela SUDENE no período 80-89, observa-se que os US\$ 667.000,00 projetados, representam 0,2% do montante destinado ao Nordeste na década, dos

quais 92,7%, ou seja, US\$ 618.000,00 destinaram-se à Indústria de Transformação, particularmente os seguintes gêneros: Minerais não Metálicos (43,5%); Têxtil (32,5%) e Bebidas (10,7%).

Portanto, observa-se a partir desses dados a nível de Nordeste, a indiscutível preponderância da Indústria em volume de recursos captados durante a década de 1980, precisamente 75,6% do total destinado ao Nordeste quando comparado aos demais Setores. (Ver Tabela 3.2 (B))

Dos US\$ 218.128.000,00 concentrados pelo Setor Industrial (Indústria Extrativa e de Transformação), 99,99% destes couberam à Indústria de Transformação, dos quais, enfatiza-se a participação do segmento Químico na captação do recursos (41,4% do total aprovado na década para a região), investimentos estes capitaneados pelos estados da Bahia e Alagoas sobretudo, mas também por Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.

Ainda em se tratando da Indústria de Transformação, assinala-se o papel significativo desempenhado pela Indústria Têxtil como opção de investimento, já que foram aproximadamente US\$ 51.272.000,00 (23,5% do total destinado à Indústria de Transformação), sendo esta Indústria absolutamente preponderante para os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Sergipe. (Ver Tabela 3.2 (A e B))

Uma terceira importante captação de recursos, ou o que é a mesma coisa, opção de investimento incentivado, foi realizada pela Agroindústria. Ela deteve US\$ 15.130.500,00 (6,9% do total aprovado para a Indústria de Transformação). Os principais estados responsáveis por esta absorção na década de 1980 foram: Paraíba e Ceará.

Também merece destaque a participação da Indústria de Minerais não Metálicos, Metalúrgica e Mecânica como opções de investimentos na década, graças

sobretudo à estrutura produtiva forjada no estado do Maranhão e Piauí, e em menor grau na Bahia, os quais tiveram nestes gêneros sua sustentação maior.

Os projetos do Setor Agropecuário aprovados pela SUDENE para o Nordeste dentro do "Sistema FINOR" chegaram, durante a década de 1980, à cifra de US\$ 60.122.000,00 (20,8% do total aprovado para a Região quando comparado aos demais Setores). Numa análise comparativa dos gêneros optados, é flagrante a concentração destes investimentos na Pecuária (54,8% destes recursos), apresentando para todos os estados, índices de participação relativa no período entre 32,6% (Bahia) e 96,1% (Maranhão).

Conquanto, a Agricultura também mantém posição de destaque no período 1980-89 por concentrar 23,3% do total aprovado para o Setor Agropecuário, graças sobretudo ao volume de recursos e posição relativa deste gênero nos estados do Piauí, Bahia e Ceará.

A Avicultura incentivada na década teve como *locus preferencial* o Ceará, embora também seja significativa sua presença nos estados da Bahia e Paraíba.

Por último, observa-se que dos investimentos totais aprovados pela SUDENE para o Nordeste durante a década de 1980, o Setor de Serviços absorveu US\$ 10.271.000,00 (3,8% do total aprovado), dos quais, 86,5% destinaram-se ao gênero Hotéis de Turismo. Em verdade, à exceção de Minas Gerais e Alagoas, todos os demais estados destinaram à este Gênero percentuais entre 62,5% (Paraíba) e 100% (Rio Grande do Norte), sobre o montante captado pelo Setor de Serviços.

3.3 - Conclusão

Finalmente, não resta senão concluir que os critérios de prioridade para a concessão dos incentivos do FINOR variam ao longo do período, na perspectiva de uma diversificação industrial e elevação da rentabilidade, tendo por base a substituição de importações e utilização das vantagens comparativas locais. Porém, dentro de um critério de pontuação que parece ter por princípio uma "região homogênea em termos econômicos", pois, se por um lado criterizou-se algumas localizações destes empreendimentos pontuando-as para mais, por outro lado, do ponto de vista da escolha setorial, estes estados foram tomados relativamente homogêneos, não logrando efeitos positivos para os estados "marginais" como localização destes investimentos.

Essa ausência de "critérios/ponte" entre os aspectos locacionais e setoriais, é ocupada por uma visão privada que por não ser eficientemente social-estatalmente planejada, resultou em concentração setorial e locacional dos investimentos na região evoluindo para uma espécie de "redivisão intra-regional do trabalho" dentro do Nordeste, e sob a égide dos incentivos financeiros e fiscais da SUDENE, a qual pode ser comprovada através da observação da distribuição espacial e setorial dos respectivos investimentos totais e incentivos no período 1980-89.

Dos dados anteriormente verificados conclui-se ainda que, às expensas da pretensa equidade locacional dos investimentos na região, o estado da Bahia continuou sendo durante a década de 1980 a "primeira grande opção em localização privada", detendo 26,4% dos recursos aprovados, aproximadamente 76 milhões de dólares, dos quais, não apenas a Indústria de Transformação foi dominante, mas também dentro desta, as indústrias mais "dinâmicas" preponderaram, precisamente: Indústria Química (72,4% dos recursos aprovados para o estado baiano); Indústria Mecânica (13,9%); Indústria Metalúrgica e de Minerais não Metálicos. Dentro do gênero de Indústrias ditas

"tradicionais", especificamente de produtos alimentares e ainda no Setor Agropecuário, também é inquestionável seu poder locacional e setorial. (Ver Tabela 3.2)

Em contrapartida, é preciso porém reconhecer que os critérios de priorização locacional e setorial, em relativo "desfavor" aos estados da Bahia e Pernambuco, findaram por consagrar a "área mineira da SUDENE" e o estado do Ceará como a segunda melhor opção de localização privada no período 80-89. Minas Gerais e também o Rio Grande do Norte favoreceram preponderantemente a indústria tradicional têxtil, como preconizava o GTDN. Basta dizer que a área mineira da SUDENE destinou 82,5% dos seus recursos em projetos aprovados para a Indústria Têxtil, o Rio Grande do Norte 48,7%. O Ceará, além de consolidar a tradicional Indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos tomado-a competitiva nacionalmente, destaca-se no período pelo incentivo à agroindústria.

Pernambuco figura ainda como grande absorvedor de investimentos privados e incentivados no período. Porém, hegemonizou apenas uma indústria "dinâmica" - Minerais não Metálicos, do que se pode concluir que as modificações institucionais na legislação dos incentivos dentro do "Sistema FINOR", foram-lhe relativamente desfavoráveis locacional e setorialmente.

Os demais estados, seguindo a ordem decrescente de investimentos totais aprovados na década, quais sejam: Alagoas (terceiro estado em absorção de recursos em projetos aprovados, sendo 97,3% destes destinados à Indústria Química); Piauí e Maranhão (os quais consagraram o pólo minero-metalúrgico); Paraíba (enfaticando a Agroindústria e a produção de material elétrico e de comunicação); Rio Grande do Norte (priorizando a tradicional indústria têxtil) e Sergipe espelham a contradição da modernização industrializante levada a cabo pela SUDENE na busca de uma "equidade setorial e localicional" para os investimentos privados. Ora, em que pese o fato destes

Estados serem os maiores absorvedores percentuais dos incentivos do FINOR durante quase toda a década de 1980 (ver participação média do FINOR para estes Estados antes e pós 1986, quando da limitação do incentivo em no máximo 50% - Tabela Anexo 3.A), são percentuais maiores, porém, sobre volume de investimentos totais radicalmente inferiores quando comparados aos estados da Bahia, Minas Gerais, Ceará e Pernambuco.

Portanto, frente ao quadro descrito, é possível concluir que os incentivos do FINOR na Região durante o período 1980-89, resguardado o fato destes terem sido absolutamente indispensáveis para o destacável desempenho produtivo do Nordeste nesta década popularizada como "perdida", como foi visto anteriormente, configuraram-se para estes "últimos estados", como uma espécie de "mão dupla", pois os mesmos motivos que fizeram com que estes, desde que escolhidos como opção locacional pelo empresariado, alcançassem maior pontuação dentro das faixas de prioridade, e, conseqüentemente, estivessem habilitados a absorverem percentuais maiores (Seção 3.1), por estarem pouco conexos com os critérios setoriais e dentro de um espaço historicamente heterogêneo, findaram por corroborar a "decisão" da iniciativa privada de se orientar apenas marginalmente para estes, como se verá no capítulo subseqüente, o qual destina-se especificamente aos incentivos da SUDENE para o Rio Grande do Norte.

4. A SUDENE NO RIO GRANDE DO NORTE, DE 1964 A 1989

Pretende-se neste capítulo reconhecer inicialmente alguns elementos dinâmicos da economia potiguar antes e depois da SUDENE, para, em seguida, analisar a distribuição dos incentivos financeiros do "Sistema 34-18/FINOR" durante as décadas de 60, 70 e 80 no estado do Rio Grande do Norte, buscando identificar não apenas os municípios, setores e gêneros predominantemente beneficiados, mas também tentando perceber que articulação tais empreendimentos forjaram com a economia local e regional.

4.1 - Elementos dinâmicos da economia potiguar antes e depois da SUDENE (breve evolução histórica)

A incipiência de referências bibliográficas sobre a economia do Rio Grande do Norte pré-SUDENE, e, ao mesmo tempo, a necessidade de não se perder de vista a inserção desta economia no espaço de acumulação nacional, revelou ser mister, ter claro, ainda que panoramicamente, alguns elementos dinâmicos da história econômica norte-riograndense.

Assim, recuando um pouco na história econômica deste estado, logo percebe-se que ela se confunde com a do desenvolvimento de atividades "coloniais" em torno da extração e comercialização do pau-brasil (Ciclo do pau-brasil de 1500-1535), do açúcar, algodão e pecuária (estas últimas, alternando-se durante a capitania (1599-1822), província (1822-1889) e inclusive durante a república, isto é, de 1889 até os dias atuais (décadas de 60, 70 e 80 deste século).

Historiadores potiguares asseguram que a economia da capitania do Rio Grande do Norte (1599-1822), apresentava como atividades econômicas mais expressivas a pecuária (gadaria) e a cana-de-açúcar, como reflexo do aparelho produtivo durante o Brasil colônia, o qual, segundo SANTOS, (1994, p. 37), respaldava-se em torno de dois distintos segmentos: *"o primeiro, produtor de bens coloniais exportáveis, cujos produtos básicos compreendiam o açúcar, algodão, fumo e metais preciosos, destinados ao mercado mundial. O segundo segmento se preocupava com a produção de alimentos para a população local."*

Nesta lógica, o Rio Grande do Norte fora levado a produzir também estes artigos. Contudo, não apenas estes elementos dinâmicos "exógenos" condicionaram sua estrutura produtiva, mas também especificidades como o fato de ter tido na base de sua economia não apenas a "agroindústria açucareira", o que lhe permitiu, complementarmente, suprir os estados de Pernambuco e Paraíba com farinha de mandioca, milho, peixe seco e gado, além de desenvolver uma "rústica", embora significativa, indústria de carne seca, dada a abundância do sal, já durante a capitania.

Ao que consta, a economia da província do Rio Grande do Norte (1822-1889), assim como a do Brasil, foi, em certa medida, um prolongamento da economia mercantil-escravista existente na fase anterior, apesar das grandes transformações impulsionadas com o advento da Revolução Industrial no século XVIII, sobre a economia brasileira, já que *"cada área geográfica vocacionada para a cultura de um produto agrícola de exportação, permaneceu ao lado de grande extensões de terras utilizadas pela pecuária e outras áreas de reserva à mercê de uma demanda maior de produtos tropicais no mercado europeu"*, (SANTOS, 1994, p. 75).

Contudo, tem-se que em fins do século XIX, século particularmente difícil para o Rio Grande do Norte, quando foram registradas nove secas rigorosas, a "indústria

açucareira" potiguar, com custos crescentes e qualidade inferior, julga-se que por não ter acompanhado o "progresso tecnológico", dá mostras de crise e incapacidade de concorrer no mercado mundial, e passa a ser gradativamente substituída e superada pelo algodão e outras culturas como o sal, gado bovino, dentre outras.

Este impasse coincide, de certa forma, com a Guerra de Secessão norte-americana (1860-64), período marcado pela "febre do algodão", onde o Nordeste, mas também o Rio Grande do Norte, organizam a produção e exportação do seu algodão para fazer frente às necessidades da indústria têxtil estrangeira, especialmente a inglesa, já que seu principal supridor - os Estados Unidos da América, cessou seu fornecimento

Logo, a cultura do algodão no Nordeste do Brasil e particularmente no Estado do Rio Grande do Norte, além de expressar a inserção destas à economia nacional, *"obedeceram também à tradição imposta pelo papel que o país desempenhava nas trocas internacionais"*, de modo que, cessado a Guerra de Secessão, e mais precisamente em fins do século XIX, afirmava-se no país um "pólo dinâmico"- o sudeste, graças às bases criadas sobretudo pela cultura cafeeira e algodoeira. A partir de então, *"a região Nordeste, produzindo algodão, impulsionava e era impulsionada pela indústria têxtil do Sudeste"*. Esta última, em 1907, já concentrava 114 dos 193 estabelecimentos têxteis recenseados (SILVA, 1986, p. 17-9).

SANTOS, (1994, p. 130-1), afirma que os fatores que contribuíram para impulsionar a economia potiguar nos primeiros cinquenta anos deste século, tendo alterado e introduzido "novas tecnologias", além de terem mantido a contribuição do açúcar, algodão, sal, cera de camaúba, pecuária, pesca e minérios na geração de riqueza, foram: a ação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, que em, 1916, abriu estradas, construiu barragens, açudes e poços; a própria I Guerra Mundial (1914-1919),

que, destruindo alguns países, abriu mercado para produtos como: algodão, sal, açúcar e cera de carnaúba, alterando o fluxo de divisas do Rio Grande do Norte; a demanda de scheelita e berilo potiguar por parte da indústria bélica mundial (I e II Guerra Mundial), e ainda, *"a troca do boi pelo locomóvel a lenha, o banguê o engenho pela usina"*, o que propiciou significativa elevação na produção do açúcar local.

Porquanto, embora sabendo que: a) a história da "indústria" potiguar remonte o processo fabril dos engenhos e posteriores usinas de açúcar durante o Brasil colonial; b) na década de 30 deste século, o Rio Grande do Norte inicia o processo de beneficiamento do algodão para fins industriais mais amplos, preocupando-se, inclusive, ainda que embrionariamente, com a melhoria das sementes do algodão mocó e outras variedades do herbáceo (década de 20), ainda assim, tais iniciativas, esparsas e nem sempre consistentes, são reflexos da ausência absoluta de uma preocupação sistemática com a promoção do desenvolvimento industrial.

Em verdade, no Brasil, como afirma SUZIGAN, (1995, p. 4), *"Uma ação mais persistente e crescentemente articulada, deliberada e abrangente tendo em vista a industrialização começa de fato nos anos trinta. Mas apenas na segunda metade dos anos cinquenta atinge-se um grau de coordenação (política e de agentes econômicos, instituições, instrumentos e políticas auxiliares) que se aproxima de uma política industrial lato sensu."*

Neste sentido, deve-se ressaltar que as décadas de 60, 70 e 80 marcaram sensivelmente a economia nordestina e norte-riograndense particularmente. Estas, "hegemonizaram" a consciência/pacto de um desenvolvimento regional planejado centrado na industrialização. Consubstanciados nos objetivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Região, e nela o Estado do Rio Grande do Norte, viria conhecer a implementação de grandes projetos de industrialização e

modernização de suas bases produtivas¹. A evolução e importância dos incentivos desta Superintendência para o Estado potiguar serão vistas a contento nas seções subseqüentes.

Por ora, cabe acrescentar ainda que, além das facilidades criadas pela SUDENE para a entrada de grupos "nacionais ou não" na região, cada um dos estados nordestinos, por sua vez, criaram programas específicos para atrair os que se propusessem a instalar filiais nestes.

Assim, em meio à "guerra" travada nas negociações com os "investidores", e dentro da estratégia de criação e fomento de "pólos dinâmicos", o governo do Estado do Rio Grande do Norte cria em 1971, formalmente, o "Programa do Parque Têxtil Integrado".

CLEMENTINO, (1985, p. 187-8), comentando a criação deste programa afirma que *"tratava-se muito mais de aproveitar, a qualquer custo, as oportunidades de investimentos 'surgidas' para o Nordeste e convencer esses investidores das 'vantagens locacionais absolutas' oferecidas pelo RN: matéria-prima abundante (algodão com fibras de destacada qualidade), clima favorável, abundância de mão-de-obra e incentivos governamentais."*

Assim, as empresas que optassem pelo Rio Grande do Norte receberiam do governo estadual os seguintes incentivos, além dos oferecidos pela SUDENE:

¹ - Os caminhos da industrialização e modernização recente do Nordeste e do Rio Grande do Norte, impulsionados pela SUDENE, também foram marcados por (des)caminhos. SANTOS, (1994, p. 210-12), ao comentar o "pouco apoio da SUDENE ao RN", ressentimento do governo estadual e empresários da época, afirma que *"era corrente nos jornais e revistas do Estado, de que a corrupção na política de incentivos fiscais do sistema 34/18 estava prejudicando nossa economia..."*, e continua, *"...os empresários, que se valiam da SUDENE, eram usurpados pelos escritórios de captação do 34/18. Alguns desses escritórios, cobravam comissões de até 50%, a fim de conseguirem dinheiro dos incentivos fiscais para os projetos aprovados."*

- a) INCENTIVOS MATERIAIS: financiamentos para a aquisição de terreno e à realização de obras de infra-estrutura; ambos em troca de ações preferenciais com direito de recompra assegurado ao grupo líder do empreendimento;
- b) INCENTIVOS FINANCEIROS: através do Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial - FDCI, mantido com o orçamento público estadual para capital fixo e de giro (50% das inversões fixas e circulantes das empresas); integralização de ações (no limite de até 50% do total da subscrição), desde que não ultrapasse 12,5% das inversões totais e infra-estrutura (até 100% da solicitação).
- c) INCENTIVOS FISCAIS: dedução de até 60% do ICM a recolher para reinvestimentos na própria empresa pelo prazo de 5 anos.

Enfim, *"para que uma empresa se localizasse no Nordeste, somados os incentivos regionais e estaduais, seria necessário dispor de um capital próprio de apenas 5% das suas inversões totais"*, (SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO RN. Guia do Investidor, Natal, 1979. Apud CLEMENTINO, 1986, p. 188).

Portanto, fica bastante clara a motivação da industrialização via incentivos concedidos. Assim, *"a industrialização perde seu caráter originalmente proposto como elemento de estratégia mais ampla e integrada do desenvolvimento regional, passando o Nordeste a funcionar como área de expansão, sobretudo para inversões de grandes empresas, numa conjuntura nacional em busca de novas formas para a realização da acumulação de capital"*, (MOREIRA, Raimundo. O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização, p. 84. Apud CLEMENTINO, 1986, p. 192).

Importa perceber ainda que, a crise da produção e comercialização do algodão potiguar (mocó), a qual se arrasta desde o decênio 60 e eclode na década de 70, parece ter por fundamento, dentre outros aspectos, sua incapacidade de suportar as

freqüentes oscilações de preços e de enfrentar a propagação do bicudo, mas também, por não poder concorrer (tanto no preço quanto na qualidade) com a fibra demandada pelo capital têxtil que aqui se instala, demonstrando assim sua fragilidade nesta inserção.

CLEMENTINO, (1986, p. 119-20), reconhecendo a impossibilidade de manutenção do centenário binômio sertanejo gado-algodão/algodão-gado, conclui: *"...Enfim, começa a perder sentido o 'lirismo' em que a oligarquia local envolvia o algodão seridó, também chamado 'ouro branco'."*

Dada esta crise, um outro elemento dinâmico emerge e se consolida na economia norte-riograndense. Trata-se do complexo de atividades em torno da exploração, perfuração e produção de petróleo na Bacia Potiguar, para alguns, a "nova e moderna matriz produtiva do Estado". Basta dizer que ao final da década de 80, o Rio Grande do Norte ocupava o segundo lugar em produção de petróleo do país, com 12% da produção nacional, sendo também o maior produtor nacional de petróleo em terra, (RODRIGUES NETO, 1994, p. 91-5). Contudo, são cada vez mais freqüentes os questionamentos sobre as "vantagens" daí advindas para o RN, já que este não refina o petróleo bruto (não podendo recolher impostos), nem os proprietários das terras recebem royalties pela extração.

Por outro lado, ainda merecem destaque outros elementos dinâmicos da acumulação capitalista neste estado. Trata-se do Pólo de Fruticultura desenvolvida na região do Vale do Açu e no município de Mossoró, bem como o turismo litorâneo. Empreendimentos privados que, incentivados direta e indiretamente pelo Governo Estadual e Federal (sobretudo via SUDENE, mas não exclusivamente), guardam, cada um por si, questionamentos, menos em relação ao crescimento dos investimentos nestas

áreas ao longo destas décadas recentes, mas muito mais em relação à contrapartida social destes.

SANTANA, (1995, p. 51-2 e 106), comenta que desde 1991, o Estado do Rio Grande do Norte liberou, por tempo indeterminado, o ICMS incidente sobre os frutos tropicais, "alegando que isso se reverteria em benefícios sociais (como aumento do emprego) e crescimento das inversões privadas nestas atividades". Continuando a reflexão sobre o "controverso" retorno social apregoado, SANTANA conclui que, de um modo geral, em todas as empresas pesquisadas, o total dos custos decorrentes do incremento do número de trabalhadores diretos durante o período 1991-1994, foi inferior em pelo menos 50%, quando comparado ao ICMS liberado nesses anos.

Finalmente, esta breve panoramização dos elementos dinâmicos da economia potiguar, torna patente a contradição em processo do desenvolvimento capitalista deste subespaço de acumulação. Contudo, não sendo os diversos e significativos elementos que dinamizaram a economia potiguar em sua evolução histórica, objetivo de atenta análise nesta pesquisa, decorrendo daí seu caráter apenas indicativo, seguem-se nas seções subseqüentes, questões específicas ao tema traçado inicialmente, qual seja, os incentivos da SUDENE no Rio Grande do Norte

4.2 - Distribuição dos Incentivos e Investimentos concluídos pela SUDENE no estado do Rio Grande do Norte no período de 1964 a 1989

Convém expor inicialmente que, embora todos os projetos concluídos tenham sido aprovados, mas nem todos os projetos aprovados tenham sido efetivamente concluídos, diferentemente do capítulo 3; optou-se neste por analisar a presença da SUDENE no Rio Grande do Norte, dentro do "Sistema de Incentivos 34-18/FINOR" no período 1964-89, a partir dos investimentos efetivamente concluídos e não apenas

aprovados, portanto uma investigação durante e *ex-post* intervenção estatal, (seções 4.2 e 4.3 respectivamente).

Contudo, esta opção metodológica não desabona os projetos aprovados na representatividade dentre os concluídos ou ainda na capacidade de gerar uma série de reflexões e conclusões indicativas, corroborando as tendências por estados e setores na captação dos incentivos e investimentos totais, conforme observou-se longamente nas páginas anteriores. Em verdade, busca-se, aqui, apenas uma aproximação cada vez maior com a realidade.

4.2.1 - Distribuição espacial e setorial dos investimentos financiados pela SUDENE no Rio Grande do Norte segundo áreas de concentração

Percebe-se que os projetos aprovados pela SUDENE e efetivamente concluídos no estado do Rio Grande do Norte durante o período 1964-89 somaram US\$ 1.282.604,00, dos quais coube à década de 1970, aproximadamente, 79,0% destes investimentos, precisamente US\$ 1.009.170,00. A participação do FINOR sobre o montante de investimentos totais ao longo do período foi de 52,8% em média, embora o incentivo 34-18/FINOR tenha somado US\$ 552.962,00 no período 1964-89, portanto 43,0% sobre investimento total concluído. (Ver Tabela 4.1)

Diante da distribuição espacial destes recursos no Rio Grande do Norte, constata-se que o município de Natal deteve 30,8% do total de recursos do período, sendo seguido significativamente por Macau (20,0%); Pamamirim (14,6%); São Gonçalo do Amarante (13,4%) ; Extremoz (10,3%) e Macaíba (3,4%). (Ver Tabela 4.2)

Do ponto de vista locacional, dois aspectos tomam-se evidentes no que tange à esta distribuição e sua relação com as faixas de prioridade estabelecidas pelos

TABELA 4.1
RIO GRANDE DO NORTE/SUDENE
INVESTIMENTOS TOTAIS APROVADOS E CONCLUÍDOS
1964-89 (Valores em US\$ 1,00)

ANOS	Inv.Tot.Prev.	Inv.Tot.Conc.	Ano/ITC (%)	34-18/FINOR	FINOR/ITC (%)
1964	X	2.686,00	0,2	681,00	25
1965	X*	X*	X*	X*	X*
1966	X	512,00	0,03	354,00	78
1967	X	18.736,00	1,3	12.596,00	82
1968	X	18.463,00	1,3	11.490,00	62
1969	X	31.206,00	2,3	22.046,00	71
1970	X	20.805,00	1,6	11.838,00	57
1971	X	27.332,00	2	17.072,00	62
1972	X	38.775,00	2,8	25.805,00	67
1973	X	130.785,00	9,6	65.393,00	50
1974	X	124.809,00	9,1	34.220,00	27
1975	X	348.136,00	25,5	119.816,00	34
1976	X	101.003,00	7,4	30.330,00	30
1977	X*	X*	X*	X*	X*
1978	X	146.432,00	10,7	75.509,00	52
1979	X	71.093,00	5,1	40.689,00	83
1980	24.947,00	18.921,00	1,4	9.753,00	52
1981	64.284,00	30.688,00	2,2	13.696,00	46
1982	592.000,00	107,00	0,008	64,00	60
1983	352.000,00	1.141,00	0,08	457,00	40
1984	9.173,00	9.173,00	0,7	5.587,00	61
1985	12.233,00	9.699,00	0,7	5.788,00	60
1986	31.504,00	19.313,00	1,4	11.588,00	60
1987	30.577,00	20.085,00	1,5	8.344,00	42
1988	57.073,00	56.688,00	4,1	16.915,00	30
1989	116.389,00	36.025,00	2,7	12.931,00	36
TOTAL	1.290.180,00	1.282.604,00	100	552.962,00	52,79

FONTE: Projetos industriais e agropecuários aprovados. Recife: SUDENE, 1960-1990).

(X) Dados não pesquisados (X*) Ano não beneficiado,

(ITP)=Investimento Total Previsto, (ITC)= Investimento Total Concluído

TABELA 4.2
RIO GRANDE DO NORTE/SUDENE
COMPARATIVO ENTRE MUNICÍPIOS SEGUNDO PROJETOS CONCLUÍDOS
1964-89 (Valores em US\$ 1,0)

CLASSIF.	MUNICÍPIO	INV.CONC.	ICM/IT(%)
1	Natal	394.512,00	30,80
2	Macau	256.381,00	20,00
3	Pamamirim	187.803,00	14,60
4	S.G.Amaran.	171.622,00	13,40
5	Extremóz	132.853,00	10,30
6	Macaiba	43.853,00	3,40
7	CurraisNovos	24.036,00	1,90
8	Galinhos	17.124,00	1,30
9	AreiaBranca	12.758,00	1,00
10	Iponguaçú	10.426,00	0,90
11	Mossoró	7.615,00	0,60
12	Açú	5.033,00	0,40
13	Grossos	4.289,00	0,30
14	BaiaFormosa	3.508,00	0,30
15	C. Mirim	2.681,00	0,20
16	N.Floresta	2.435,00	0,20
17	Canguaret.	1.869,00	0,10
18	P.Avelino	1.502,00	0,10
19	Touros	832,00	0,06
20	P.Velho/Cang	760,00	0,06
21	Sto.Antônio	512,00	0,04
22	Taipú	107,00	0,008
23	Pendências	93,00	0,007
TOTAL		1.282.604,00	100

FONTE: Projetos Industriais e agropecuários aprovados.

Recife: SUDENE, 1960-90. Relatórios Anuais.

INV. CONC. = Investimento Total Concluído

ICM/IT(%) = Participação Relativa do Investimento Total Concluído por Município sobre o IT.

Decretos 58.666-A; 64.214/69 e Portaria 648/86 da SUDENE. Trata-se primeiramente da concentração dos investimentos privados na área sede de Distritos Industriais (Natal), bem como em suas adjacências, também chamado de a "Grande Natal", formada pelos municípios de: Natal, Pamamirim, São Gonçalo do Amarante; Extremoz e Macaíba, os quais, juntos, concentraram 72,5% do total investimentos aprovados e concluídos no período 1964-89. Em segundo lugar, a distribuição espacial também levou em conta, além do requisito acima citado (proximidade e/ou configuração de um distrito industrial), o princípio de aproveitamento das vantagens comparativas locais, pois o município de Macau, segundo maior absorvedor de investimentos e respectivos recursos incentivados no período, junto a Mossoró, comporta a maior produção e beneficiamento de sal no Rio Grande do Norte.²

Segue-se, a distribuição setorial dos investimentos aprovados pela SUDENE e concluídos no Rio Grande do Norte durante o período 1964-89.

4.2.1.1 - Natal

Seguindo uma ordem decrescente em investimentos totais concluídos tem-se que o município de Natal absorveu e concluiu projetos na ordem de US\$ 394.512,00 (30,8% do total de investimentos destinados e concluídos no estado nas três décadas em estudo), dos quais a Indústria de Transformação concentrou US\$ 278.813,00 (70,7%), sendo as indústrias que se seguem as principais beneficiárias: Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos (55,7%); Têxtil (29,2%) e Produtos Alimentares (7,7%). O Setor de Serviços absorveu US\$ 85.613,00, destinando 84,7% destes para às telecomunicações e 15,3% para o gênero Hotéis de Turismo. Já o Setor Agropecuário

² - O estado do Rio Grande do Norte responde por 85,55% da produção brasileira de Sal.

destinou os US\$ 30.086,00 em projetos concluídos para a Pesca. (Ver Tabela 4.2 e Anexo 4.A)

Em Natal, as empresas incentivadas pelo "Sistema 34-18/FINOR" no período 1964-89, segundo os setores e gêneros beneficiados, foram:

I - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(11) - METALÚRGICA

01 - Indústria Jossan S/A

(17) - PAPEL E PAPELÃO

01 - Indústria de Papéis S/A - INPASA

02 - Indústria de Cartonagem Ltda - INCARTON

(19) - COUROS, PELES E SIMILARES

01 - J. Motta Ind. & Comércio S/A

(21) - PROD. FARM. E VETERINÁRIOS

01 - Profarquímica S/A

02 - Sociedade Ind. de Prod. Farmacêuticos-SIPROFAR

(23) - PROD. DE MAT. PLÁSTICAS

01 - Botões Forte S/A - FORTESA

(24) - TÊXTIL

01 - T. Barreto Ind. & Comércio S/A

02 - Indústria SITEX S/A (faliu recentemente, porém foi reaberta através de autogestão como Cooperativa dos Têxteis do RN-CONTERN)

03 - S/A Fiação Borborema

04 - Indústria Têxtil Seridó Ltda (atual COTEMINAS do Nordeste S/A-COTENE)

05 - TEXTÍLIA no Nordeste S/A

(25) - VEST. CALÇ. E ART. DE TECIDOS

01 - Confecções Guararapes S/A

02 - Medeiros S.A. Confecções (Atual SORIEDEM- Confecções)

03 - T. Barreto Indústria e Comércio S/a

04 - Confecções Reis Magos Ltda

05 - Confecções SUCAR S/A (Atual Alpargatas Confecções do NE S/A)

06 - Ind. de Confecções SPARTA do Nordeste Ltda.

07 - Gosson do Brasil Ltda

08 - Confecções ARPEL Ltda

09 - Confecções DINAM Ltda

10 - Castelo Industrial S/A

(26) - PRODUTOS ALIMENTARES

01 - Orlando Gadelha Simas e Irmãos (Atual SIMAS Industrial S/A)

02 - Cia. Industrial do RN - CIRNE

03 - Codipesca NE - Cia. Distrib. de Pescado

04 - Glosson Ind. & Comércio Ltda.

05 - Weston S/A Prod. Alimentícios

(30) - DIVERSOS (Ver Produtos de Matérias Plásticas)

II - SERVIÇOS

(A) - Telecomunicações

01 - Telecomunicações do RN - TELERN

(B) - Hotéis de Turismo

01 - Monte Libano Hotéis e Turismo S/A

02 - Rionorte Hoteleira S/A (litoral e interior, 09 hotéis)

03 - A.G. Hotéis e Turismo

III - AGROPECUÁRIA

(A) - PESCA

01 - Pesca Alto Mar S/A

02 - SUAPE - Sulamérica de Pesca Ltda

03 - Marimar Pesca Industrial S/A (ou Ind. de Pesca Marimar Ltda)

04 - EMPESCA - Construções Navais

4.2.1.2 - Macau

O município de Macau-RN concentrou no período 1964-89, US\$ 256.381,00 (20,0% do total dos investimentos concluídos no Estado), dos quais coube à Indústria de Transformação US\$ 241.102,00 (94,0% do total), distribuídos na seguinte ordem: majoritariamente em favor da Indústria Química (94,0%); à Indústria de Produtos Alimentares coube 5,7% do total aprovado para a Indústria de Transformação. O Setor

Agropecuário absorveu 0,5% dos recursos totais investidos, os quais destinaram-se 100% à Pesca. (Ver Tabela 4.2 e Anexo 4.A)

As empresas, segundo setores e gêneros beneficiados pelos incentivos do "Sistema 34-18/FINOR" durante o período 1964-89 no município de Macau, foram:

I - INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

01 - Salinas Guanabara S/A

02 - S/A Salineira do Nordeste - SOSAL

II - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(20) - QUÍMICA

01 - Alcalis do R. G. do Norte - ALCANORTE

(26) - PRODUTOS ALIMENTARES

01 - Henrique Laje Com. & Indústria S/A

III - AGROPECUÁRIO

(A) - PESCA

01 - CIRNE - Cia. Industrial do R. G. do Norte.

4.2.1.3 - Grande Natal (Pamamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba)

Os municípios que compõem a Grande Natal, exceto a capital, captaram 41,7% do investimento financiado pela SUDENE dentro do "Sistema 34-18/FINOR" e concluído no Rio Grande do Norte no período 1964-89, aproximadamente US\$ 536.131,00.

Situado a 25 km do centro de Natal e fazendo parte do que se constitui a "Grande Natal", o município de Pamamirim (antigo município Eduardo Gomes, conforme citam os relatórios da SUDENE do período), terceira melhor opção para a localização dos investimentos aprovados e concluídos no Rio Grande do Norte, concentrou US\$

187.803,00 (14,6% do total concluído no estado), com por cento dos quais destinados à Indústria de Transformação e distribuídos segundo a seguinte participação relativa: Indústria Têxtil (65,3%); Indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos (7,4%); Diversos (10,8%); Metalúrgica (7,0%); Minerais não Metálicos (6,8%); Produtos de Matérias Plásticas (2,7%). (Ver Tabela 4.2 e Anexo 4.A))

Seguem-se as empresas beneficiadas no período no município de Foz de Iguaçu:

I - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(10) - MINERAIS NÃO METÁLICOS

01 - Manufatura de Porcelana Beatriz S/A

(11) - METALÚRGICA

01 - BRASINOX - Brasil Inoxidáveis S/A

(23) - PROD. DE MATÉRIAS PLÁSTICAS

01 - Sacos Plásticos do Nordeste Ltda-S.A. - SACOPLAST

(24) - TÊXTIL

01 - NATÉCIA Cia. Têxtil do Natal (Atual TECBLU-Tecelagem Blumenau S/A)

02 - SPERB do Nordeste S/A

03 - Tecelagem TEXITA S/A

(25) - VEST. CALÇ. E ART DE TECIDOS

01 - Sulfabril do Nordeste S/A

(30) - DIVERSOS

01 - Cia. Brasileira Esferográfica - CBE

02 - BONOR - Indústria de Botões do Nordeste S/A

O município de São Gonçalo do Amarante situa-se a 18 km da Capital, também faz parte da "Grande Natal", e foi o quarto município em captação de recursos incentivados através dos investimentos aprovados e concluídos no Rio Grande do Norte, precisamente US\$ 171.622,00 (13,4% do total do estado), os quais tiveram a seguinte destinação dentro da Indústria de Transformação: Indústria Têxtil (73,0%); Indústria de

Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos (12,8%); Indústria de Bebidas (9,3%) e Indústria de Couros, Peles e Similares (4,3%). (Ver Tabela 4.2 e Anexo 4.A)

As empresas beneficiadas no período foram:

I - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(19) - COUROS, PELES E SIMILARES

01 - INPELE - Indústria de Peles e Similares

(24) - TÊXTIL

01 - Indústria Têxtil Seridó Ltda (atual COTEMINAS)

(25) - VEST. CALÇ. E ART. DE TECIDOS

01 - Soriedem Jardim S/A Confecções

(27) - BEBIDAS

01 - Cervejaria Nordeste S/A - CERNA (Atual Antártica)

O município de Extremoz localiza-se a 23 km da capital potiguar e figura como de significativa importância na absorção de investimentos incentivados através da SUDENE no período 1964-89, pois captou US\$ 132.853,00 (10,3% do total concluído no Estado), os quais foram em 100% utilizados na Indústria Metalúrgica, precisamente na implantação da Indústria SIDERNOR - Siderúrgica Jossan S/A, em 1978.

Sabe-se que o município de Extremoz sediou recentemente (1995) a instalação de uma filial do Grupo Têxtil Vicunha, a partir dos incentivos do FINOR, Governo Estadual e Municipal. A mesma produz o tecido brim de competitividade internacional, mantendo-se no mercado de produtos têxteis como uma das mais modernas do País, operando com aproximadamente mil empregos diretos e com elevada tecnificação, (Informações obtidas em visita à fábrica, mar/96).

O Município de Macaíba situa-se a 22 km de Natal e assim como Extremoz, também faz parte da "Grande Natal", sendo no período 1964-89 captador de 3,4% dos investimentos totais aprovados e concluídos pela SUDENE no Rio Grande do Norte,

precisamente US\$ 43.853,00, os quais destinaram-se às seguintes indústrias: Têxtil (88,9%) e Agroindústria (11,1%), respectivamente empresas Fiação de Algodão Mocê S/A - FAMOSA e RAROS Agroindústria de Produtos Aromáticos.

4.2.1.4 - Demais municípios: a "dispersão" incentivada

Antes de identificar que articulação foi forjada entre os investimentos preponderantemente incentivados no Rio Grande do Norte e a economia local e regional, objetivo da seção subsequente, cabe acrescentar ainda que os catorze municípios restantes que também tiveram seus projetos de investimentos incentivados e concluídos, responderam por apenas 7,5% do total em recursos do 34-18/FINOR captados pelo Estado do Rio Grande do Norte no período 1964-89, precisamente US\$ 95.580,00.

O município de Currais Novos absorveu 1,9% do total de investimentos aprovados e concluídos pela SUDENE no período investigado. Foram US\$ 24.036,00 dos quais 80,4% couberam à Indústria Metalúrgica e 19,6% à de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, tendo como empresas beneficiadas a Metais do Seridó S/A e a Confeções Inharé S/A respectivamente.

Galinhos foi o oitavo município em absorção de recursos cujos investimentos totais foram aprovados, concluídos e incentivados pela SUDENE, precisamente US\$ 17.124,00 (1,3% do total do Estado), os quais destinaram-se em 100% para a Indústria Extrativa Mineral, precisamente à Empresa "Salina Amarra Negra S/A".

O município de Areia Branca foi beneficiado com US\$ 12.758,00 em investimentos totais aprovados e concluídos pela SUDENE no Rio Grande do Norte

dentro do "Sistema 34-18/FINOR", os quais destinaram-se em 100% para a empresa "Norte Salineira S/A Indústria & Comércio - NORSAL".

O município de Ipanguaçu captou 0,9% dos investimentos incentivados e concluídos, precisamente US\$ 10.426,00, os quais destinaram-se em 100% para a empresa agrícola "FINOBRASA AGROINDUSTRIAL S/A".

Em Mossoró, concluíram-se projetos de investimentos aprovados pela SUDENE na ordem de US\$ 7.615,00 (0,6% do total do Estado), os quais destinaram-se às seguintes indústrias: Têxtil (43,2%); Produtos Alimentares (34,4%); Mobiliário (17,3%) e Minerais não Metálicos (5,1%), sendo beneficiadas as empresas que se seguem:

I - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(10) - MINERAIS NÃO METÁLICOS

01 - Cerâmica do Mossoró S.A - CERAMOS

(16) - MOBILIÁRIO

01 - Indústria de Móveis SIVAN S/A

(24) - TÊXTIL

01 - Fiação e Tecelagem Mossoró S/A - FITEMA

(26) - PRODUTOS ALIMENTARES

01 - Cia Industrial do Rio Grande do Norte

Na 12ª posição em conclusão de investimentos incentivados pela SUDENE no Rio Grande do Norte encontra-se o município de Açú. Foram US\$ 5.033,00 (0,4% do total do estado), os quais destinaram-se em 100% para a empresa agrícola "FRUTSA - Fruticultura Tropical S/A".

Os US\$ 4.289,00 em investimentos concluídos no município de Grossos (0,3% do total do Estado) destinaram-se à Indústria de Produtos Alimentares, precisamente à "CBS - Cia. Brasileira de Sal Refinado", segundo dados da SUDENE para o ano de 1984. (Ver Tabela Anexo 4.A).

O município de Baía Formosa destinou os investimentos aprovados, incentivados e concluídos pela SUDENE, precisamente US\$ 3.508,00 (0,3% do total do Estado), para a Indústria de Produtos Alimentares, sendo a "Refinaria Estrela" a empresa beneficiada.

O município de Ceará Mirim concluiu projetos avaliados em US\$ 2.681,00 (0,2% do total do Estado), os quais destinaram-se à Indústria de Produtos Alimentares, precisamente à "Cia. Industrial do Rio Grande do Norte - COIRG".

Ao município de Nísia Floresta coube US\$ 2.435,00 (0,2% do total dos investimentos incentivados concluídos no Estado), os quais destinaram-se em 63,0% à agroindústria "Santa Luzia Agroindustrial S/A" e 37,0% à empresa agrícola "Avicôco do Nordeste S/A".

Os US\$ 1.869,00 (0,1% do total concluído no Estado) absorvidos pelo município de Canguaretama, destinaram-se em 100% à Pesca, sendo a "MARINE - Maricultura do Nordeste S/A" a empresa beneficiada.

O município de Pedro Avelino utilizou os US\$ 1.502,00 (0,1% do total concluído no Estado) na agroindústria, precisamente na empresa "JOBENE - Jojoba do Nordeste S/A".

O município de Touros concluiu projetos que somaram apenas US\$ 832,00 (0,06% do total concluído no Estado no período 1964-89), os quais destinaram-se à avicultura, sendo a "TACAVISA - Tacaimbó Avícola S/A" a empresa beneficiada.

Pedro Velho e Canguaretama, embora municípios distintos, foram beneficiados com um projeto conjunto de adequação técnica, dentro do gênero

suinocultura, avaliado em US\$ 760,00 (0,06% do total no Estado), sendo a "PIQUIRI - 12 - Beneficiária concluída de carne;
Agropecuária S/A" a empresa beneficiada.

O município de Santo Antônio utilizou os US\$ 512,00 (0,04% do total concluído no Estado) na suinocultura, sendo a "SANASA - Santo Antônio Agropecuária" a empresa receptora.

O município de Taipú utilizou os US\$ 107,00 em projetos concluídos no gênero da Pecuária, cem por cento dos quais destinados à "Agroindústria Pau Dóleo S.A., em 1982.

Último município em volume de recursos cujo os projetos foram concluídos no período 1964-89, coube ao município de Pendências US\$ 93,00 os quais destinaram-se à empresa pecuária "RIASA - Riacho Agropecuária S/A em 1988. (Ver Tabela 4.2 e Anexo 4.A)

4.3 - Evolução recente da economia potiguar

A presente seção objetiva traçar um perfil entre a indústria incentivada e a economia local a partir da articulação que esta mantém com a economia do estado, da região e do Brasil. Far-se-á tal a partir da investigação *ex-post* incentivo, precisamente os primeiros anos da década de 1990, no que tange precisamente à origem das matérias-primas e auxiliares demandadas por estas indústrias, bem como o destino preponderante dos produtos ofertados por estas, respectivamente, demanda e oferta, conforme definiu-se nos objetivos desta pesquisa.

Acrescente-se ainda que, para os limites desta subseção, sem desconsiderar a importância dos demais setores incentivados, e rumo à tentativa de determinação do perfil produtivo forjado a partir da intervenção estatal, optou-se por enfatizar tão somente

os dados recentes e referentes ao Setor Industrial, sobretudo em decorrência de sua absoluta preponderância quanto aos investimentos totais.

4.3.1 - Articulação entre a indústria incentivada no Rio Grande do Norte e a economia local, regional e nacional

Utilizando-se da comprovação obtida na seção anterior de que 72,5% do total dos investimentos aprovados pela SUDENE e concluídos no Rio Grande do Norte realizaram-se em Natal e "Grande Natal", optou-se por situar o respectivo perfil industrial produtivo apenas nesta área espacial, dada a sua representatividade dentre as demais no estado. Conclui-se portanto, que não chegou-se arbitrariamente à esta amostra metodológica. (Ver Gráfico 4.1)

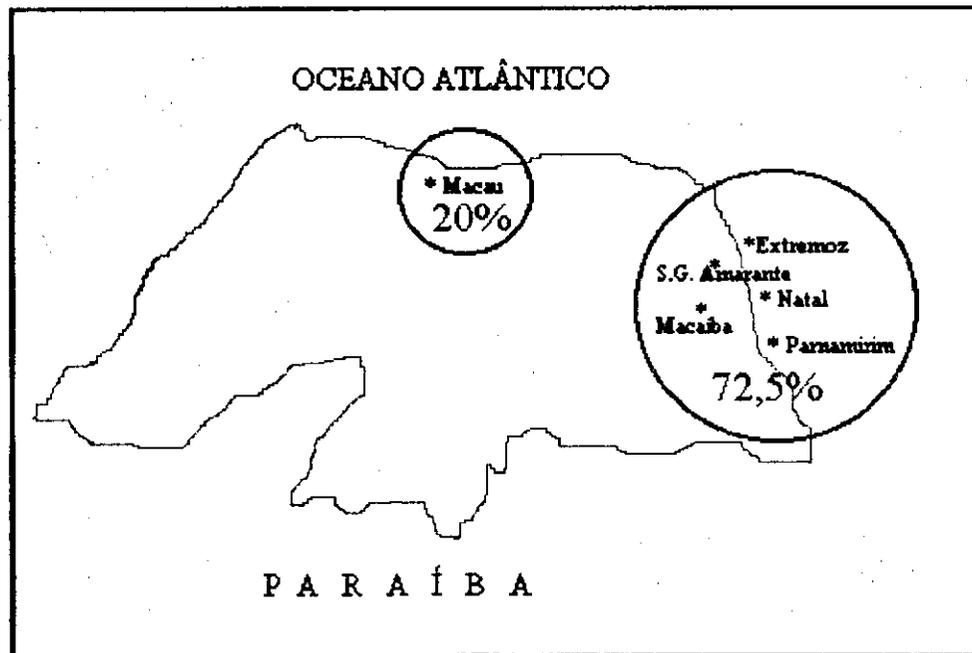
Considere-se inicialmente que a ação planejada do estado através da SUDENE na busca de induzir ações capitalistas privadas/produativas, se por um lado concentraram espacial e setorialmente investimentos específicos, por outro lado, findaram por criar nestas áreas as condições para as suas principais receitas tributárias, e, neste sentido, sua ação repercute positivamente sobre os cofres municipais e estaduais sobretudo.³

No estado do Rio Grande do Norte, em 1992, da receita tributária arrecadada, os municípios que compõem Natal e "Grande Natal" responderam por 77,1% do total do estado.⁴

³ - Embora ressalte-se que a criação das condições de uma maior arrecadação tributária não significa necessariamente sua efetivação, já que seu abatimento, parcelamento ou até isenção tem sido, historicamente, recurso corrente para que Municípios, Estados e União atraiam e mantenham os capitais privados em determinadas áreas e setores.

⁴ - Receita Tributária do Estado (CR\$ 81.944.138,00); da qual o município de Natal participou com CR\$ 60.205.948,00 e a Grande Natal com CR\$ 2.969.024,00. (Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte - 1994. Natal, 1994, p.413).

GRÁFICO 4.1
RIO GRANDE DO NORTE.SUDENE.SISTEMA 34-18/FINOR
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS INVESTIMENTOS APROVADOS E CONCLUÍDOS
1964-1989



Fonte: PROJETOS INDUSTRIAIS E AGROPECUÁRIOS APROVADOS.
Recife: SUDENE, 1960 - 1990. Relatórios Anuais.

Em se tratando especificamente do ICMS gerado, percebe-se a partir da análise do Quadro 4.1, a presença significativa da indústria incentivada dentre as cem maiores empresas contribuintes do ICMS no Rio Grande do Norte no ano de 1990, tanto em número quanto na sua posição classificatória.

QUADRO 4.1
RIO GRANDE DO NORTE
COMPARATIVO ENTRE AS CEM MAIORES EMPRESAS CONTRIBUENTES DO ICMS
NO ESTADO EM 1990 E AS EMPRESAS INCENTIVADAS PELA SUDENE

Classificação	Número de Empresas	Razão Social	Atividade Principal	Localização
4	3	Confecções Guararapes S/A	Vest. Calç. Tecidos	Natal
5	1	Telecomunicações do RGN S/A	Serviços Públicos	Natal
7	1	Coteminas do NE S/A-COTENE	Têxtil	S. G. Amarante
11	2	Alpagartas Confec. do NE S/A	Vest. Calç. Art. Tecido	Natal
16	5	CIRNE Cia. Industrial do RGN	Prod. Alimentares	Macau
18	1	S.A. Fiação Borborema	Têxtil	Natal
22	1	Guararapes Têxtil S.A	Vest. Calç. Art. Tecido	Natal
24	1	Texita Cia Têxtil Tangará	Têxtil	Parnamirim
25	5	S/A Salineira do NE-SOSAL	Comércio Atacadista	Mossoró
26	1	Sulfabril do Nordeste	Vest. Calç. Art. Tecido	Parnamirim
38	3	Henrique Laje e Salineira do NE	Comércio Atacadista	Pedências
41	2	Cirne Distrib. de Bebidas Ltda	Comércio Atacadista	Natal
51	1	Bonor Ind. de Botões de NE S/A	Diversas	Parnamirim
53	1	Indústria Jossan S/A	Metalúrgica	Natal
66	1	TECBLU-Tecelag. Blumenau S.A	Têxtil	Parnamirim
74	1	EMPESCA S/A Construç. Naval	Agric. Pec. Pesca etc.	Natal
84	2	Pesca Alto Mar S/A	Prod. Alimentares	Areia Branca
89	1	Sperb do NE S/A -Ind. Têxtil	Têxtil	Parnamirim

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEC. Perfil do Rio Grande do Norte. Natal, 1991, p 146-9.

Dando continuidade à definição da articulação que a indústria incentivada pelo "Sistema 34-18/FINOR" em Natal e Grande Natal desenvolveu com a economia local e regional, far-se-á a partir de agora um perfil atualizado de cada gênero de indústria que prepondera nesta área, no que se refere à origem preponderante de sua demanda de matérias-primas, bem como o destino da oferta de seus produtos nos anos 1992 e 1993, o qual incluirá empresas incentivadas ou não.

INDÚSTRIA TÊXTIL

A Indústria Têxtil subdivide-se basicamente em quatro segmentos: fiação, tecelagem, malharia e tinturaria. Em Natal e Grande Natal encontram-se 18 indústrias do Setor (28,0% do número que compõe todo o parque têxtil no estado). Estas geram aproximadamente 5.450 empregos diretos, dos quais a fiação responde por 49,7%; tecelagem 34,0% e os 16,0% restantes distribuem-se entre malharia e tinturaria. É precisamente no segmento fiação, o mais expressivo do setor na área geográfica em estudo, onde reconhece-se e destaca-se o maior número de empresas incentivadas pelo "Sistema 34-18/FINOR" no período 1964-89.

A - SEGMENTO FIAÇÃO

- 1 - Fiação de Algodão Mocó S/a (Macaíba)**
- 2 - FITEP - Fiação e Tecelagem Pamamirim Ltda (Pamamirim)**
- 3 - S/A Fiação Borborema (Natal)**
- 4 - SPERB no Nordeste S/A (Pamamirim)**
- 5 - TEXITA - Cia Têxtil Tangará (Pamamirim)**

B - FIAÇÃO, TECELAGEM E TINTURA

- 6 - COTEMINAS do Nordeste S/A- COTENE (São Gonçalo do Amarante)**
- 7 - Tecelagem Blumenau S/A - TECBLU (Pamamirim)**

C - MALHARIA

- 8 - Bayertex Ind. Com. & Serviços Ltda (Pamamirim)**
- 9 - Guararapes Têxtil S/A (Extremoz)**
- 10 - MASTEX - Master Têxtil Ltda (Extremoz)**

11 - Moglatex - Malhas, Ind. & Com. Representações Ltda (Parnamirim)

12 - Rio Norte Indústria Ltda (Macaíba)

13 - Usina Margo Ltda (Macaíba)

D - TECELAGEM

14 - **CONTERN- Cooperativa Mista dos Têxteis do RN Ltda (antiga Ind. SITEX S/A-Natal)**

15 - Ind. & Com. João Paulo II Ltda (Natal)

16 - PMG - Etiquetas e Produtos Têxteis Ltda (Natal)

17 - **Tecelagem TEXITA S/A (Parnamirim)**

18 - Confecções e Lavanderia Meridional Ltda (Natal)

Das 18 empresas apresentadas, 10 (dez) foram significativamente incentivadas na forma do incentivo 34-18/FINOR aqui investigado e conforme observou-se em seções anteriores, o que não impede que as mesmas, bem como as demais, tenham se utilizado de outras modalidades como: FNE, Isenção de Imposto, FINAME, dentre outros.

Quanto ao destino da produção têxtil localizada em Natal e Grande Natal (excluídos os resíduos industriais), tem-se que, para os anos 1992 e 1993, o segmento fiação destinou 48% de sua produção para o Rio Grande do Norte; 20% para o Norte e Nordeste ; 25% para o Centro-Sul e 7% para o Exterior. Destaque-se que a produção da linha de costura destinou-se em 100% para o Centro-Sul do País. No Segmento Tecelagem e Malharia o destino da produção foi preponderantemente o próprio estado. No Subsegmento Fiação/Tecelagem/Tinturaria e Segmento Tinturaria o destino dos produtos ofertados foi em sua maioria o Norte/Nordeste e Centro-Sul respectivamente. Conclui-se, portanto, que o Estado do Rio Grande do Norte figura como o maior absorvedor dos produtos têxteis no período 1992 e 1993, precisamente 49 por cento da produção.

Quanto à origem das matérias-primas e material secundário, tem-se que a indústria têxtil instalada nesta área caracteriza-se pela intensa utilização de algodão na produção de suas mercadorias, particularmente no Segmento Fiação. Porém, de acordo com os dados expostos no Quadro Anexo 4.B.3, este segmento, o mais expressivo do Setor Têxtil em Natal e Grande Natal, utiliza apenas 0,3% do algodão em pluma do Estado. Logo, sua matéria-prima principal é quase que totalmente importada de outras regiões ou países. A fibra de poliéster útil a este segmento também é totalmente importada, sobretudo do Norte/Nordeste. Apenas o piolho de algodão é 100% nativo.

É no Segmento de Tecelagem que o Rio Grande do Norte destaca-se como abastecedor das matérias-primas, precisamente 99,7% são oriundas das fiações locais.

Ao se considerar a Indústria Têxtil como um todo, percebe-se que o Rio Grande do Norte participou com 27% do suprimento total das matérias-primas; o Norte/Nordeste com 23%; o Centro-Sul com 28% e o Exterior com 22%. (Ver Quadros Anexos 4.B.2 e 4.B.3)

INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO

Natal e Grande Natal comportam inúmeras indústrias de vestuário, sendo inviável listá-las. Contudo, sabendo que esta indústria foi a segunda em captação de recursos e conclusão de projetos de investimentos aprovados pela SUDENE para o Rio Grande do Norte, precisamente 17,4% deste, no período 1964-89, cabe inferir algumas considerações a respeito da mesma.

A Indústria de Vestuário instalada na área em estudo gerou, nos anos 1992 e 1993, aproximadamente 4.816 empregos diretos,⁵ dos quais o Segmento Confeccões

⁵ - O termo "aproximadamente" justifica-se pelo fato dos dados consultados para esta seção não considerarem 100% das empresas existentes, a exemplo da SORIEDEM S/A Confeccões, a qual, embora incentivada, se negou a fornecer alguns dados, segundo informações contidas na

respondeu com 97% destes. Foi também este o segmento detentor de 68% das empresas existentes na Indústria Têxtil.

Em se tratando do destino dos produtos ofertados, tem-se que o segmento de maior relevância desta indústria - o de confecções - exportou 53% de sua produção para o Centro-Sul e 15% para o Norte/Nordeste, ficando 31% no Estado. Os demais segmentos, quais sejam: bonés, moda praia e roupa íntima destinaram a maior parte de sua produção para o Rio Grande do Norte. (Ver Anexo 4.B.4 e 4.B.5)

O Quadro Anexo 4.B.5 revela que sendo o tecido a principal matéria-prima deste Setor, também nesta indústria o Rio Grande do Norte é importador, pois, embora seja o segundo maior fornecedor (38%), 40% destas matérias vieram do Centro-Sul do País, no período 1992 e 1993.

INDÚSTRIA METALÚRGICA

Segundo dados do SEBRAE para os anos 1992 e 1993, a "Grande Natal" sedia três significativas empresas nesta indústria: 1) Acumuladores Nat Light Ltda (São Gonçalo do Amarante); 2) BRASINOX-Brasil Inoxidável S/A (Pamamirim) e 3) FERRAÇO Com. & Ind. Ltda (Pamamirim), as quais juntas geram aproximadamente 220 empregos diretos.

Com referência ao destino da produção, observa-se que a terceira empresa oferta 100% dos seus produtos no próprio Estado. Já a "BRASINOX" (única incentivada pelo 34-18/FINOR), destina mais ou menos equitativamente parte de sua produção para o Rio Grande do Norte, Norte/Nordeste e Centro-Sul, porém a "Nat Light" direciona apenas 5% de sua produção para o Rio Grande do Norte. (Ver Quadro Anexo 4.B.6)

bibliografia-base desta subseção, o que não anula a validade das informações, já que se referem à uma amostra bastante significativa.

No Quadro Anexo 4.B.7 estão dispostas as origens das matérias-primas úteis à Indústria Metalúrgica, donde nota-se que apenas duas matérias-primas são nativas: chapas e tubos em aço carbono e componentes usinados (50% fornecidos pelo Rio Grande do Norte), todas as demais são oriundas de outras regiões: Norte/Nordeste e Centro-Sul.

PRODUTOS ALIMENTARES

Em 1992-93, vinte e nove empresas atuavam em Natal e Grande Natal na Indústria de Produtos alimentares, as quais geravam 1.536 empregos diretos. Destas, quatro foram significativamente incentivadas pela SUDENE, a saber: 1) Simas Industrial S/A (a qual participa com 48% dos empregos diretos gerados nesta indústria, situada em Natal e produzindo sobretudo balas); 2) Weston Produtos Alimentícios Ltda (Natal/biscoitos); 3) Norte Pesca S/A (Natal/peixes, lagostas, camarões, gelo) e 4) EMPESCA S/A (Natal/Construções Navais, Pesca para exportação).

Quanto ao destino da produção da Indústria de Produtos Alimentares aqui citada, observa-se que, de acordo com o Quadro Anexo 4.B.8, o Rio Grande do Norte absorveu 64% do total dos produtos desta Indústria; o Norte/Nordeste e o Exterior 14% respectivamente e o Centro-Sul 8%. Em se tratando dos subprodutos, os quais servem de matéria-prima para outras indústrias (farmacêutica, de Sabão, Química, etc), percebe-se que 43% destinaram-se ao Norte/Nordeste; 29% ficaram no próprio Estado e 14% forma absorvidos pelo Centro-Sul e Exterior respectivamente.

No que se refere à origem das matérias-primas consumidas nesta Indústria, tem-se que dos 30 insumos úteis, foram significativamente provenientes do Rio Grande do Norte os seguintes: (álcool, cebola, pimenta, tomate, goiaba, banana, coco seco, açúcar, leite, camarão, lagosta, peixe, milho, água, polpa de frutas, castanha de caju e

cobertura de sorvete), 11 foram importadas de outros Estados e apenas 1 veio do Exterior(base). Do total, o Rio Grande do Norte cedeu 53,4% dos insumos; o Norte/Nordeste 13,3% o Centro-Sul 30% e o Exterior 3,3%. Porém, destaque-se que, segundo dados do SEBRAE/RN, 94% do material de embalagem: sacos lisos e trançados, frascos, potes de vidro, garrafas, dentre outros, são importados. (Ver Quadros Anexos 4.B.8 e 4.B.9)

DIVERSOS

Em Natal e Grande Natal a Indústria Diversos normalmente se divide em quatro segmentos: a) Botões para vestuário; b) Aparelhos Ortopédicos; c) Vassouras e d) Absorventes Higiênicos e Algodão Hidrófilo, dos quais apenas a e d interessa ao presente estudo por conter empresas incentivadas pelo "Sistema 34-18/FINOR" no período 1964-1989.

Em se tratando do segmento de Botões, localizam-se na área em investigação duas empresas, quais sejam: *BONOR - Indústria de Botões do Nordeste S/A* e *FANE-Acessórios do Vestuário Ltda*, as quais juntas responderam pela criação de 550 empregos diretos. Este segmento destaca-se ainda por destinar 55% de sua produção para o Centro-Sul; 33% para o Norte/Nordeste e apenas 6% para o Rio Grande do Norte e Exterior, respectivamente. (Ver Quadro Anexo 4.B.10)

Quanto à origem da matéria-prima e do material secundário utilizado no segmento de Botões, observa-se que apenas a quenga do côco e a acetona foram fornecidos pelo Rio Grande do Norte, as demais matérias-primas e secundárias foram 100% adquiridas ora em outros Estados da Região, ora no Centro-Sul.

O Segmento "Absorvente Higiênico e Algodão Hidrófilo", situado em Natal e Grande Natal, comporta apenas a empresa *SIPROFAR S/A - Têxtil e Farmacêutica*, a

qual fundiu-se com a PROFARQUÍMICA (ambas incentivadas pela SUDENE como visto em seções anteriores), gerando 142 empregos diretos em 1992-93. O destino de sua produção foi em 70% para o Norte/Nordeste; 28% para o Centro-Sul, ficando no Estado apenas 2%. Com o algodão hidrófilo manteve-se a mesma tendência, apenas 3% da produção foi consumida no Estado, 47% no Centro-Sul e 50% no Norte/Nordeste.

No que se refere à origem das matérias-primas e material secundário utilizados neste segmento, observa-se que o Rio Grande do Norte figura como fonecedor de 100% do algodão em pluma ; o Norte/Nordeste forneceu 100% do filme plástico para absorventes. Todas as demais matérias-primas foram oriundas do Centro-Sul do País. Tendência semelhante ocorre quanto à origem do material secundário, onde o Norte/Nordeste e Centro-Sul responderam por 100% destes insumos. (Ver Quadros Anexos 4.B.10 e 4.B.11)

BEBIDAS

A Indústria de Bebidas concentrou 1,4% dos recursos em projetos aprovados pela SUDENE e concluídos no Rio Grande do Norte, dentro do "Sistema 34-18/FINOR", no período compreendido entre 1964 e 1989.

Em Natal e Grande Natal esta indústria pode ser subdividida nos seguintes segmentos: Água Mineral; Refrigerantes e Vinho, os quais conjuntamente responderam por 500 empregos diretos gerados no período 1992-93. O destino de sua produção apresentou o seguinte comportamento: 98,2% da produção foi destinada ao mercado estadual e 1,8% foi vendido ao Norte/Nordeste.

Quanto à origem das matérias-primas demandadas por esta indústria, destaca-se que o *suco de frutas*, largamente utilizado na produção de refrigerantes, é 100% originado no Centro-Sul. Ademais, observa-se que 76,6% das matérias-primas

foram oriundas do Norte/Nordeste; 16,4% do próprio Estado e 6,8% do Centro-Sul. (Ver Quadro Anexo 4.B.12)

COUROS E PELES

A Indústria de Couros e Peles compõe-se, na área de Natal e Grande Natal, de três significativas empresas: *Indústria de Peles S/A- INPELE*; *J. Motta Indústria e Comércio Ltda* e *Poty Couros Ltda*, as quais empregaram nos anos 1992-93 aproximadamente 500 pessoas diretamente.

Em se tratando do destino da produção de couros, observa-se que apenas 3% desta fica no Estado e na Região Norte/Nordeste, isto é, exportou-se 42% e 52% para o Centro-Sul e outros Países respectivamente. Esta tendência se aprofunda em relação ao destino da produção de peles, onde a Itália, França, Coréia e China foram receptores de 57% desta.

Por outro lado, no que se refere às matérias-primas consumidas, o Rio Grande do Norte participou com 30% em média (Couro bovino e pêlo caprino/ovino) e o Norte/Nordeste com 70%. (Ver Quadro Anexo 4.B.13)

TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS

Natal e Grande Natal comporta 33 empresas desta indústria, representando 19% do existente no Estado em 1992-93. Dos sete segmentos que a compõem, apenas o de Porcelana acusa ter sido incentivada pelos incentivos "34-18/FINOR" no período 1964-89, especificamente a "Manufatura de Porcelana Beatriz S/A", localizada no município de Pamamirim. Esta empresa caracteriza-se por ser a única que exporta 50% de sua produção para o Centro-Sul, todas as demais empresas ofertam para o próprio Estado e/ou Norte/Nordeste.

Das matérias-primas utilizadas pela Indústria de Transformação de Minerais não Metálicos, 54% originaram-se no próprio Estado; 21,5% no Norte/Nordeste e 24,7% no Centro-Sul. (Ver Quadro Anexo 4.B.14)

PAPEL E PAPELÃO

Finalizando a descrição do comportamento da oferta e demanda por segmento industrial em 1992 e 1993, registra-se para Natal e Grande Natal três indústrias de Papel e Papelão: *INPASA Indústria e Comércio (incentivada pelo 34-18/FINOR)*; *COBADEL - Comércio e Beneficiamento de Artigos de Papel e Embalagem* e *TUBONORTE Artefatos de Papel Ltda*, todas localizadas no município de Pamamirim.

Quanto ao destino dos produtos ofertados pela Indústria de Papel e Papelão, observa-se que o Estado do Rio Grande do Norte absorveu 55% desta, enquanto que 45% foi destinado a outros Estados da Região Norte/Nordeste.

Em se tratando das matérias-primas utilizadas por esta indústria, fica patente também que a Região Norte/Nordeste foi provedora da maioria dos insumos, precisamente 77,5%; o Rio Grande do Norte respondeu por 20% e apenas 2,5% foram provenientes do Centro-Sul do País. (Ver Quadro Anexo 4.B.15)

É possível, agora, traçar um perfil geral da articulação que a Indústria localizada em Natal e Grande Natal manteve com a economia local, regional e nacional, a partir da identificação do destino preponderante de sua produção (destino da oferta), nos anos 1992-93, bem como observando a origem das matérias-primas demandadas pelas respectivas indústrias.

O Quadro 4.2, a seguir, resume a oferta e demanda total de todas as indústrias citadas. Como se assinalou no decorrer da presente seção, a Indústria Têxtil

absorveu 34,2% do total de investimentos aprovados e concluídos pela SUDENE no Rio Grande do Norte no período 1964-89. Tendo como amostra os anos de 1992 e 1993, para Natal e Grande Natal, percebe-se que esta Indústria tem no mercado estadual sua maior base (exceto indústrias que fiam, tecem e tinturam ao mesmo tempo). Porém, do lado da demanda, nota-se que, em que pese o fato da totalidade das matérias-primas serem oriundas preponderantemente do Rio Grande do Norte, ressalta-se que para o segmento mais expressivo desta indústria - o de fiação - o Estado Potiguar fornece apenas 7% destas.

Na mesma tendência caminhou a Indústria de Vestuário, isto é, o Rio Grande do Norte foi o maior consumidor da produção e também o maior fornecedor das matérias-primas. Mas aqui também cabe uma ressalva, a principal matéria-prima desta indústria é o tecido, 40% do qual originou-se no Centro-Sul do País.

Na Metalurgia preponderou o consumo local da produção (47,8%), contudo, foi bastante significativa a absorção pelo Norte/Nordeste (41,6%), sendo esta última, a região fornecedora de 47,2% da matéria-prima utilizada na indústria metalúrgica aqui instalada, enquanto que a matéria-prima nativa foi de apenas 12,8%.

Na Indústria de Produtos Alimentares também prepondera o consumo local da produção, bem como o fornecimento de 53,4% das matérias-primas úteis, embora ressalte-se a expressiva participação de 30% do Centro-Sul no fornecimento destas matérias.

Uma trajetória ainda mais particular é seguida pela Indústria Diversos aqui citada, pois esta não apenas destinou 64% de sua produção para o Centro-Sul contra 5,5% para o próprio Estado, mas também teve no Centro-Sul e Norte/Nordeste sua base de fornecimento de matérias-primas, respectivamente 50% e 37,5%.

QUADRO 4.2
NATAL E GRANDE NATAL (TOTALIZAÇÃO POR INDÚSTRIA) (1992-1993)
OFERTA DA PRODUÇÃO (DESTINO) E DEMANDA DE MATÉRIAS-PRIMAS (ORIGEM)

INDÚSTRIAS	OFERTA DA PRODUÇÃO (DESTINO %)				DEMANDA DE MATÉRIAS-PRIMAS (ORIGEM %)			
	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
I - TÊXTIL								
Fiação	48,00	20,00	25,00	7,00	7,00	26,00	37,00	30,00
Tecelagem	98,00	0,00	1,42	0,58	99,75	0,05	0,20	0,00
Fiaç/Tecelag./Tinturaria	15,00	60,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Malharia	78,00	17,00	5,00	0,00	24,00	76,00	0,00	0,00
Tinturaria	13,00	28,00	46,00	13,00	0,00	14,00	86,00	0,00
TOTAL TÊXTIL	50,40	25,00	20,50	4,10	32,70	29,00	30,80	7,50
II - VESTUÁRIO								
Bonés	94,00	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Confecções	31,00	15,00	53,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moda Praia	65,00	30,00	15,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Roupa Íntima	57,00	40,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL VESTUÁRIO	59,50	21,90	17,10	1,50	60,00	11,00	29,00	0,00
III - METALÚRGICA								
"Nat Light"/Empresa	5,00	95,00	0,00	0,00	X	X	X	X
"Brasincox"	38,30	30,00	31,70	0,00	X	X	X	X
"Ferroço"	100,00	0,00	0,00		X	X	X	X
TOTAL METALÚRGICA	47,80	41,60	10,60	0,00	12,80	47,20	40,00	0,00
IV-TOTAL PROD.ALIMENT.	64,00	14,00	8,00	14,00	53,40	13,30	30,00	3,30
V - TOTAL DIVERSOS	5,50	25,00	64,00	5,50	12,50	37,50	50,00	0,00
VI - TOTAL BEBIDAS	98,20	1,80	0,00	0,00	16,40	76,80	6,80	0,00
VII - TOTAL COUR/PELES	1,50	1,50	42,50	54,50	30,00	70,00	0,00	0,00
VIII-TRANSF.M.Ñ.METÁLIC.	88,60	9,40	2,00	0,00	54,00	21,30	24,70	0,00
IX - PAPEL E PAPELÃO	55,00	45,00	0,00	0,00	20,00	77,50	2,50	0,00
TOTAL GERAL	52,30	20,60	18,30	8,80	34,80	41,10	22,90	1,20

FONTE: Quadros Anexos 4.B.2 a 4.B.15. Apud Rio Grande do Norte.

Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal. Natal, nov/94.

(x) = Dados não disponíveis.

Na Indústria de Bebidas, embora 98,2% dos seus produtos tenham sido consumidos no mercado local, 76,8% de suas matérias-primas foram importadas do Norte/Nordeste, sem falar que o suco de frutas útil à produção de refrigerantes foi 100% importado do Centro-Sul.

A Indústria de Couros e Peles exportou 54,5% de sua produção para o mercado internacional e 42,5% para o Centro-Sul, contra 1,5% para o mercado local. Mas foi do Norte/Nordeste que esta indústria recebeu 70% das matérias-primas úteis, sendo também relevante a presença do Rio Grande do Norte no fornecimento de 30% destas matérias.

A Indústria de Transformação de Minerais não Metálicos tem na construção civil potiguar seu absoluto mercado consumidor (88,6%). O Rio Grande do Norte também prepondera quanto ao fornecimento das matérias-primas (54%), embora não se deva descartar a significativa presença de outros estados e regiões neste suprimento.

Por fim, tem-se que a Indústria de Papel de Papelão teve no mercado local e regional (Norte/Nordeste) seu principal destino, respectivamente 55% e 45% da produção, embora 77,5% de suas matérias-primas úteis advenham especificamente de outros estados, embora sejam da região Norte/Nordeste.

4.4 - Conclusão

Quanto à evolução da economia potiguar ao longo da história, conclui-se que, à semelhança do Nordeste e do Brasil, predominaram características agro-exportadoras nítidas, só vindo conhecer significativas alterações em suas bases produtivas rumo à industrialização, nas décadas de 60, 70 e 80, a partir, sobretudo, mas não exclusivamente, da "avalanche" de incentivos concedidos pela ação estatal

representada pela SUDENE em consonância com o respectivo governo estadual. Nesta conjunção de forças, embebida pelo "ideário industrial-desenvolvimentista", inseria-se mais um subespaço na acumulação capitalista em escala nacional, criando no Rio Grande do Norte um "mercado institucionalmente regulado". Garantia-se, assim, taxas de lucro satisfatórias, a baixíssimos custos, em meio a uma conjuntura crise de reprodução do capital em escala nacional e ao subdesenvolvimento regional.

No que se refere à distribuição locacional e setorial dos investimentos aprovados pela SUDENE no estado do Rio Grande do Norte e efetivamente concluídos no período 1964-89, a conclusão a se extrair é, primeiramente, a irrefutável concentração destes investimentos concluídos na área que se convencionou chamar de "A Grande Natal", pois os municípios de Natal, Pamamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Macaíba concentraram juntos 72,5% destes, sendo a indústria Têxtil; de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos; Metalúrgica e de Produtos Alimentares as mais beneficiadas na área geográfica supracitada.

Os projetos de investimentos aprovados e concluídos no período, à exceção dos localizados no município de Macau (segundo maior concentrador destes, precisamente extração e beneficiamento do sal), bem como a exceção do que se constitui a "Grande Natal", caracterizam-se pela pouca expressividade quantitativa (parcos recursos) e por uma "miscelaneidade/dispersão" de municípios beneficiados insignificativamente. Embora tal indução resguarde princípios já citados, ora aproveitando as vantagens comparativas da indústria salineira, ora incentivando a agroindústria e/ou agricultura irrigada, ora forjando um abastecimento urbano a partir da opção pela avicultura e suinocultura, sobretudo na segunda metade da década de 1980.

Finalmente, no plano geral dos setores beneficiados pela SUDENE no Rio Grande do Norte durante o período 1964-89, tem-se que a Indústria de Transformação

concentrou US\$ 1.101.211,00 (85,9% dos investimentos totais concluídos no Estado), os quais distribuíram-se preponderantemente entre as seguintes indústrias: Têxtil (34,2%); Química (20,6%); Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos (17,4%); Metalúrgica (15,5%); Produtos Alimentares (4,4%), dentre outros. Ao Setor de Serviços coube US\$ 85.613,00 (6,7% do investimento total concluído), os quais destinaram-se em quase 100% para as Telecomunicações e Hotéis de Turismo situados na Capital. O Setor Agropecuário concentrou 4,0% dos investimentos concluídos, precisamente US\$ 1.760,00 dos quais 63,9% destinaram-se à Pesca Industrial, sendo esta localizada 90% em Natal. Acrescente-se ainda que coube à Agricultura (31,6%); suinocultura (2,5%); Avicultura (1,6%) e Pecuária (0,4%). Inference-se também que a Indústria Extrativa Mineral (salinas) absorveu US\$ 44.020,00 (3,4% do total de recursos em projetos concluídos no estado), sendo os municípios que se seguem os principais captadores: Areia Branca (38,9%), Macau (32,1%) e Galinhos (29,0%). **(Ver Tabela Anexo 4.A)**

Conclui-se ainda que do lado do destino dos produtos ofertados, estas indústrias mantiveram forte articulação com a economia local, ainda que resguardadas as especificidades do Segmento de Confeções; de algumas indústrias que compõem a Metalurgia; da Indústria Diversos e de Couros e Peles. Contudo, em se tratando da origem preponderante das matérias-primas utilizadas nestas respectivas indústrias, o mesmo não pode ser dito. Neste caso, Natal e Grande Natal e as indústrias ali instaladas figuram como importadores de matérias-primas de outros Estados da Região Norte/Nordeste (em 41,1%) e, ainda que o Rio Grande do Norte forneça 34,8% destes insumos, o Centro-Sul supre 22,9% do total. Caracteriza-se, assim, uma maior articulação relativa com o Norte/Nordeste do que com a economia local, do ponto de vista da origem de seus principais insumos, o que torna tais empreendimentos muito mais vulneráveis às vicissitudes da dinâmica da acumulação em escala nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a interação entre o Estado e a economia, comum ao desenvolvimento capitalista no mundo, torna-se mais que evidente no Rio Grande do Norte, sobretudo, mas não exclusivamente, a partir do conjunto de ações implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, nas décadas de 60, 70 e 80, as quais resultaram na contraposição entre o ideário industrial-desenvolvimentista, a expansão capitalista nacional e a questão regional. Assim, permitiu-se que, acessando fundos públicos, fossem criados "novos" parâmetros de lucratividade, agora, de forma "planejada".

Por outro lado, é possível inferir que o Rio Grande do Norte, se deixado à livre escolha da iniciativa privada ou, ainda, a esperar pelo desenvolvimento e modernização de suas tardias estruturas produtivas capitalistas, provavelmente não teria se constituído em subespaço real, e não apenas potencial, de acumulação para fins privados ou atraído os "parcos", mas significativos investimentos que ali se lançaram.

Conquanto, é preciso insistir que, às expensas da pretensa equidade locacional e setorial dos investimentos incentivados pela SUDENE, o estado da Bahia continuou sendo a "primeira grande opção" em localização para a iniciativa privada, detendo, sozinho, aproximadamente 26,4% dos recursos em projetos aprovados durante a década de 1980, dos quais preponderaram indústrias dinâmicas como: Química, Mecânica, Metalúrgica e Minerais não Metálicos. Foi seguido pela área mineira da SUDENE e pelo estado do Ceará.

Logo, à exceção dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas (resguardadas as especificidades destes dois últimos), pode-se afirmar que os demais, em se tratando da absorção dos incentivos do FINOR, espelham o relativo malogro da "equidade pretendida", na medida em que estes incentivos, associados a outras ações, "permitiram" a reconcentração produtiva intra-regional.

Ora, poder-se-ia argumentar que estados como o Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Maranhão e Piauí foram os que sempre detiveram os percentuais mais elevados na legislação dos Incentivos ao longo das décadas em estudo. No entanto, ressalta-se que foram percentuais maiores sobre investimentos totais "atraídos", radicalmente inferiores quando comparados aos demais estados.

Esta seletividade ou "decisão" da iniciativa privada em se localizar apenas marginalmente em estados como o Rio Grande do Norte refletiu-se também, sobre os setores econômicos e áreas geográficas beneficiadas em cada subespaço estadual. Assim, assistiu-se no território norte-riograndense uma irrefutável concentração de investimentos na área conhecida como "A Grande Natal", isto é, a capital e adjacências, que concentraram 72,5% dos investimentos incentivados e concluídos durante o período 1964-1989, sendo a Indústria Têxtil e a de Vestuário as mais beneficiadas.

Em se tratando do destino dos produtos ofertados e da origem das matérias-primas úteis à indústria que se instalou na área que compõe "A Grande Natal", conclui-se que se por um lado estas mantiveram forte relação com a economia local, na medida em que o Rio Grande do Norte foi o maior absorvedor dos produtos no período investigado (1992-1993). Por outro lado, a observação da origem preponderante dos principais insumos destas indústrias permite inferir que as mesmas dependeram em 64% do fornecimento de outros estados, precisamente 41,1% do Norte/Nordeste e 22,9% do Centro-Sul.

Excetuando-se "A Grande Natal" e o município de Macau, que concentrou 26% dos projetos concluídos, todos os demais caracterizam-se pela insignificância dos recursos atraídos. Contudo, apesar desta desigualdade quantitativa em volume de investimentos, pode-se concluir que todos os municípios, cada um por si, tiveram em comum os princípios expressos na legislação ordenadora dos incentivos, como condição para serem beneficiados, isto é, ora proximidade do distrito industrial sede; ora existência e aproveitamento das vantagens comparativas da indústria salineira; ora possibilidade e fomento à agricultura irrigada e à agroindústria de frutos tropicais, ora forjando um abastecimento urbano através da avicultura e suinocultura.

Conclui-se também que, ainda que se tenha confirmado a inexpressiva participação do Rio Grande do Norte como absorvedor dos projetos aprovados e incentivados na Região, dentro do "Sistema 34-18/FINOR" de 1964 a 1989, pode-se afirmar que esta modalidade de incentivo, associada a outras de âmbito federal e estadual, bem como ações da empresa estatal PETROBRÁS na Bacia Potiguar; o fomento ao Pólo Agroindustrial a partir da construção da barragem Armando Ribeiro (1979), dentre outras intervenções, foram responsáveis pelo destacável desempenho da economia potiguar, expresso na evolução dos indicadores nas últimas décadas, particularmente durante a chamada "Década Perdida".

Contudo, se, por um lado, figura nestas décadas um Rio Grande do Norte "moderno e competitivo", produtores e produtos específicos, os quais associados e "solidários" à dinâmica da acumulação, tiveram sua taxa de lucro regulada social-estatalmente. Por outro lado, sob o prisma da concentração fundiária e de renda; do acesso aos bens sociais básicos: água, luz, educação, saúde, moradia, dentre outros, o desenvolvimento aqui forjado se fez tímido e muitas vezes perverso. Logo, a "questão potiguar" assim como a "questão regional" ainda se mantêm, embora redesenhadas,

porque ambas têm por base uma riqueza que, gerada socialmente e com fundos públicos, foi e continua sendo apropriada privadamente, sobretudo por não se contraporem a este processo ("ainda") forças capazes de reconverterem socialmente tais riquezas.

ANEXOS

QUADRO ANEXO 1.A
CORREÇÃO DE VALORES A PREÇOS
MÉDIOS DO DÓLAR DE 1989*

ANOS	MÉDIA	ANO/89
1964	0,003334	9,0696E-08
1965	0,005237	1,4246E-07
1966	0,007251	1,9725E-07
1967	0,009324	2,5364E-07
1968	0,01158	3,1502E-07
1969	0,01391	3,784E-07
1970	0,01662	4,5212E-07
1971	0,02	5,4407E-07
1972	0,02346	6,3819E-07
1973	0,02696	7,334E-07
1974	0,03469	9,4369E-07
1975	0,04437	1,207E-06
1976	0,06266	1,7046E-06
1977	0,08939	2,4317E-06
1978	0,124	3,3732E-06
1979	0,1909	5,1931E-06
1980	0,3822	1,0397E-05
1981	0,8021	2,182E-05
1982	1,5678	4,2649E-05
1983	3,9805	0,00010856
1984	12,7844	0,00034805
1985	41,6485	0,00113298
1986	100,894	0,00274466
1987	329,9863	0,00897674
1988	2588,7425	0,07042253
1989	36760,144	1

FONTE: Conjuntura econômica - FGV. (Índice Geral
 (de Preços - Disponibilidade Interna), 1994.
 (*) Câmbio ano 89 valor 2.841 (Cr\$ do Plano
 Collor/US\$).

ANEXO 2.A
EX-SUPERINTENDENTES DA SUDENE
1959 A 1996

NOME	PERÍODO
01) Celso Monteiro Furtado.....	15/12/59 a 04/04/64
02) Manoel Expedito Sampaio.....	04/04/64 a 04/08/64
03) João Gonçalves de Souza.....	05/08/64 a 17/06/66
04) Rubens Vaz da Costa.....	16/08/66 a 17/03/67
05) Euler Bentes Monteiro.....	31/03/67 a 27/01/69
06) Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira.....	24/02/69 a 27/01/71
07) Evandro Moreira de Souza Lima.....	27/01/71 a 26/03/74
08) José Lins Albuquerque.....	27/03/74 a 11/07/78
09) Valfrido Salmito Filho.....	12/07/78 a 24/09/84
10) Marlos Jacob Tenório de Melo.....	25/09/84 a 30/03/85
11) Jorge Nova da Costa (Interino).....	01/04/85 a 23/05/85
12) José Reinaldo Carneiro Tavares.....	24/05/85 a 03/02/86
13) Dorany de Sá Barreto Sampaio.....	11/03/86 a 07/08/87
14) Antônio Carlos Frota.....	07/08/87 a 24/11/87
15) Paulo Ganem Souto.....	25/11/87 a 15/03/90
16) José Martins Oliveira Amado (Interino).....	15/03/90 a 31/05/90
17) José Aduino Bezerra.....	24/05/90 a 05/04/91
18) Elionaldo Maurício Magalhães Moraes.....	05/04/91 a 04/11/92
19) Cássio Cunha Lima.....	13/11/92 a 04/01/94
20) Nilton Moreira Rodrigues.....	04/01/94 (atual)

FONTE: SUDENE. Ex-Superintendentes. Recife, SUDENE-CCS-Banco de Dados, abril de 1996.

TABELA ANEXO 3.A

NORDESTE/SUDENE

COMPARATIVO ENTRE ESTADOS DE PROJETOS INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIOS E DE SERVIÇOS APROVADOS

1980-89 (Valores em US\$ 1.000,00)

ESTADOS	1980				1981				1982				1983				1984			
	IT	F/IT	C	E/IT	IT	F/IT	C	E/IT	IT	F/IT	C	E/IT	IT	F/IT	C	E/IT	IT	F/IT	C	E/IT
Maranhão	1286	7	1	56,4	47	26	7	4,4	4185	60	3	17,3	4720	59	8	1,9	54	59	5	5,8
Piauí	60	60	7	2,6	41	55	8	3,8	5162	60	4	21,3	20544	60	6	8,1	17	61	7	1,8
Ceará	327	50	2	14,3	232	56	2	21,7	3723	59	2	15,4	27810	60	5	11	131	60	2	14,2
R.G.doNorte	25	52	9	1,1	64	46	5	6	592	60	9	2,4	352	40	9	0,1	9	61	9	1
Paraíba	34	58	8	1,5	64	54	6	6	1103	58	7	4,5	4910	51	7	1,9	129	59	3	14
Pernambuco	174	58	4	7,6	225	39	3	21	1468	60	6	6,1	28922	47	4	11,5	121	50	4	13,1
Alagoas	0	0	0	0	0	0	0	0	650	49	8	2,7	42084	40	3	16,7	9	64	10	1
Sergipe	61	60	6	2,8	21	36	9	2	0	0	0	0	0	0	0	0	10	45	8	1
Bahia	198	59	3	8	233	49	1	21,8	5583	58	1	23	66873	35	1	26,5	399	49	1	43,2
M. Gerais	113	49	5	5	142	57	4	13,3	1777	59	5	7,3	56270	58	2	22,3	45	57	6	4,9
TOTAL	2278	28	100		1069	49	100		24242	59	100		252485	48	100		924	54	100	

ESTADOS	1985				1986				1987				1988				1989			
	IT	F/IT	C	E/IT	IT	F/IT	C	E/IT	IT	F/IT	C	E/IT	IT	F/IT	C	E/IT	IT	F/IT	C	E/IT
Maranhão	92	46	4	10,4	30	51	10	3,8	97	35	5	8,3	110	41	4	8	125	46	6	3,8
Piauí	26	60	8	2,9	87	53	4	11,1	16	49	9	1,4	12	39	10	0,9	21	41	10	0,6
Ceará	210	60	1	23,7	171	53	1	21,9	136	45	4	11,7	102	33	5	7,4	134	34	4	4
R.G.doNorte	12	63	9	1,4	32	60	9	4,1	31	39	8	2,7	57	30	9	4,1	116	45	7	3,5
Paraíba	133	54	3	15	64	53	6	8,2	54	48	7	4,6	58	43	8	4,2	131	60	5	3,9
Pernambuco	79	43	5	9	127	53	2	16,2	166	40	3	14,3	62	45	7	4,5	390	43	2	11,8
Alagoas	67	46	7	7,6	34	59	8	4,4	6	42	10	0,5	255	17	3	18,5	42	29	8	1,3
Sergipe	12	48	10	1,4	113	42	3	14,5	94	38	6	8,1	327	18	1	23,7	29	20	9	0,9
Bahia	183	42	2	20,7	55	41	7	7	352	22	1	30,3	305	22	2	22,1	2115	33	1	63,8
M. Gerais	70	60	6	7,9	69	53	5	8,8	210	37	2	18,1	91	34	6	6,6	214	17	3	6,4
TOTAL	884	51	100		782	51	100		1161	34	100		1379	26	100		3317	34	100	

FONTE: Projetos Industriais e agropecuários aprovados. Recife: SUDENE, 1980-90. Relatórios Anuais.

IT=Investimento total aprovado, F/IT= FINOR sobre o investimento total%

C = Classificação; E/IT = % da cada Estado em rel. ao Investimento Total

LA ANEXO 3.B.1
 NHÃO/SUDENE
 RES/GÊNEROS E RAMOS INCENTIVADOS PELO FINOR
 89 (Valores em US\$ 1.000,00)

RES/RAMOS/GÊNEROS	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			1989			
	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST				
INDÚSTRIA	1286	7	100	47	28	100							5	53		79	44		22	51		73	35		90	43		97	46		
EXTRATIVA	5	40	0,4																												
00-EXTRAÇÃO MINERAL	5	40	100																												
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	1281	7	99,8	47	28	10							5	53	9,3	79	44	85,9	22	51	73,3	73	35	75,2	90	43	81,8	97	46	77,6	
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS				34	19	72,3																5	50	6,8	4	50	4,4	4	50	4,1	
11-METALURGIA	1273	7	99,4													75	43	94,9	7	40	31,8	4	50	5,5	4	50	4,4	17	50	17,5	
15-MADEIRA				10	40	21,3																18	50	24,7	6	50	8,2	6	50	6,3	
16-MOBILIÁRIO																						39	21	53,4	33	47	34				
17-PAPEL E PAPELÃO																															
20-QUÍMICA				3	80	6,4							4	51	80							4	48	18,2							
21-PROD. FARM. E VETERINÁRIOS																															
22-PERFUMARIA, SABÕES E VELAS																						1	50	1,4	12	50	13,3				
23-PROD. DE MAT. PLÁSTICAS																															
24-TÊXTIL																									64	40	71,1	1	50	1	
25-VEST. CALÇ. E ART. DE TECIDOS																4	60	5,1							1	50	1,2				
26-PROD. ALIMENTARES	8	48	0,6										1	60	20										4	45	4,4	22	22,7	50	
27-BEBIDAS																									1	50	1,2	14	30	14,4	
32-AGROINDÚSTRIA																			11	60	50										
SERVIÇO																						18	30	18,6	16	27	14,6	2	40	1,6	
TELECOMUNICAÇÕES																									10	20	62,5				
HOTÉIS DE TURISMO																									8	39	37,5	2	40	100	
AGROPECUÁRIO							4185	60	100	4720	59	100	49	60	90,7	13	57	14,1	8	49	26,7	6	47	6,2	4	49	3,6	26	47	20,8	
AGRÍCOLA																									1	49	16,7	3	49	75	
PECUÁRIO							4185	60	100	4410	59	93,4	49	60	100	13	57	100	2	60	25				0,5	50	12,5	23	46	88,5	
AVICULTURA																									1	48	16,7	3	50	11,5	
SUINOCULTURA										310	60	6,8																			
PESCA																						4	46	66,8	0,5	50	12,5				
A L	1286	100		47	100	4185	100	4720	100	54	100	92	100	30	100	97	100	110	100	125	100										

E: Projetos industriais e agropecuários aprovados. Recife, SUDENE, Relatórios anuais de 1980 a 1990.

IT=Investimento Total

F/IT=% do FINOR sobre o IT

G/ST=Setor, Ramo ou Gênero sobre o Total ou Subtotal (%)

A ANEXO 3.B.2

SUDENE

IES/GÊNEROS E RAMOS INCENTIVADOS PELO FINOR

3 (Valores em US\$ 1.000,00)

IES/RAMOS/GÊNEROS	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			1989			
	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST				
INDÚSTRIA	60	60	100	41	55	100				785	60	3,8	14	61	82,4	1	60	3,8	43	52	49,4	16	49	100	8	42	66,7	4	50	19	
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	60	60	100	41	55	100				785	60	3,8	14	61	82,4	1	60	3,8	43	52	49,4	16	49	100	8	42	66,7	4	50	19	
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	60	60	100							785	60	100	1	60	7,1							3	50	18,7							
11-METALURGIA													2	60	14,3							2	50	12,5							
21-PROD. FARM. E VETERINÁRIOS																1	60	100							7	40	87,5				
22-PERFUMARIA, SABÕES E VELAS																						4	50	25							
23-PROD. DE MAT. PLÁSTICAS				0,5		1,2																2	50	12,5							
24-TÊXTIL				6	95	14,6																									
25-VEST. CALÇ. E ART. DE TECIDOS													11	61	78,6							22	59	51,2							
26-PROD. ALIMENTARES																									1	40	6,3				
27-BEBIDAS				34,5	76	84,2																14	40	32,5							
29-EDITORIAL E GRÁFICA																						4	50	25							
32-AGROINDÚSTRIA																						16,3	7	80				1	50	12,5	
RAMO										6606	60	32,2																12	35	57,1	
TELECOMUNICAÇÕES										810	60	12,3																12	35	100	
HOTÉIS DE TURISMO										5796	60	87,7																			
ROPECUÁRIO							5162	60	100	13153	59	64	3	60	17,6	25	60	96,2	44	54	50,6				4	33	33,3	5	48	23,9	
AGRICOLA							2641	60	51,2	4832	60	36,7				15	60	60	39	54	88,6				3	32	75	5	48	100	
PECUÁRIO							2171	60	42	7484	60	56,7				10	60	40													
AVICULTURA										857	53	6,8													1	41	25				
CAPRINOCULTURA							350	60	6,8				1		33,3																
SUINOCULTURA													2	60	66,7																
PESCA																						5	60	11,4							
T.L.	60	60	100	41	55	100	5162	60	100	20544	60	100	17	61	100	26	60	100	87	52	100	16	49	100	12	42	100	21	50	100	

Projetos industriais e agropecuários aprovados. Recife, SUDENE, Relatórios anuais de 1980 a 1989.

IT=Investimento Total

FAT=% do FINOR sobre o IT

G/ST=Setor, Ramo ou Gênero sobre o Total ou Subtotal (%)

A ANEXO 3.B.3

MSUDENE

USAGÊNEROS E RAMOS INCENTIVADOS PELO FINOR

8 (Valores em US\$ 1.000,00)

RES/RAMOS/GÊNEROS	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			1989		
	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST			
INDÚSTRIA	308	50	93,6	232	56	100				20720	59	74,5	82	60	63	164	60	78,1	138	53	80,7	76	50	55,9	102	33	100	126	34	94
IND DE TRANSFORMAÇÃO	308	50	93,6	232	56	100				20720	59	74,5	82	60	63	164	60	78,1	138	53	80,7	76	50	55,9	102	33	100	126	34	94
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS				14	48	6							7	60	8,5	11	60	6,7	4	60	2,9						14	50	11,1	
11-METALURGIA	14	79	4,6	33	54	14,2							10	60	6,1	11	53	8				20	50	26,3						
12-MECÂNICA										1250	60	6										8	50	10,5	1	50	1			
13-MAT. ELET E DE COMUNICAÇÃO				2	73	0,9																2	40	2,6						
14-MAT. DE TRANSPORTE																						6	50	8						
16-MOBILIÁRIO										1208	60	5,8				3	60	1,8									2	50	1,6	
17-PAPEL E PAPELÃO										1632	60	7,9													3	50	2,9			
19-COUROS, PELES E SIMILARES																			15	46	10,9						5	50	4,9	
20-QUÍMICA										410	60	2															3	50	3,9	
21-PROD. FARM. E VETERINÁRIOS																						3	50	3,9						
23-PROD. DE MAT. PLÁSTICAS	1	60	0,3																18	57	13	11	50	14,5						
24-TEXTIL	272	48	88,9	105	54	45,3				2022	60	9,8	54	60	65,9	136	60	83	27	60	19,6	2	50	2,6	82	30	80,4	106	31	84,1
25-VEST. CALÇ. E ART. DE TECIDOS	12	63	3,9	74	60	31,9				3627	60	17,5	9	60	11				42	44	30,4	19	50	25	10	50	9,8	1	50	0,8
28-PROD. ALIMENTARES	7	57	2,3	4	59	1,7																5	50	6,6						
30-DIVERSOS										580	60	2,8	3	60	3,7															
32-AGROINDÚSTRIA										9991	58	48,2	9	61	11	1	63	0,6	21	60	15,2				1	41	1			
RVICO	4	40	1,2										9	60	70	9	60	4,3	5	60	2,9	36	32	26,5						
HOTEIS DE TURISMO	4	40	100										9	60	100	9	60	100	5	60	100	36	32	100						
PROPECUÁRIO	17	61	5,2				3723	59	100	7090	63	25,5	39	61	30	37	61	17,6	28	52	16,4	24	49	17,6			8	35	6	
AGRÍCOLA										2050	60	28,9				2	60	5,4	6	60	21,4						7	34	87,4	
PECUÁRIO							2793	59	75	1127	60	15,9	17	60	43,6	1	60	2,7	2	60	7,2	1	45	4,2			0,5	50	6,3	
AVICULTURA							387	60	10,4	3722	67	52,5	11	59	28,2	2	57	5,4				3	47	12,4						
SUINOCULTURA							543	60	14,6		60	2,7	4	57	10,3	3	60	8,1				1	50	4,2			0,5	50	6,3	
PESCA	17	61	100							190			7	66	17,9	29	62	78,4	20	49	71,4	19	50	79,2						
TOTAL	327	100		232	100		3723	100		27810	100		131	100		210	100		171	100	136	100		102	100		134	100		

: Projetos Industriais e agropecuários aprovados. Recife, SUDENE, Relatórios anuais de 1980 a 1989.

IT=Investimento Total

FAT=% do FINOR sobre o IT

G/ST=Setor, Ramo ou Gênero sobre o Total ou Subtotal (%)

A ANEXO 3.B.5

BA/SUDENE

IES/GÊNEROS E RAMOS INCENTIVADOS PELO FINOR

9 (Valores em US\$ 1.000,00)

IES/RAMOS/GÊNEROS	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			1989		
	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST			
INDÚSTRIA	29	60	85,3	64	54	100				3666	49	74,7	102	60	79,1	124	54	93,2	58	52	90,5	53	46	98,1	48	43	82,6			
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	29	60	85,3	64	54	100				3666	49	74,7	102	60	79,1	124	54	93,2	58	52	90,5	53	46	98,1	48	43	82,6			
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	3	60	10,3										31	60	30,4				21	49	36,2	9	40	17	8	50	16,7			
11-METALURGIA										900	60	24,5				6	60	4,8												
13-MAT.ELET.E DE COMUNICAÇÃO.				3	60	4,7							2	50	1,9															
16-MOBILIÁRIO													2	60	1,9															
17-PAPEL E PAPELÃO																8	45	6,5				6	60	11,3						
20-QUÍMICA													2	60	1,9															
22-PERFUMARIA, SABÕES E VELAS																1	62	0,8												
23-PROD. DE MAT. PLÁSTICAS	8	59	20,7																											
24-TÊXTIL				28	57	43,7							12	60	11,8				25	50	43,1	18	42	34	17	45	35,4			
25-VEST.CALÇ.E ART.DE TECIDOS													678	48	18,5	33	60	32,4	54	60	43,5	12	60	20,7	9	50	17	2	36	4,2
26-PROD.ALIMENTARES	15	60	51,7													24	60	19,4												
27-BEBIDAS	30	52	46,9													31	40	25												
30-DIVERSOS	5	62	17,2	3	38	4,7																								
32-AGROINDÚSTRIA													2088	45	57	22	60	21,6												
RVIÇO	5	45	14,7										5	60	3,9	2	60	1,5	3	60	4,8									
TELECOMUNICAÇÕES																														
HOTÉIS DE TURISMO	5	45	100										5	60	100	2	60	100	3	60	100									
ROPECUÁRIO							1103	58	100	1244	58	25,3	22	58	17	7	80	5,3	3	60	4,8	1	50	1,9	1	50	2	131	50	100
AGRICOLA							362	59	32,8	891	56	71,6	18	57	81,8	3	60	42,8	3	60	100				0,5	50	50	6	50	4,6
PECUÁRIO							491	57	44,5							1	60	14,3				1	50	100	0,5	50	50	21	50	16
AVICULTURA																														
CAPRINOCULTURA							250	60	22,7	353	63	28,4	4	60	18,2	1	60	14,3												
SUINOCULTURA																2	60	28,6												
PESCA																														
A L	34	100		64	100	1103	100	4910	100	129	100	133	100	64	100	54	100	58	100	54	100	58	100	131	100	131	100	100	100	

Projetos industriais e agropecuários aprovados. Recife, SUDENE, Relatórios anuais de 1980 a 1990.

IT=Investimento Total

F/IT=% do FINOR sobre o IT

G/ST=Setor, Ramo ou Gênero sobre o Total ou Subtotal (%)

LA ANEXO 3.B.6
 AMBUCO/SUDENE
 RES/GÊNEROS E RAMOS INCENTIVADOS PELO FINOR
 19 (Valores em US\$ 1.000,00)

RES/RAMOS/GÊNEROS	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			1989		
	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST			
INDÚSTRIA	173	58	99	213	38	94,6				27510	46	95	102	49	84,3	67	40	84,8	95	50	74,8	165	40	99,4	39	45	62,9	246	39	63,1
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	173	58	99	213	38	94,6				27510	46	95	102	49	84,3	67	40	84,8	95	50	74,8	165	40	99,4	39	45	62,9	246	39	63,1
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	2	40	1,2							9443	37	34,3	11	51	10,9	10	41	14,9	1	56	1	9	40	5,5				69	50	28
11-METALURGIA	82	80	47,4							730	48	2,6	46	45	45	17	18	25,4	4	60	4,2	40	48	24,2						
12-MECÂNICA													12	59	11,8	22	41	32,8												
13-MAT. ELÉT. E DE COMUNICAÇÃO.	34	35	19,7	32	29	15				2251	60	8,2													19	44	48,7	2	50	0,8
14-MAT. DE TRANSPORTE				4	46	1,9							8	48	7,8							3	50	1,8						
15-MADEIRA										1008	48	3,7																		
16-MOBILIÁRIO													3	48	3,9	1	60	1,5												
17-PAPEL E PAPELÃO				8	29	3,8				1196	40	4,3													1	30	2,6			
18-BORRACHA													2	39	2															
19-COUROS, PELES E SIMILARES	4	51	2,3										3	32	2,9	1	42	1,5												
20-QUÍMICA	32	39	18,4	77	41	36,2				934	42	3,4				1	42	1,5				24	35	14,4	11	47	28,2			
21-PROD. FARM. E VETERINÁRIOS																														
23-PROD. DE MAT. PLÁSTICAS				13	48	6,1				3703	40	13,5																		
24-TÊXTIL	19	43	11	67	41	31,4				1975	59	7,2																		
25-VEST. CALÇ. E ART. DE TECIDOS																13	21	19,4				11	60	11,6						
26-PROD. ALIMENTARES				12	24	5,6				2683	60	9,8				1	32	1,5							3	49	7,7	4	52	1,6
29-EDITORIAL E GRÁFICA										1519	40	5,5	1	27	1	1	100	1,5	15	40	15,8	6	40	3,6				2	50	0,8
30-DIVERSOS																						32	26	19,4	1	40	2,6			
32-AGROINDÚSTRIA										2068	60	7,5	16	59	15,7				9	60	9,5									
SERVIÇO	1	39	1	8	40	3,5							7	51	5,8				13	60	10,2				5	39	8,1	1	40	0,2
TELECOMUNICAÇÕES																														
HOTÉIS DE TURISMO	1	39	100	8	40	100							7	51	100				13	60	100				5	39	100	1	40	100
AGROPECUÁRIO				4	48	1,9	1468	60	100	1412	61	5	12	60	9,9	12	58	15,2	19	60	15	1	0,5	0,6	18	46	29	143	50	36,7
AGRÍCOLA																			4	60	33,3									
PECUÁRIO							742	60	50,5	892	62	63	5	60	41,7	2	60	16,7	6	60	31,6	1	50	100	17	45	94,4	142,5	50	99,7
AVICULTURA										240	60	17							6	60	31,6									
CAPRINOCULTURA													4	60	33,3	3	60	25	5	60	26,3									
SUINOCULTURA							726	59	49,5	280	60	20	3	60	25	3	54	25	1	60	5,3									
PESCA				4	48	100													1	54	5,3									
TOTAL	174	100	100	225	100	100	1468	100	100	28922	100	100	121	100	100	79	100	100	127	100	100	166	100	100	62	100	100	390	100	

Projeto Industrial e agropecuários aprovados. Recife, SUDENE, Relatórios anuais de 1980 a 1989.

IT=Investimento Total

F/IT=% do FINOR sobre o IT

G/ST=Setor, Ramo ou Gênero sobre o Total ou Subtotal (%)

LA ANEXO 3.B.7

OAS/SUDENE

RES/GÊNEROS E RAMOS INCENTIVADOS PELO FINOR

19 (Valores em US\$ 1.000,00)

RES/RAMOS/GÊNEROS	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			1989		
	IT	F/IT	G/ST																											
INDÚSTRIA																														
IND. DE TRANSFORMAÇÃO																														
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS																														
11-METALURGIA																														
12-MECÂNICA																														
13-MAT. ELÉT. E DE COMUNICAÇÃO																														
17-PAPEL E PAPELÃO																														
20-QUÍMICA																														
22-PERFUMARIA, SABÕES E VELAS																														
24-TÊXTIL																														
25-VEST. CALÇ. E ART. DE TECIDOS																														
26-PROD. ALIMENTARES																														
31-ATIV. APOIO E SERV. INDUST.																														
32-AGROINDÚSTRIA																														
AVIÇÃO																														
TELECOMUNICAÇÕES																														
HOTÉIS DE TURISMO																														
PECUÁRIO																														
AGRICOLA																														
PECUÁRIO																														
SUINOCULTURA																														
TOTAL																														

Projetos industriais e agropecuários aprovados. Recife, SUDENE, Relatórios anuais de 1980 a 1980.

T=Investimento Total

F/IT=% do FINOR sobre o IT

G/ST=Setor, Ramo ou Gênero sobre o Total ou Subtotal (%)

ELA ANEXO 3.B.8
GIPE/SUDENE
DRES/GÊNEROS E RAMOS INCENTIVADOS PELO FINOR
-89 (Valores em US\$ 1.000,00)

DRES/RAMOS/GÊNEROS	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			1989		
	IT	F/IT	G/ST																											
INDÚSTRIA	61	60	100	21	36	100																								
-IND.DE TRANSFORMAÇÃO	61	60	100	21	36	100																								
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	61	60	100										9	44	90	8	46	66,7	101	40	89,4	91	38	96,8	327	18	100			
11-METALURGIA													9	44	90	8	46	66,7	101	40	89,4	91	38	96,8	327	18	100			
12-MECÂNICA				3	5	14,3																2	50	2,2	207	12	63,3			
20-QUÍMICA	1	50	1,6																											
23-PROD.DE MAT.PLÁSTICAS				4	35	19																								
24-TÊXTIL				1	46	4,8																								
25-VEST.CALÇ.E ART.DE TECIDOS																														
26-PROD.ALIMENTARES																														
27-BEBIDAS				13	42	61,9																								
32-AGROINDÚSTRIA																														
SERVIÇO																														
TELECOMUNICAÇÕES																														
HOTÉIS DE TURISMO																														
PROPECUÁRIO																														
AGRÍCOLA																														
SUINOCULTURA																														
AL	61	100		21	100								10	100		12	100		113	100		94	100		327	100		29	100	

Projetos industriais e agropecuários aprovados. Recife, SUDENE, Relatórios anuais de 1980 e 1980.

IT=Investimento Total

FAT=% do FINOR sobre o IT

G/ST=Setor, Ramo ou Gênero sobre o Total ou Subtotal (%)

LA ANEXO 3.B.9

GUADENE

RES/GÊNEROS E RAMOS INCENTIVADOS PELO FINOR

19 (Valores em US\$ 1.000,00)

RES/RAMOS/GÊNEROS	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			1989			
	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST				
INDÚSTRIA	198	59	100	216	50	93				60816	32	90,7	310	47	77,7	172	41	94	42	36	76,4	341	21	96,9	278	20	91,1	843	7	39,9	
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	198	59	100	216	50	93				60616	32	90,7	310	47	77,7	172	41	94	42	36	76,4	341	21	96,9	278	20	91,1	843	7	39,9	
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	16	34	8,1	29	60	13,4				1252	60	2,1	75	60	24,2	11	40	6,4										29	43	3,4	
11-METALURGIA	1	64	0,5	4	40	1,9				2408	36	4							10	40	23,8				1	50	0,3				
12-MECÂNICA	5	48	2,5	2	48	0,9				8543	66	14,1	2	48	0,6				8	48	19										
13-MAT. ELET. E DE COMUNICAÇÃO.	3	35	1,5	19	54	8							6	40	1,9	22	39	12,8							15	36	5,4				
14-MAT. DE TRANSPORTE	5	48	2,5	13	31	6																									
15-MADEIRA																						8	50	2,3							
17-PAPEL E PAPELÃO				1	36	0,5							8	48	2,8							2	50	0,6	1	50	0,3	699	2	82,9	
18-BORRACHA																						64	25	18,8							
19-COUROS, PELES E SIMILARES																									1	37	0,3				
20-QUÍMICA	153	64	77,3	80	47	37				44978	25	74,2	136	46	43,8	39	44	22,7				91	29	26,7	120	3	43,2	52	27	6,2	
23-PROD. DE MAT. PLÁSTICAS	5	36	2,5	52	52	24,1													18	37	42,9	3	40	0,9			13	40	1,5		
24-TEXTIL													57	34	18,4							152	11	44,8			3	50	0,4		
25-VEST. CALÇ. E ART. DE TECIDOS	10	53	5,1							2650	24	4,4	20	40	6,5							21	35	6,1	120	35	43,2	37	39	4,4	
26-PROD. ALIMENTARES				16	60	7,4																			2	30	0,7	10	30	1,2	
27-BEBIDAS																									18	17	6,5				
30-DIVERSOS																100	40	58,1	6	60	14,3										
31-ATIV. APOIO E SERV. INDUST.																															
32-AGROINDÚSTRIA										785	56	1,3	6	62	1,9																
SERVIÇO				17	41	7				2818	60	4,2	21	40	5,3	1	100	0,5										21	12	1	
HOTÉIS DE TURISMO				17	41	100				2818	60	100	21	40	100	1	100	100										21	12	100	
3-ROPECUÁRIO							5583	58	100	3439	55	5,1	66	60	17	10	60	5,5	13	60	23,6	11	46	3,1	27	45	8,9	1251	50	59,1	
AGRICOLA							1319	60	23,6	1329	47	38,6	10	60	14,7	7	60	70	13	60	100				27	45	100	1251	50	99,9	
PECUÁRIO							3334	57	58,7				56	60	85,3	3	60	30													
AVICULTURA										2110	60	61,4																			
CAPRINOCULTURA							930	60	16,7																						
SUINOCULTURA																												0,5	50	0,1	
PESCA																						11	46	100							
A L	198	100	100	233	100	100	5583	100	100	66873	100	100	396	100	100	183	100	100	55	100	100	352	100	100	305	100	100	2115	100	100	

E: Projetos Industriais e agropecuários aprovados. Recife, GUADENE, Relatórios anuais de 1980 a 1989.

IT=Investimento Total

FAT=16 do FINOR sobre o IT

G/ST=Setor, Ramo ou Gênero sobre o Total ou Subtotal (%)

TABELA ANEXO 3.B.10
MINAS GERAIS/SUDENE
SETORES/GÊNEROS E RAMOS INCENTIVADOS PELO FINOR
1980-89 (Valores em US\$ 1.000,00)

SETORES/RAMOS/GÊNEROS	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			1989		
	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST	IT	F/IT	G/ST			
A - INDÚSTRIA	113	49	100	142	57	100				54183	58	96,3	17	52	37,8	64	60	91,4	61	54	88,4	195	37	92,2	85	33	93,4	200	15	93,9
2-IND.DE TRANSFORMAÇÃO	113	49	100	142	57	100				54183	58	96,3	17	52	37,8	64	60	91,4	61	54	88,4	195	37	92,2	85	33	93,4	200	15	93,9
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS													4	38	23,5										9	50	10,6			
11-METALURGIA										6345	55	11,7				34	60	53	18	60	29,5	14	50	7,3	23	50	27	102	7	51
13-MAT.ELET.E DE COMUNICAÇÃO				6	67	4,2																		1	50	1,2				
14-MAT.DE TRANSPORTE				23	45	16,2																								
16-MOBILIÁRIO				5	52	3,5																								
17-PAPEL E PAPELÃO																						55	15	28,2						
20-QUÍMICA	14	60	12,4							2373	63	4,4							7	60	11,5				3	50	1,5			
21-PROD.FARM.E VETERINÁRIOS	4		3,5												26	60	41,6							3	50	1,5				
23-PROD.DE MAT.PLÁSTICAS													3	48	17,7															
24-TÊXTIL	95	40	84,1	83	50	58,5				44914	58	82,9	6	60	35,3				32	48	52,4	120	44	61,5	51	22	60	98	23	49
25-VEST.CALÇ.E ART.DE TECIDOS																														
26-PROD.ALIMENTARES				25	50	17,6				551	37	1																		
30-DIVERSOS																			4	60	6,6									
31-ATIV.APOIO E SERV.INDUST.													4	60	23,5	4	61	6												
32-AGROINDÚSTRIA																									1	40	1,2			
B - SERVIÇO																			1	61	1,4	12	40	5,7	6	40	6,6	3	40	1,4
TELECOMUNICAÇÕES																						12	40	100						
HOTÉIS DE TURISMO																			1	60	100				6	40	100			
C - AGROPECUÁRIO							1777	59	100	2087	59	3,7	28	60	62,2	6	60	8,6	7	50	10,1	3	48	1,4				10	49	4,7
AGRÍCOLA										254	60	12,2				3	60	50	5	44	71,4	2	47	66,7				9,5	49	
PECUÁRIO							1777	59	100	1523	59	73	10	60	35,7	3	60	100	1	60	14,3	1	50	33,3				0,5	50	
AVICULTURA													16	60	57,2															
SUINOCULTURA										310	60	14,8	2	60	7,1				1	60	14,3									
TOTAL	113	100		142	100		1777	59	100	56270	100		45	100		70	100		69	100	210	100		91	100		213	100		

Fonte: Projetos Industriais e agropecuários aprovados. Recife, SUDENE, Relatórios anuais de 1980 a 1989.

IT=Investimento Total

F/IT=% do FINOR sobre o IT

G/ST=Setor, Ramo ou Gênero sobre o Total ou Subtotal (%)

TABELA ANEXO 4.A
RIO GRANDE DO NORTE
INVESTIMENTOS TOTAIS CONCLUÍDOS SEGUNDO MUNICÍPIOS E SETORES
1964-1989 (Valores em US\$ 1,00)

SETORES/RAMOS/GÊNEROS	Natal		Macau		Pamamirim		Amarante		Extremóz		Macaiba		N. Floresta	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A - INDÚSTRIA	278.813,00	70,7	252.240,00	99,5	187.803,00	100	171622	100	132.853,00	100	43.853,00	100	1.534,00	63
1-EXTRATIVA	-	0	14.138,00	5,5	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
00-EXTRAÇÃO MINERAL	-	0	14.138,00	100	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
2-IND.DE TRANSFORMAÇÃO	278.813,00	100	241.102,00	94	187.803,00	100	171622	100	132.853,00	100	43.853,00	100	1.534,00	100
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	-	0	-	0	12.817,00	6,8	0	0	-	0	-	0	-	0
11-METALURGIA	4.838,00	1,8	-	0	13.054,00	7	0	0	132.853,00	100	-	0	-	0
12-MECÂNICA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
13-MAT.ELÉT.E DE COMUNICAÇÃO.	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
14-MAT.DE TRANSPORTE	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
15-MADEIRA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
16-MOBILIÁRIO	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
17-PAPEL E PAPELÃO	4.135,00	1,5	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
18-BORRACHA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
19-COUROS,PELES E SIMILARES	7.275,00	2,8	-	0	-	0	8446	4,9	-	0	-	0	-	0
20-QUÍMICA	-	0	227.486,00	94,3	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
21-PROD.FARM.E VETERINÁRIOS	3.595,00	1,3	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
22-PERFUMARIA,SABÕES E VELAS	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
23-PROD.DE MAT.PLÁSTICAS	399,00	0,1	-	0	5.073,00	2,7	0	0	-	0	-	0	-	0
24-TÉXTIL	81.530,00	29,2	-	0	127.199,00	65,3	125248	73	-	0	38.969,00	88,9	-	0
25-VEST.CALÇ.E ART.DE TECIDOS	155.227,00	55,7	-	0	9.310,00	7,4	21977	12,8	-	0	-	0	-	0
26-PROD.ALIMENTARES	21.390,00	7,7	13.836,00	5,7	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
27-BEBIDAS	-	0	-	0	-	0	15951	9,3	-	0	-	0	-	0
28-FUMO	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
29-EDITORIAL E GRÁFICA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
30-DIVERSOS	324,00	0,1	-	0	20.350,00	10,8	0	0	-	0	-	0	-	0
31-ATIV.APOIO E SERV.INDUST.	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
32-AGROINDÚSTRIA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	1.534,00	100
B - SERVIÇO	85.813,00	21,7	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
TELECOMUNICAÇÕES	72.473,00	84,7	-	0	-	0	0	0	-	0	4.884,00	11,1	-	0
HOTÉIS DE TURISMO	13.140,00	15,3	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
C - AGROPECUÁRIO	30.086,00	7,8	1.141,00	0,5	-	0	0	0	-	0	-	0	901,00	37
AGRÍCOLA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	901,00	100
PECUÁRIO	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
BUBALINOCULTURA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
AVICULTURA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
CAPRINOCULTURA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
SUINOCULTURA	-	0	-	0	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
PESCA	30.086,00	100	1.141,00	100	-	0	0	0	-	0	-	0	-	0
TOTAL	394.512,00	100	258.381,00	100	187.803,00	100	171622	100	132.853,00	100	43.853,00	100	2.435,00	100

(Continua)

TABELA ANEXO 4.A
RIO GRANDE DO NORTE/SUDENE
INVESTIMENTOS TOTAIS CONCLUÍDOS SEGUNDO MUNICÍPIOS E SETORES INCENTIVADOS
1964-1988 (Valores em US\$ 1,00)

SETORES/RAMOS/GÊNEROS	(Continua)																	
	Cur.Novos	%	Galinhos	%	A.Branca	%	Iponguaçú	%	Mossoró	%	Açú	%	Grossos	%	B.Formosa	%	C.Mirim	%
A - INDÚSTRIA	24.036,00	100	17.124,00	100	12.758,00	100	-	0	7.815,00		-	0	4.289,00	100	3.508,00	100	2.681,00	100
1-EXTRATIVA	-	0	17.124,00	100	12.758,00	100	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
00-EXTRAÇÃO MINERAL	-	0	17.124,00	100	12.758,00	100	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
2-IND.DE TRANSFORMAÇÃO	24.036,00	100	-	0	-	0	-	0	7.815,00	100	-	0	4.289,00	100	3.508,00	100	2.681,00	100
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	-	0	-	0	-	0	-	0	391,00	5,1	-	0	-	0	-	0	-	0
11-METALURGIA	19.313,00	80	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
12-MECÂNICA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
13-MAT.ELÉT.E DE COMUNICAÇÃO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
14-MAT.DE TRANSPORTE	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
15-MADEIRA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
16-MOBILIÁRIO	-	0	-	0	-	0	-	0	1.314,00	17	-	0	-	0	-	0	-	0
17-PAPEL E PAPELÃO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
18-BORRACHA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
19-COUROS,PELES E SIMILARES	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
20-QUÍMICA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
21-PROD.FARM.E VETERINÁRIOS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
22-PERFUMARIA,SABÕES E VELAS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
23-PROD.DE MAT.PLÁSTICAS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
24-TÊXTIL	-	0	-	0	-	0	-	0	3.288,00	43	-	0	-	0	-	0	-	0
25-VEST.CALÇ.E ART.DE TECIDOS	4.723,00	20	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
26-PROD.ALIMENTARES	-	0	-	0	-	0	-	0	2.824,00	34	-	0	4.289,00	100	3.508,00	100	2.681,00	100
27-BEBIDAS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
28-FUMO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
29-EDITORIAL E GRÁFICA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
30-DIVERSOS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
31-ATIV.APOIO E SERV.INDUST.	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
32-AGROINDÚSTRIA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
B - SERVIÇO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
TELECOMUNICAÇÕES	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
HOTÉIS DE TURISMO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
C - AGROPECUÁRIO	-	0	-	0	-	0	10.426,00	100	-	0	5.033,00	100	-	0	-	0	-	0
AGRÍCOLA	-	0	-	0	-	0	10.426,00	100	-	0	5.033,00	100	-	0	-	0	-	0
PECUÁRIO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
BUBALINOCULTURA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
AVICULTURA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
CAPRINOCULTURA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
SUINOCULTURA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
PESCA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
TOTAL	24.036,00	100	17.124,00	100	12.758,00	100	10.426,00	100	7.815,00	100	5.033,00	100	4.289,00	100	3.508,00	100	2.681,00	100

TABELA ANEXO 4.A (Continuação)

RIO GRANDE DO NORTE-INVESTIMENTOS TOTAIS CONCLUÍDOS SEGUNDO MUNICÍPIOS E SETORES/1984-1989 (Valores em US\$ 1,00)

SETORES/RAMOS/GÊNEROS	Canguaretama	%	P.Avelino	%	Touros	%	P.Velho/Cang.	%	Sto. Antônio	%	Taipú	%	Pendências	%	TOTAL	% SETOR
A - INDÚSTRIA	-	0	1.502,00	100	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	1.145.231,00	89,3
1-EXTRATIVA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	44.020,00	3,40
00-EXTRAÇÃO MINERAL	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	44.020,00	100,00
2-IND.DE TRANSFORMAÇÃO	-	0	1.502,00	100	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	1.101.211,00	85,80
10-MINERAIS NÃO METÁLICOS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	13.208,00	1,20
11-METALURGIA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	170.158,00	15,50
12-MECÂNICA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
13-MAT.ELÉT.E DE COMUNICAÇÃO.	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
14-MAT.DE TRANSPORTE	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
15-MADEIRA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
16-MOBILIÁRIO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	1.314,00	0,10
17-PAPEL E PAPELÃO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	4.135,00	0,40
18-BORRACHA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
19-COUROS,PELES E SIMILARES	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	15.721,00	1,40
20-QUÍMICA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	227.466,00	20,60
21-PROD.FARM.E VETERINÁRIOS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	3.595,00	0,30
22-PERFUMARIA,SABÕES E VELAS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
23-PROD.DE MAT.PLÁSTICAS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	5.472,00	0,50
24-TÊXTIL	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	376.232,00	34,20
25-VEST.CALÇ.E ART.DE TECIDOS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	191.237,00	17,40
26-PROD.ALIMENTARES	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	48.128,00	4,40
27-BEBIDAS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	15.951,00	1,40
28-FUMO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
29-EDITORIAL E GRÁFICA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
30-DIVERSOS	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	20.674,00	1,80
31-ATIV.APOIO E SERV.INDUST.	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
32-AGROINDÚSTRIA	-	0	1.502,00	100	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	7.920,00	0,70
B - SERVIÇO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	85.613,00	8,70
TELECOMUNICAÇÕES	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	72.473,00	84,70
HOTÉIS DE TURISMO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	13.140,00	15,30
C - AGROPECUÁRIO	1.869,00	100	-	0	832,00	100	760,00	100	512,00	100	107,00	100	83,00	100	51.760,00	4,00
AGRÍCOLA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	16.360,00	31,60
PECUÁRIO	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	107,00	100	83,00	100	200,00	0,40
BUBALINOCULTURA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
AVICULTURA	-	0	-	0	832,00	100	-	0	-	0	-	0	-	0	832,00	1,80
CAPRINOCULTURA	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,00
SUINOCULTURA	-	0	-	0	-	0	760,00	100	512,00	100	-	0	-	0	1.272,00	2,50
PESCA	1.869,00	100	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	33.096,00	63,80
TOTAL	1.869,00	100	1.502,00	100	832,00	100	760,00	100	512,00	100	107,00	100	83,00	100	1.282.604,00	100,00

PONTE: Projetos Industriais e Agropecuários Aprobados. Recibo: SUDENE, 1980-90. (%) = Investimento no município por gênero sobre o Invest. Total Concluído.

QUADRO ANEXO 4.B.2
NATAL E GRANDE NATAL
OFERTA DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL (DESTINO)
1992-1993

PRODUTOS/SEGMENTOS	DESTINO DA PRODUÇÃO(%)			
	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
FIAÇÃO				
Fio de Algodão/Poliéster	100,00	0,00	0,00	0,00
Fio de Algodão	13,00	36,00	38,00	13,00
Linha de Costura	0,00	0,00	100,00	0,00
TOTAL DO SEGMENTO	48,00	20,00	25,00	7,00
TECELAGEM				
Tecido Plano	98,00	0,00	1,42	0,58
Etiqueta Tecida	15,00	60,00	25,00	0,00
TOTAL DO SEGMENTO	98,00	0,00	1,42	0,58
FIAÇÃO/TECEL./TINTUR.				
TOTAL DO SEGMENTO	15,00	60,00	25,00	0,00
MALHARIA				
Malha	78,00	17,00	5,00	0,00
TOTAL DO SEGMENTO	78,00	17,00	5,00	0,00
TINTURARIA				
Tecido	0,00	25,00	55,00	20,00
Fio	100,00	0,00	0,00	0,00
Malha	42,00	55,00	3,00	0,00
TOTAL DO SEGMENTO	13,00	28,00	48,00	13,00
TOTAL DO SETOR	49,00	15,00	28,00	8,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.203.

QUADRO ANEXO 4.B.3
NATAL E GRANDE NATAL
DEMANDA DE MATÉRIAS-PRIMAS DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL (ORIGEM)
1992-1993

DESCRIÇÃO	ORIGEM(%)			
	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
FIAÇÃO				
Algodão em Pluma	0,30	11,70	48,00	40,00
Piolho de Algodão	100,00	0,00	0,00	0,00
Poliéster	0,00	81,00	11,00	8,00
TOTAL DO SEGMENTO	7,00	26,00	37,00	30,00
TECELAGEM				
Fio de Algodão	98,00	2,00	0,00	0,00
Fio de Poliéster	0,00	0,00	100,00	0,00
Fio de Rayon	0,00	0,00	100,00	0,00
Fio de Algodão/Poliéster	100,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO SEGMENTO	99,75	0,05	0,20	0,00
MALHARIA				
Fio de Algodão	24,00	76,00	0,00	0,00
TOTAL DO SEGMENTO	24,00	76,00	0,00	0,00
TINTURARIA				
Produtos Químicos	0,00	14,00	86,00	0,00
TOTAL DO SEGMENTO	0,00	14,00	86,00	0,00
TOTAL DO SETOR	27,00	23,00	28,00	22,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.200.

QUADRO ANEXO 4.B.4
NATAL E GRANDE NATAL
OFERTA DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO (DESTINO)
1992-1993

PRODUTOS	DESTINO DA PRODUÇÃO(%)			
	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
Bonés	94	6	0	0
Confecções	31	15	53	1
Moda Praia	65	30	5	0
Roupa Íntima	57	40	3	0
TOTAL	62	23	15	0

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDV/SEBRAE-RN, nov/94, p.215.

QUADRO ANEXO 4.B.5
NATAL E GRANDE NATAL
DEMANDA DE MATÉRIAS-PRIMAS DA INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO (ORIGEM)
1992-1993

DESCRIÇÃO	ORIGEM(%)			
	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
Cotton	40	0	60	0
Lycra	53	25	22	0
Malha	69	8	23	0
Tac-Tel	100	0	0	0
Tecido	38	22	40	0
TOTAL	60	11	29	0

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDV/SEBRAE-RN, nov/94, p.217.

QUADRO 4.B.6
NATAL E GRANDE NATAL
OFERTA DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA (DESTINO)
1992-1993

EMPRESAS/PRODUTOS	DESTINO DA PRODUÇÃO(%)			
	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
1.Acumuladores Nat Light Placas da Bateria	5,00	95,00	0,00	0,00
2.Brasinox-Brasil Inoxidável				
.Cozinha Indust.e comercial	10,00	25,00	65,00	0,00
.Linhas Especiais de Equip.	40,00	40,00	20,00	0,00
.Peças e Componentes	65,00	25,00	10,00	0,00
T O T A L	38,30	30,00	31,70	0,00
3.Ferroço Com&Ind. Ltda				
.Pinos	100,00	0,00	0,00	0,00
.Molas	100,00	0,00	0,00	0,00
.Grampos	100,00	0,00	0,00	0,00
.Feixes e Mola	100,00	0,00	0,00	0,00
.Parafusos	100,00	0,00	0,00	0,00
.Porcas	100,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.156.

QUADRO ANEXO 4.B.7
NATAL E GRANDE NATAL
DEMANDA DE MATÉRIAS-PRIMAS DA INDÚSTRIA METELÚRGICA (ORIGEM)
1992-1993

DESCRIÇÃO	ORIGEM(%)			
	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
Aço	0,00	100,00	0,00	0,00
ChapaTuboem AçoCarbono	50,00	50,00	0,00	0,00
ChapaTubo em Aço Inox	0,00	0,00	100,00	0,00
Compon.Eleto-Eletrônicos	0,00	20,00	80,00	0,00
Componentes Fundidos	0,00	70,00	30,00	0,00
Componentes Usinados	50,00	0,00	50,00	0,00
Ferro	0,00	100,00	0,00	0,00
Materiais Isolantes	0,00	0,00	100,00	0,00
Sucata de Bateria	15,00	85,00	0,00	0,00
TOTAL	12,80	47,20	40,00	0,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.157.

QUADRO ANEXO 4.B.8
NATAL E GRANDE NATAL (1992-1993)
OFERTA DA PRODUÇÃO E SUB-PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE
PRODUTOS ALIMENTARES (DESTINO)

PRODUTOS	DESTINO DA PRODUÇÃO(%)			
	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
(Biscoitos, macarão, Doce de Alfinim e de Tablete, Lan chinho, Far. de Milho, Cama rão, Lagosta, Peixe, Gelo, Ba la, Pirulito, Chicle, Coco Rala do, Leite de Côco, Café Moi-do, Leite Pausterizado, Man-teiga, Queijo, yogurt, Picolé, Sorvete, Tempero, Far. Trigo, Amêndoa de Cajú.				
TOTAL	64	14	8	14
SUB-PRODUTOS				
Cartilagem de Camarão	0	100	0	0
Cabeça de Peixe	100	0	0	0
Barbatana de Tubarão	0	0	0	100
Fígado de Tubarão	0	100	0	0
Óleo de Côco	100	0	0	0
Creme de Leite	0	100	0	0
LCC	0	0	100	0
TOTAL	29	43	14	14

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.166-7.

QUADRO ANEXO 4.B.9
NATAL E GRANDE NATAL (1992-1993)
DEMANDA DE MATÉRIAS-PRIMAS DA INDÚSTRIA
DE PRODUTOS ALIMENTARES (ORIGEM)

DESCRIÇÃO	ORIGEM(%)			
	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
(Álcool,Cebola,Pimenta, Tomate, Goiaba, Açúcar, Leite, Camarão, Lagosta, Milho, água, Polpa de Frutas, Castanha de Cajú, Cobertura de Sorvete)	100,00	0,00	0,00	0,00
(Ácido, Glicose, Gordura Vegetal)	0,00	100,00	0,00	0,00
(Far.de Trigo, Trigo e Café em Grãos, Arom. Natural, Leite em Pó Desnatado, Soro de Leite em Pó, Estabilizante, Emulsificante)	0,00	0,00	100,00	0,00
(Base)	0,00	0,00	0,00	100,00
Banana	50,00	50,00	0,00	0,00
Côco Seco	67,00	33,00	0,00	0,00
Peixe	80,00	15,00	5,00	0,00
Essências/Corantes	2,00	1,50	96,50	0,00
TOTAL	53,40	13,30	30,00	3,30

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDV/SEBRAE-RN, nov/94, p.168.

QUADRO ANEXO 4.B.10
NATAL E GRANDE NATAL (1992-1993)
INDÚSTRIA DIVERSOS: SEGMENTO BOTÕES
OFERTA DA PRODUÇÃO(DESTINO) E DEMANDA DE
MATÉRIAS-PRIMAS E SECUNDÁRIAS (ORIGEM)

DESCRIÇÃO	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
A - Produção/Destino	6,00	33,00	55,00	6,00
TOTAL	6,00	33,00	55,00	6,00
B- Matéria-Prima(Origem)				
Quenga de Côco	100,00	0,00	0,00	0,00
(Casca de Ostra, Monômero, Estireno e Nylon)	0,00	100,00	0,00	0,00
(Anilinas, Catalizador, Pigmento Pérola, Resina Poli-ester)	0,00	0,00	100,00	0,00
TOTAL	12,50	37,50	50,00	0,00
C - Mat. Secundário (origem)				
Acetona	100,00	0,00	0,00	0,00
Caixa de Papelão	0,00	100,00	0,00	0,00
Sacos Plásticos	0,00	100,00	0,00	0,00
TOTAL	33,30	66,70	0,00	0,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.120-1.

QUADRO ANEXO 4.B.11
NATAL E GRANDE NATAL (1992-1993)
INDÚSTRIA DIVERSOS: SEGMENTO ALGODÃO HIDRÓFILO
OFERTA DA PRODUÇÃO(DESTINO) E DEMANDA DE
DE MATÉRIAS-PRIMAS E SECUNDÁRIAS (ORIGEM)

DESCRIÇÃO	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
PRODUÇÃO/DESTINO (%)				
Absorvente Higiênico	2,00	70,00	28,00	0,00
Algodão Hidrófilo	3,00	50,00	47,00	0,00
T O T A L	2,50	60,00	37,50	0,00
MAT.PRIMA (ORIGEM %)				
(Celulose, Fítilho Silicone e Papel crepado p/Absorven te)	0,00	0,00	100,00	0,00
(Filme Plástico p/Absorven te)	0,00	100,00	0,00	0,00
Algodão em Pluma	100,00	0,00	0,00	0,00
T O T A L	20,00	20,00	60,00	0,00
Mat. Secundário(Origem%)				
(Embalagem Plástica)	0,00	0,00	100,00	0,00
(Caixa de Papelão e Adesi vo Holt Melt)	0,00	100,00	0,00	0,00
T O T A L	0,00	66,70	33,30	0,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.156-7.

QUADRO ANEXO 4.B.12
NATAL E GRANDE NATAL (1992-1993)
INDÚSTRIA DE BEBIDAS: OFERTA DA PRODUÇÃO (DESTINO) E
E DEMANDA DE MATÉRIAS-PRIMAS E SECUNDÁRIAS (ORIGEM)

DESCRIÇÃO	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
PRODUÇÃO/DESTINO(%)				
Refrigerantes	98,50	3,50	0,00	0,00
Água Mineral	98,00	2,00	0,00	0,00
Vinho Jurubeba	100,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	98,20	1,80	0,00	0,00
MAT.PRIMA(ORIGEM %)				
Água	100,00	0,00	0,00	0,00
(Benzosato, Gás Carbônico)	0,00	100,00	0,00	0,00
Suco de Frutas	0,00	0,00	100,00	0,00
Açúcar	77,00	23,00	0,00	0,00
Concentrado	0,00	99,00	1,00	0,00
TOTAL	29,50	53,60	16,70	0,00
MAT.SECUND.(ORIGEM)				
Caixas de Papelão	100,00	0,00	0,00	0,00
(Cápsulas, Garrafeiras, Garrafas de 1000e300 ml, Rótulos, Tampas, Rolhas)	0,00	100,00	0,00	0,00
Essências e Corantes	0,00	0,00	100,00	0,00
Garrafas de 600 ml	37,00	63,00	0,00	0,00
Garrafas de 500 ml	20,00	80,00	0,00	0,00
Botijão de 5 l	20,00	80,00	0,00	0,00
Botijão de 20 l	21,00	75,00	4,00	0,00
Garrafa Plástica 1500 ml	20,00	80,00	0,00	0,00
Garrafa Plástica 500 ml	25,00	75,00	0,00	0,00
Copo Plástico	19,00	76,00	5,00	0,00
TOTAL	16,40	76,80	6,80	0,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.101-3.

QUADRO ANEXO 4.B.13
NATAL E GRANDE NATAL (1992-1993)
INDÚSTRIA DE COUROS E PELES
OFERTA DA PRODUÇÃO(DESTINO) E DEMANDA
DE MATÉRIAS-PRIMAS (ORIGEM)

DESCRIÇÃO	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
PRODUÇÃO/DESTINO(%)				
Couros	3,00	3,00	42,00	52,00
Peles	0,00	0,00	43,00	57,00
TOTAL	1,50	1,50	42,50	54,50
MAT.PRIMAS (ORIGEM %)				
Couro Bovino	37,00	63,00	0,00	0,00
Pele Caprina/Ovina	23,00	77,00	0,00	0,00
TOTAL	30,00	70,00	0,00	0,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CD/SEBRAE-RN, nov/94, p.113-5.

QUADRO ANEXO 4.B.14
NATAL E GRANDE NATAL
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS
OFERTA DA PRODUÇÃO(DESTINO)
1992-1993

DESCRIÇÃO	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
(Bloco de Cimento, Brita, Cobogós, Estacas, Estrutura p/ Galpão, Lajes pré-moldada, Mosaicos, Nervuras, Pedra pré-moldada, Pérgulas, Pias Lavanderias, Concreto, Placas e Tubos de Concreto, Vidro Temperado, Artefatos de granito e de mármore, Blocos de Cerâmica, Tijolos)	100,00	0,00	0,00	0,00
Cruzetas	10,00	90,00	0,00	0,00
Porcelana Fina	4,00	45,00	50,00	0,00
Pilares	80,00	20,00	0,00	0,00
Postes	40,00	60,00	0,00	0,00
Vigas	80,00	20,00	0,00	0,00
TOTAL	88,60	9,40	2,00	0,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.210.

QUADRO ANEXO 4.B.15
NATAL E GRANDE NATAL (1992-1993)
INDÚSTRIA DE PAPEL E PAPELÃO: OFERTA DA PRODUÇÃO(DESTINO)
DEMANDA DE MATÉRIAS-PRIMAS (ORIGEM)

DESCRIÇÃO	R.G.NORTE	NT/NORD.	CENT.SUL	EXTERIOR
PRODUÇÃO/DESTINO(%)				
Embalag. papel ondulado	90,00	10,00	0,00	0,00
Papel p/ embalagem	15,00	85,00	0,00	0,00
Tubos de papel p/ fio	10,00	90,00	0,00	0,00
Tubos de papel p/ Tecido	100,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	55,00	45,00	0,00	0,00
MAT.PRIMAS (ORIGEM %)				
Aparas de Papel	80,00	20,00	0,00	0,00
Bobinas de Papel	0,00	90,00	10,00	0,00
Papel Kraft	0,00	100,00	0,00	0,00
Papel Maculatura	0,00	100,00	0,00	0,00
TOTAL	20,00	77,50	2,50	0,00

FONTE: Rio Grande do Norte. Diagnóstico do Setor Industrial de Natal e Grande Natal.

Natal: SICTUR/CDI/SEBRAE-RN, nov/94, p.161-2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal: IDEC, v. 21, 1994.
02. BACELAR, Tânia de Araújo. Nordeste, nordestes: que nordeste? In: **FEDERALISMO** no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: UNESP/FUNDAP, 1995. p. 124-305.
03. _____. O Setor público e o nordeste. In: **O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional: o Nordeste brasileiro**. Recife, UFPE - Ed. Univ., 1994. p. 139-151.
04. BOLETIM CONJUNTURAL NORDESTE DO BRASIL. Recife, SUDENE, n. 3, jul/1995.
05. BRASIL. SUDENE. **Agregados econômicos regionais: Nordeste do Brasil 1965-92**. Recife, 1994.
06. _____. **Avaliação dos incentivos fiscais do Nordeste**. Recife, 1994.
07. _____. **Consolidação das normas sobre a redução e isenção do imposto de renda, reinvestimento e FINOR**. Recife, 1993.
08. _____. **FINOR: Ações e resultados**. Recife, 1992.
09. _____. **FINOR: perguntas e respostas**. Recife, 1987.

10. _____ . *Mensagem do Superintendente da SUDENE aos empresários do FINOR*. Recife, 1994.
11. _____ . *Modernização regional em curso: trinta anos de SUDENE*. Recife, 1990.
12. _____ . *Relatório da pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada do Nordeste*. Recife, 1992.
13. _____ . *Sistema FINOR: situação por Estado e por setor: resumo/Nordeste*. Recife, 1994.
14. _____ . *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste: estudo elaborado pelo GTDN*. 2. ed. Recife, 1967.
15. _____ . *Incentivos fiscais e financeiros para investimentos no Nordeste do Brasil*. Recife, 1986.
16. BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 9. ed. Petrópolis, Vozes, 1990.
17. BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: USP, 1991.
18. CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *O maquinista de algodão e o capital comercial*. Natal: UFRN, Ed. Univ., 1986. (Originariamente apresentada como Dissertação de Mestrado)

19. ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
20. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEC. *Desempenho da economia do Rio Grande do Norte (1990-92)*. Natal, 1993.
21. _____. *Diagnóstico estrutural do Estado: aspectos econômicos*. Natal, SEPLAN/IDEC, 1975. v. 4.
22. _____. _____. Natal, 1978. v. 3.
23. _____. *O mapa da fome no Rio Grande do Norte*. Natal, 1993.
24. _____. *Perfil do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal, 1991.
25. FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
26. O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional: o Nordeste brasileiro. Recife: UFPE - Ed. Univ., 1994.
27. KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
28. LIPIETZ, Alain. *Integration continentale et nouvelles relations centre-peripherie: les contrastes union europeenne - alena*. Paris: CEPREMAP, 1995.

29. _____ . **Miragem e milagres: problema de industrialização do terceiro mundo.**
São Paulo: Nobel, 1988.
30. MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Polis,
1985.
31. MARX, Karl. **Teorias da mais valia.** São Paulo: Difel, 1980.
32. OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** Petrópolis:
Vozes, 1988.
33. _____ . **Elegia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
34. _____ . A metamorfose da ambaçã: fundo público e regulação autoritária na
expansão econômica do Nordeste. **Novos estudos**, CEBRAP, n. 27, p. 67-92,
jul/1990.
35. _____ . O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público.
Novos Estudos, CEBRAP, n. 22, p. 8-28, out/1988.
36. PAIVA FILHO, Francisco das Chagas e GARCIA, Odair Lopes. **Incentivos fiscais:**
mudança estrutural e diversificação na indústria do nordeste e o Rio Grande do
Norte. Natal: FUNPEC, 1983. (Coleção Especializada, série B-3)
37. PROJETOS INDUSTRIAIS E AGROPECUÁRIOS APROVADOS. Recife: SUDENE,
1960-1990. Relatórios Anuais.

38. REVISTA SUDENE. 35 anos: os caminhos do desenvolvimento. Recife, dez/94. Edição comemorativa.
39. RIO GRANDE DO NORTE. SICTUR/CDI/SEBRAE. *Diagnóstico do setor industrial de Natal e Grande Natal*. Natal, 1994.
40. RODRIGUES NETO, João. *O estado-produtor de petróleo e as transformações na economia do Rio Grande do Norte nos anos 80*. Dissertação (Mestrado em economia) Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande, 1994.
41. SALAMÁ, Pierre. *Dolarização: ensaio sobre a moeda, a industrialização e o endividamento dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Nobel, 1989.
42. SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 56: CEPAL.
43. SANTANA, Lindaura Maria de. *Produção, emprego e receita tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açú/RN*. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande.
44. SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XX*. Natal: Clima, 1994.
45. SILVA, Marconi Gomes da, BEZERRA, Márcia de Oliveira. *A economia noroio-grandense e a crise de 29*. Natal: UFRN - Ed. Univ., 1986.

46. SWEEZY, P. *Teorias do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Difel, 1980.
47. SUZIGAN, Wilson. *Experiência histórica de política industrial no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1995.
48. XAVIER, Jurandir Antônio. *O ideário industrial desenvolvimentista no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992.